



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ - CCIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOLOGIA

TAMIRES SILVA MORAIS PLÁCIDO

ENGOMADOS E DESCAMISADOS: estigmatização e preconceito na cidade de Imperatriz
na década de 1950

IMPERATRIZ
2023

TAMIRES SILVA MORAIS PLÁCIDO

ENGOMADOS E DESCAMISADOS: estigmatização e preconceito na cidade de Imperatriz
na década de 1950

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Questões Urbanas e Rurais: Etnia, identidade, alteridades e territorialidades.

Orientador: Prof. Dr. Gamaliel da Silva Carreiro.

IMPERATRIZ
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Plácido, Tamires Silva Moraes.

Engomados e descamisados : estigmatização e preconceito na cidade de Imperatriz na década de 1950 / Tamires Silva Moraes Plácido. - 2023.

119 f.

Orientador(a): Gamaliel da Silva Carreiro.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia/ccim, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.

1. Descamisados. 2. Engomados. 3. Estigma. 4. Preconceito. 5. Segregação. I. Carreiro, Gamaliel da Silva. II. Título.

TAMIRES SILVA MORAIS PLÁCIDO

**ENGOMADOS E DESCAMISADOS: estigmatização e preconceito na cidade de Imperatriz
na década de 1950**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia

Aprovada em: 17 / 03 / 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gamaliel da Silva Carreiro (Orientador)
Departamento de Antropologia e Sociologia - DESOC/ Programa de Pós-Graduação em
Sociologia – PPGS/ Universidade Federal do Maranhão –UFMA

Prof. Dr. Pedro de Andrade Calil Jabur (Membro externo)
Faculdade de Ceilândia – FCE/ Universidade de Brasília – UNB

Prof. Dr. Wellington da Silva Conceição (Membro interno)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS/Universidade Federal do Maranhão –
UFMA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Nossa Senhora da Conceição, por sua intercessão a Nosso Senhor Jesus e a Nosso Deus, pela graça da iluminação de meu entendimento e pelo inflamar de minha vontade. Também levo gratidão a Nossa Senhora desatadora dos nós e a São José.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Gamaliel da Silva Carreiro, que em nenhum momento me desamparou, portando-se, sempre, como um conselheiro dedicado, inteligente, perspicaz e democrático.

Também me considero premiada com a preciosa parceria de Isabelle Gonçalves e Edneia Alves, duas amigas da 3ª turma do PPGS, que leram e releeram o meu trabalho a fim de melhorá-lo. Mas não só: foram amigas para mim.

Agradeço a minha turma de mestrado, através do reconhecimento da força de algumas falas substanciais em meu processo de escrita, como por exemplo: “este é o nosso lugar!”; “já deu tudo certo!”; “eu já sabia que daria certo!”; entre outras.

Agradeço também o apoio de minha melhor amiga, Rayanne Alves de Oliveira, que mesmo cursando um mestrado em Saúde e Tecnologia, se desdobrava para decodificar as chaves de leituras de meus textos e também para me encorajar.

Agradeço a minha prima, Larissa Viana, por me ajudar em todos os momentos, inclusive naqueles mais exaustivos, como os de transcrição de entrevistas gravadas. Sem seu apoio, sem dúvidas, este trabalho teria menos a ofertar.

Na pessoa de meu primeiro orientador, Prof. Dr. Agnaldo José da Silva, agradeço aos professores de minha graduação em Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia – pois sinto enorme respeito e carinho até hoje por todas e todos.

Na pessoa do professor, Dr. Jesus Marmanillo, agradeço aos professores deste PPGS, pela total doação ao programa e por me mostrarem direções pelas quais caminhar.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, Prof. Dr. Pedro de Andrade Calil Jabur e Prof. Dr. Rogério de Carvalho Veras, pela entrega ao trabalho científico.

Por fim, agradeço aos interlocutores, pois sei que para alguns foi difícil relembrar alguns acontecimentos e situações específicas. Sou realmente grata a esses, que apesar de suas limitações físicas, se comprometeram em realizar entrevistas e diálogos comigo.

RESUMO

MORAIS, Tamires Silva. **ENGOMADOS E DESCAMISADOS: estigmatização e preconceito na cidade de Imperatriz na década de 1950.**

Linha de pesquisa: Questões urbanas e rurais: etnia, cultura, identidade, alteridades e territorialidades.

Os termos engomados e descamisados surgiram durante uma entrevista com uma moradora no ano de 2015 e foram confirmados no ano de 2022. Os dois tipos relacionais apontaram a possibilidade de serem uma expressão de segregação, estigma e preconceito, entre os habitantes da cidade, no espaço das três únicas ruas (grande, de trás e de fora) existentes na década de 1950. A esse respeito, à luz dos modelos teóricos da segregação Negri (2008), estigma Nogueira (1950); Goffman (1988); e preconceito Allport (1954); Nogueira (1995) investigamos algumas relações entre moradores (as) antigos e recentes Elias e Scotson (2000), naquele período, na cidade de Imperatriz- MA. O trabalho tem sua metodologia ancorada nas Ciências Sociais, com abordagem qualitativa. Sublinhamos que pretendemos conhecer algumas relações entre os moradores (as), tais como, trabalhistas e conflitivas; identificar a quais categorias sociológicas, preconceito e/ou estigma, Phelan; Link & Dovidio (2013) maiormente se ligam os termos “engomados e descamisados”; e compreender as categorias do estigma e preconceito à luz da violência estrutural Parker & Aggleton (2003) e Parker (2013). Chegamos a algumas conclusões: que o engomado não é tão somente um perpetrador de preconceito e estigma para com os descamisados, mas também uma reação dos últimos e que há diferenças no teor do estigma e do preconceito, bem como paralelas nos significados das tipologias locais.

Palavras-chave: Engomados. Descamisados. Segregação. Estigma. Preconceito.

ABSTRACT

The terms *engomados* and *descamisados* famous during an interview with a resident in the year 2015 and were confirmed in the year 2022. The two related types pointed out the possibility of being an expression of segregation, stigma and prejudice, among the inhabitants of the city, in the space of the only three streets (big, back and outside) existing in the 1950s. In this regard, in light of the theoretical models of segregation Negri (2008), stigma Nogueira (1950); Goffman (1988); and prejudice Allport (1954); Nogueira (1995) we investigated some relations between old and recent residents Elias and Scotson (2000), in that period, in the city of Imperatriz-MA. The work has its methodology anchored in the Social Sciences, with a qualitative approach. We emphasize that we intend to know some relations between the residents, such as labor and conflicts; to identify to which sociological categories, prejudice and/or stigma, Phelan; Link & Dovidio (2013) are mainly linked the terms “starved and undressed”; and understand the categories of stigma and prejudice in light of structural violence Parker & Aggleton (2003) and Parker (2013). but also a reaction from the latter and that there is difference in the content of stigma and prejudice, as well as parallels in the meanings of local typologies.

Keywords: *Engomados. Descamisados. Segregation. Stigma. Prejudice.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BR- 010 - Rodovia Bernardo Sayão

CCIM- Centro de Ciências de Imperatriz-MA

COVID-19 – Do inglês coronavirus disease 2019

HIV- AIDS - Vírus da Imunodeficiência Humana/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

HO – História Oral

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JK - Juscelino Kubitschek

PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A.

PPGS - Programa de Pós-Graduação em Sociologia

LISTA DE MAPAS

Mapas 01 e 02: “Mudanças na delimitação política-administrativa de Imperatriz – MA (Início do século XX a 2018)”

Mapa 03: Localização do município de Imperatriz e de sua área urbana

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: IBGE - Cidades e Estados

Tabela 02: Quadro explicativo acerca da paralelia e discrepância entre preconceito e estigma

Tabela 03: Análise dos três modelos

Tabela 04: Modelos de estigma e preconceito

Tabela 05: Quadro simplificado relativo aos fatores preconceito e estigma

Tabela 06: Quadro de características dos engomados e dos descamisados

Tabela 07: Depoimentos relativos às situações de preconceito observados ou vivenciados pelos moradores e moradoras

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:Foto das três ruas de Imperatriz na década de 1960

Figura 02: Imagem em 2d das três ruas atualmente

Figura 03: O desencadear teórico-metodológico inicial da pesquisa

Figura 04: Fundo teórico-metodológico prevacente da pesquisa

Figura 05: Três epidemias

Figura 06: Conhecimento/poder e produção do estigma

Figura 07: Poder e cultura

Figura 08: Escala de cinco pontos de Gordon Allport

Figura 09: Visita do presidente JK à cidade de Imperatriz.

Figura 10: Foto aparentemente tirada de dentro de um helicóptero do trecho da região Tocantina onde se estenderia a rodovia (BR-010).

Figura 11: Foto de trabalhadores e do engenheiro Bernardo Sayão, aparentemente decifrando ou mesmo revisando um projeto de construção da rodovia BR- 010.

Figura 12: Aparentemente um piloto, o engenheiro Bernardo Sayão e mais um possível trabalhador.

Figura 13: Estabelecimento café Kubitschek

Figura 14: Perfil das casas da Rua 15 de Novembro nas décadas de 1950-60

Figura 15: Destaque para a rua Coronel Manoel Bandeira.

Figura 16: Casa de palha de Imperatriz na década de 1950, provavelmente na Godofredo Viana

Figura 17: Reportagem no jornal “O Pacotilha”

Figura 18: Revista *O Cruzeiro* com Eva Perón figurando na capa.

Figura 19: Revista *O Cruzeiro* com reportagem fotográfica de Juan Domingo Perón

Figura 20: Genealogia de Gaviões

Figura 21: Genealogia de Xavantes

Figura 22: Laboratório das famílias Cortez e Moreira

Figura 23: Padaria da família Milhomem

Figura 24: Redes de postos de gasolina controlados por um membro da família Milhomem

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
1. REVISANDO OS SENTIDOS SOCIOLÓGICOS DO ESTIGMA.....	28
1.1A perspectiva de estigma do brasileiro Oracy Nogueira.....	28
1.2 A concepção de Erving Goffman.....	35
1.3 A visão de Richard Parker & Peter Aggleton.....	38
1.4 Violência estrutural: relações da obra de Parker e Aggleton (2001) com os escritos de Goffman (1988), Foucault (1977;1988), Bourdieu (1989) e Gramsci (1970).....	40
1.5 As concepções de Jo Phelan, Bruce Link e John Dovidio – estigma e preconceito: um animal ou dois?.....	44
1.6 Breves considerações acerca da discussão teórica realizada.....	50
2. O DEBATE SOCIOLÓGICO SOBRE O PRECONCEITO.....	53
2.1 A definição do preconceito: a perspectiva de Gordon Willard Allport.....	53
2.1.1 Os efeitos do contato.....	55
2.2 Preconceito Racial de Marca: a perspectiva de Oracy Nogueira.....	57
2.2.1 Estrutura social e ideologia de relações inter-raciais.....	60
2.3 Racismo estrutural: a perspectiva de Silvio Almeida.....	62
2.4 Breves considerações acerca da discussão teórica realizada.....	68
3. O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE IMPERATRIZ E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.....	70
3.1 A cidade enquanto categoria sociológica.....	70
3.2 O desenvolvimento da cidade nas décadas de 1950 e 1960.....	72
3.3 Breves considerações sobre os primeiros estudos sobre a segregação socioespacial.....	75
3.4 Segregação socioespacial à brasileira.....	77
3.5 A ocupação das ruas da cidade em 1950.....	80
3.6 Vigilância, controle e restrição nos espaços da cidade.....	84
4. OS ENGOMADOS E OS DESCAMISADOS E AS APROXIMAÇÕES COM OS ESTABELECIDOS E OS OUTSIDERS.....	86
4.1 O estigma e preconceito na abordagem de Norbert Elias e John Scotson.....	86
4.2 Os engomados e os descamisados e os estabelecidos e os outsiders.....	92
4.3 Apontamentos interpretativos acerca dos engomados e dos descamisados....	95

4.3.1 Engomados e descamisados: a construção do perfil de um e outro.....	95
4.3.2 Perfil dos moradores das três ruas: quesitos gênero, cor, moradia e ocupação...	99
4.3.3 Os padrões e a classe trabalhadora da atualidade.....	104
4.3.4 estigma e preconceito: relações entre os moradores.....	109
CONCLUSÕES.....	112
REFERÊNCIAS.....	114

INTRODUÇÃO

A pesquisa que nos propomos fazer considerou as contribuições das categorias do estigma, preconceito e discriminação para compreender alguns processos de segregação vivenciados na cidade de Imperatriz, na década de 1950, bem como buscou relacioná-los com a Imperatriz da atualidade. Sobre o aspecto teleológico da pesquisa, compreender os efeitos concretos desses processos na cidade, encontramos nos/nas autores/as basilares deste trabalho, posicionamentos expansivos, que atravessam o mundo teórico e encontram a realidade prática da vida das pessoas. A esse respeito, Oracy Nogueira, o brasileiro que escreveu sobre processos de estigmatização e racismo, entre as décadas de 1950 a 1990, nos mostrou a substantiva importância de unir os liames entre a busca teórica e a ação prática, ao nos dizer que “se compreendermos como o racismo atua, é mais fácil encontrar as formas mais adequadas e eficazes para o seu combate” (NOGUEIRA, 1992).

Também Erving Goffman (2004), segundo Parker & Aggleton (2001, p. 11), “tinha grandes preocupações com as questões da mudança social e da construção social das realidades individuais.” Além deste, Simone Monteiro e Wilza Villela (2013, p. 21), buscaram em suas análises uma “maior aproximação das dinâmicas sociais responsáveis pela origem e manutenção de determinados grupos sociais à margem dos bens simbólicos e materiais nas sociedades contemporâneas.” As autoras enfatizavam que era necessário, mais que uma abordagem particularística “ir além da descrição das experiências individuais e levar em conta os marcadores sociais da diferença que historicamente produzem desigualdades, como classe social, gênero, cor/raça/ etnia, diversidade sexual, entre outros” (MONTEIRO & VILELA, 2013, p. 17).

Explicamos que o título de nossa pesquisa surge, especialmente, a partir do relato de uma moradora antiga da cidade, acerca das relações conflitivas vivenciadas pelos moradores e moradoras, expressas na seguinte declaração: “O pessoal daqui [Rua grande] tinha rivalidade com o povo da rua de trás. Se aparecesse alguém da rua de trás, o pessoal dizia “não, não quero nem ver, não, não!”. Os daqui eram os “engomados”, os de lá eram os “descamisados” (TIMBIRA, 2015). Frente ao dito, buscamos compreender se as tendências de certas frações de grupos ou grupos inteiros de determinados territórios, de separarem-se de parte da população total ou mesmo de estabelecerem limites em suas interações, fundamentados em critérios socioeconômicos, de raça, etnia, cultura, religião, etc., poderiam refletir as resultantes de processos de estigmatização social e discriminação.

Desta forma, a declaração a qual nos referimos acerca do contexto das ruas principais da cidade, as únicas existentes até 1950, demonstra, em certa medida, o modo como alguns moradores da primeira rua de Imperatriz viam a si mesmos e, como percebiam aqueles pertencentes às demais ruas. Mas não só, acreditamos funcionar como indicadores das condições de existência da população, destacando a importância da compreensão de outras dimensões da vida cotidiana.

Em acréscimo, ressaltamos que tais ruas eram evocadas pelos moradores pelos nomes de rua “grande”, “de trás” e “de fora,” na atualidade chamadas respectivamente de Frei Manoel Procópio (mesma 15 de novembro); Coronel Manoel Bandeira e Godofredo Viana. Segue uma fotografia das ruas (figura 01), pertencente ao missionário católico italiano Albé Ambrógio. Nesta, adjacente ao Rio Tocantins, da esquerda para a direita, estava a rua grande (com marcação preta), primeira rua da cidade, paralela a essa, situava-se a rua de trás (com marcação azul), em sequência, constava a rua de fora¹(com marcação vermelha).



Figura 01: Foto das três ruas de Imperatriz na década de 1960
Fonte: CUNHA, 2010.

A imagem em sequência (imagem 02), é uma representação em 2d, duas dimensões, das ruas atualmente, retirada do Google Earth. De uma imagem a outra é possível notar que o centro da cidade se manteve no espaço das primeiras ruas da cidade.

¹ Explicamos que a rua incipiente (com marcação verde) não está sendo considerada nesta pesquisa, pois não estava completamente desenvolvida, sendo esta reservada, especialmente, para a construção de lojas.

Nota-se também, que o mesmo ao se expandir, ocasiona um processo de desenvolvimento e crescimento da cidade em seu entorno. Atualmente ainda é nessa área que os serviços públicos estão concentrados, embora haja uma maior distribuição de serviços nos bairros periféricos.



Figura 02: imagem em 2d das três ruas atualmente
Fonte: Google Earth (2021)

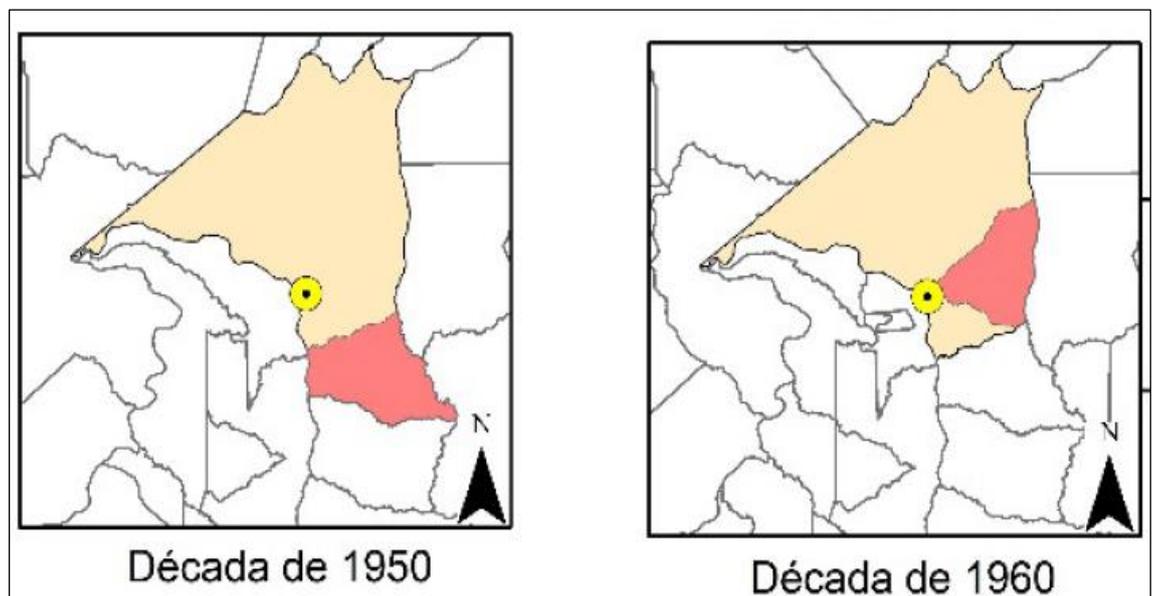
A respeito da primeira imagem, de acordo com algumas falas de moradores e moradoras, os engomados (as) concentravam-se na rua mais antiga e os descamisados (as) se diluíam por entre as ruas mais recentes. Além disso, aos nossos olhos, os termos “engomados” e “descamisados”, inicialmente, pareciam fazer referência à condição socioeconômica dos moradores, aludindo ao fato de alguns vestirem-se “engomados,” com vestimentas bem cuidadas, em contraposição àqueles que usavam sequer camisa, impossibilitados de arcarem com a compra e a manutenção de roupas.

Preocupação analítica elucidada, em parte, através de depoimentos de moradores que afirmaram se tratar de indivíduos e grupos de pessoas com roupas mais simples em face de outras melhores posicionadas economicamente e socialmente na cidade. O que nos encaminhou para a reflexão dos efeitos sociais de estigmas de natureza socioeconômica, segregação física ou simbólica de pessoas ou mesmo de outros problemas sociológicos afins contidos na análise da declaração.

Cabe observar também que a tensão que despontava no âmbito das ruas na década de 1950, teve por base acontecimentos históricos antecedentes relativos a abertura de estradas e rodovias. Nesta perspectiva, vale mencionar que, sob o olhar de alguns autores regionais, por um longo período de anos, a cidade de Imperatriz permaneceu isolada do restante do Estado,

herdando, inclusive, a alcunha de “Sibéria Maranhense” (FRANKLIN, 2008, p. 101). Localidade para a qual os funcionários públicos malquistos eram enviados, com tempo indeterminado para regresso (FRANKLIN, 2008, p. 101). E, embora a cidade fosse antiga, gozasse de posição geográfica privilegiada, por ser rota de passagem ou ponto de cruzamento de novas Rodovias Federais (BR) e figurasse como porta de expansão para fronteiras de colonização e exploração na Amazônia, nela a comunicação para com os centros urbanos e industriais das regiões Norte e Nordeste pouco se desenvolveu, pelo menos até antes do intervalo de anos entre as décadas de 1950 – 1960.

Como acontecimento anterior ao crescimento populacional entre 1950 -60, vale pontuar o papel fundamental da construção da estrada criada em 1953, designada Imperatriz – Grajaú, aberta pelo prefeito Simplício Moreira, a fim conectar a malha urbana local à outras regiões, bem como a criação em 1958, da BR- 010 (Belém-Brasília). Na falta de um mapa oriundo de bancos de dados públicos especializados, que demonstre aspectos globais acerca do crescimento e desenvolvimento de Imperatriz entre 1950 e 1960, trazemos dois mapas com dados referentes a sua extensão e população, que tem por título “Mudanças na delimitação política-administrativa de Imperatriz – MA (Início do século XX a 2018)”, com destaque para a localização da área urbana, elaborado por Santos & Nunes (2017):



Mapas 01 e 02: “Mudanças na delimitação política-administrativa de Imperatriz – MA (Início do século XX a 2018)” / Fonte: Santos & Nunes (2017).

A respeito dos mapas, ambos os autores explicam que “o mapa da década de 1950 registra a emancipação de Montes Altos - MA, ocorrida no ano de 1955, o que fez com que

Imperatriz passasse a ficar com 16.607,87 km² de extensão e, mesmo assim, com uma população 64% maior (SANTOS & NUNES, p.217, 2020).” Significando um contraste entre perda de território e crescimento populacional urbano.

Em comparação, sobre a década seguinte, Franklin (2008) e Santos & Nunes (2017) afirmam que nos anos 60, a população passa a equivaler a quase duas vezes a da década anterior. Sendo o vetor deste acréscimo a atividade de rizicultura e também, como já mencionamos, o início da construção da BR-010 (Rodovia Belém-Brasília). Pois, segundo Sousa (2005) a rodovia foi um atrativo para migrantes que buscavam emprego no município, tanto em suas fases de construção, quanto durante o seu funcionamento.

Compreendemos, com isso, que os dois fluxos populacionais citados foram substanciais para a retirada de Imperatriz de seu estado de quase completo isolamento. Além disso, a transição de seu estado de apartamento do restante do Estado e demais regiões, para integradora e fronteira, levantou-nos algumas “questões sociológicas específicas” (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 31). Também José de Souza Martins (1996, p. 27) demonstrou que no entremeio dos conflitos de fronteira, existe uma amplitude e heterogeneidade de sujeitos envolvidos. Pois para o autor, “o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.” Além disso, sublinha que este desencontro pode ser entendido, por acréscimo, como de “temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História.”

Ante a isso, acreditamos que tais questões heterogêneas conjugam elementos importantes para a compreensão dos agentes que tanto construíram, quanto foram modulados pela cidade, com suas regras, normas, leis, cultura, que se modificava. Isto é, a compreensão dos significados do período no qual permanece quase incomunicável, somente frequentada pelas famílias tradicionais e descendentes que já a habitavam desde o século XIX, dentre os quais estavam os mais destacados e abastados de posições proeminentes no âmbito político-administrativo da região, para sua fase vinculativa, comunicativa e atrativa política e economicamente. Do que deriva, em nosso entendimento, a importância da análise das simbologias e tensões advindas das alterações em seu perfil: o confronto ou integralização controlada entre moradores historicamente isolados, com grupos migrantes, recentes em busca de moradia, trabalho e lugar social.

E, como já o demonstrou Wright Mills (1969) ao enfatizar a importância da “imaginação sociológica”, cremos ser a reflexão enunciada um exercício interpretativo relevante, a saber, compreender o surgimento de diversos problemas a partir do acontecimento da expansão populacional da cidade. Sendo a presença de novos atores, grupos de pessoas de diferentes

posições sociais, possibilitadores de tensões que se manifestam no campo e cidade, sob a forma de conflitos agrários e tensões oriundas de ajuntamentos humanos no âmbito de povoados, vilas e bairros. Desta forma, tal imaginação nos permite, de alguma maneira, perscrutar na aglomeração urbana a conexão de conflitos das mais distintas naturezas, próprias, no caso de Imperatriz, de uma cidade em transformação.

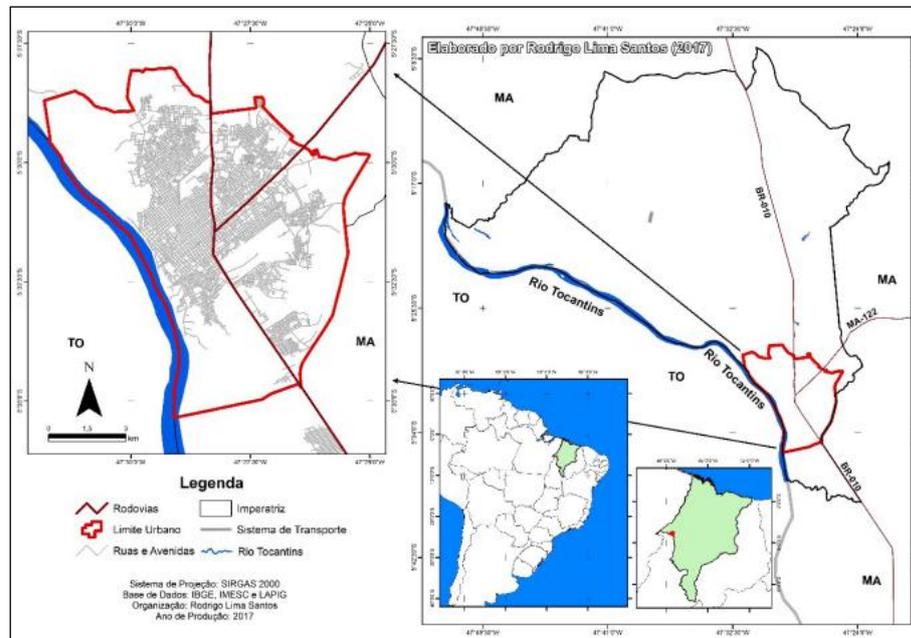
Todavia, é fundamental pontuar, que nos interessa procedimentalmente, dar lugar preponderante para a discussão na qual nomeamos como relações entre “engomados e descamisados”. Portanto, não pretendemos responder a todas as questões que aqui aparecem e em torno desta última orbitam, isto porque entendemos que o perguntar funciona também como um fortalecedor de discussões. Por isto, consideramos ser a análise sociológica deste conflito, com todas as suas ramificações, “uma janela” para a reflexão sociológica que sobressai da simples depreciação social pública que os grupos impunham uns aos outros na Imperatriz dos anos de 1950.

Ante ao posto, pretendemos compreender (1) como as famílias “tradicionais”, por muitas décadas as únicas detentoras de poder, se viam e com qual lente enxergavam as famílias dos imigrantes, e em contrapartida, analisar como os imigrantes faziam a leitura dessas famílias tradicionais; (2) analisar a quais categorias sociológicas se ligam os termos engomados e descamisados e (3) compreender as categorias do estigma e preconceito à luz da violência estrutural.

Ademais, pontuamos que o desenvolvimento desta pesquisa teve seu início na graduação, no ano de 2015. Deste modo, ao estudar a dinâmica da ocupação e organização do espaço urbano na cidade de Imperatriz, na ocasião da construção de trabalho monográfico, foi possível perceber que certas representações, descrições de sentimentos e tendências mantidas pelas diferentes classes, bem como as tensões, conflitos e, principalmente, o jogo de interesses dos diversos agentes, despontaram como elementares para a compreensão da formação dos processos de estigmatização e segregação socioespacial no território urbano imperatrizense.

A partir disso, observamos que, em certa medida, a auto segregação dos grupos economicamente privilegiados e, conseqüentemente, a segregação forçada das camadas “negativamente privilegiadas” da sociedade, como as denominou Weber (1974, p.222), bem como, o favorecimento político-administrativo no modo de agir e de distribuir os serviços públicos no espaço social pelos representantes do Poder Público local, são elementos que emergem quando se aborda a ocupação territorial em determinado tempo e lugar.

E, antes de finalizarmos esta parte, visando demonstrar brevemente o crescimento e desenvolvimento mais recente da cidade, trazemos um mapa do ano de 2020, novamente de autoria de Santos & Nunes:



Mapa 03: Localização do município de Imperatriz e de sua área urbana.
 Fonte: SANTOS & NUNES, 2020.

As linhas em vermelho vinho representam as rodovias, as margens vermelhas expressam os limites urbanos, as linhas cinzas apontam ruas e avenidas, as linhas retas e cinzas expressam o sistema de transporte e as linhas azuis indicam a localização do Rio Tocantins. E, adiante, apresentamos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010 – 2021) acerca do território, população, densidade demográfica, escolarização, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, e Produto Interno Bruto - PIB per capita atuais:

IMPERATRIZ – MARANHÃO - Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010 – 2021).

Área Territorial	1.369,039km² [2021]
População Estimada	259.980 pessoas [2021]
Densidade Demográfica	180,79hab/km² [2010]

Escolarização 6 a 14 anos	98,4% [2010]
IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,731 [2010]
PIB per capita	27.880,96R\$ [2020]

Tabela 01: Cidades e Estados
Fonte: IBGE, 2023.

Assim, Imperatriz atualmente é considerada o segundo município mais populoso do Estado maranhense. Além de, na visão de Santos & Nunes (2020, p. 209), a mesma se destacar “no setor de prestação de bens e serviços [e ser] considerada polo regional receptor de um grande contingente populacional, proveniente de outros municípios maranhenses e até mesmo, de outros estados brasileiros.”

Frente ao exposto, esclarecemos que o tempo selecionado para a pesquisa foi a década de 1950, como mencionamos, já que foi nesta que adveio o primeiro fluxo migratório considerável para Imperatriz. O lugar selecionado foi a região central da cidade, especificamente as ruas 15 de novembro (atual Avenida Frei Manoel Procópio), Coronel Manoel Bandeira e Godofredo Viana, que constituíam a totalidade da área urbana da cidade naquele período. A partir deste recorte consideramos que a interpretação das relações que se estabeleceram e ainda se estabelecem entre os habitantes da cidade, como aventado por Elias e Scotson (2000, p. 31), podem em alguma medida, responder a algumas questões socio-históricas importantes para a compreensão dos processos de constituição das configurações sociais de determinados grupos atualmente.

Esclarecemos também que o título deste trabalho se divide em dois grupos, os moradores da rua grande, rua central da cidade – Frei Manoel Procópio/15 de novembro - e moradores da rua de trás e rua de fora - Coronel Manoel Bandeira e Godofredo Viana, criadas posteriormente, portanto, vistas por alguns como a periferia da cidade. Por tudo isso, acreditamos que por meio deste quadro, na relação de interdependência e de conflito desses grupos, seja possível compreender as relações que existiam e ainda subsistem concretamente e na memória dos mesmos.

Vinculações essas, que para Elias e Scotson (2000, p. 165) nos apresentariam os “problemas comunitários” e “problemas sociológicos específicos”, isto porque estes encontram-se atados à realidade local das ruas em Imperatriz – estejam ligados ao povoado,

vila ou cidade de Imperatriz -, encontrando diversos pontos comuns para com outras comunidades, bairros urbanos, vilarejos etc. Assim, acreditamos que o exame destas intersecções temáticas, nos permita pressupor que, a partir de mobilizações teóricas e empíricas dos autores clássicos mencionados, reflexões e observações científicas mais recentes da realidade possam aglutinar-se a esse trabalho e possa nos ajudar a compreender como as expressões de estigma e discriminação repercutem estrategicamente sobre as oportunidades de vida e condições de grupos sociais, sob a forma de produção e reprodução de desigualdades.

Frente ao contexto, nos afincamos em dois argumentos fundamentais para conduzir nuclearmente este trabalho: 1) que os fenômenos da segregação, estigma e preconceito, não se limitam a década de 1950, do contrário, possuem consequências demonstráveis na atualidade da história da cidade de Imperatriz- MA; 2) que os mesmos, compreendidos como fenômenos processuais, correlacionam-se às diversas formas de desigualdades e violências estruturais próprias da realidade latino-americana e brasileira.

Por fim, reafirmamos que pretendemos conhecer algumas relações entre os moradores (as), tais como, trabalhistas e conflituosas; identificar a quais categorias sociológicas, preconceito e/ou estigma, (Phelan; Link & Dovidio, 2013) maiormente se ligam os termos “engomados e descamisados”; e compreender as categorias do estigma e preconceito à luz da violência estrutural (Parker & Aggleton, 2003) e (Parker, 2013).

O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Primeiras considerações teórico-metodológicas

Moradores antigos e recentes – estabelecidos e outsiders: Norbert Elias e John L. Scotson (2000).

O desencadear das discussões deste trabalho, se deu, inicialmente, a partir de Norbert Elias e John L. Scotson (2000). Assim, analisamos os moradores e moradoras da cidade na década e 1950, em parte, aproximativamente aos “estabelecidos e outsiders,” estudados pelos primeiros autores, por intermédio do que nominaram de “paradigma empírico”. Em linhas gerais, este serviria como um gabarito para o estudo das relações de poder entre grupos, exatamente, por ser historicamente comum que grupos sociais se vejam como humanamente superiores frente a outros. Sendo essa a primeira lente teórica utilizada por nós.

Engomados e descamisados – o normal e o estigmatizado: Erving Goffman (1988).

Posteriormente, fomos percebendo que ligadas a essas disputas territoriais entre grupos, se encontravam justificativas depreciativas e/ou elogiosas. Assim, chegamos aos destilados teóricos do segundo autor. Com Erving Goffman (1988) vimos a possibilidade de compreender processos de estigmatização operados nas relações entre sujeitos “engomados e descamisados”.

Engomados e descamisados – preconceito e discriminação: Gordon Allport (1954)

Os limites desse trabalho e do tempo para confeccioná-lo não nos permitiu uma digressão teórica extensa sobre outras categorias sociológicas que julgamos fundamentais para circunscrever os fenômenos que estávamos descrevendo. Por isso, pensamos ser profícuo para a pesquisa, compreender categorias aplicáveis ao objeto em análise que complementassem o conceito de estigma, quais sejam, preconceito e discriminação. Assim, mobilizamos Gordon Allport (1954), por este ser pioneiro no desenvolvimento dos estudos do preconceito em diferentes sociedades.

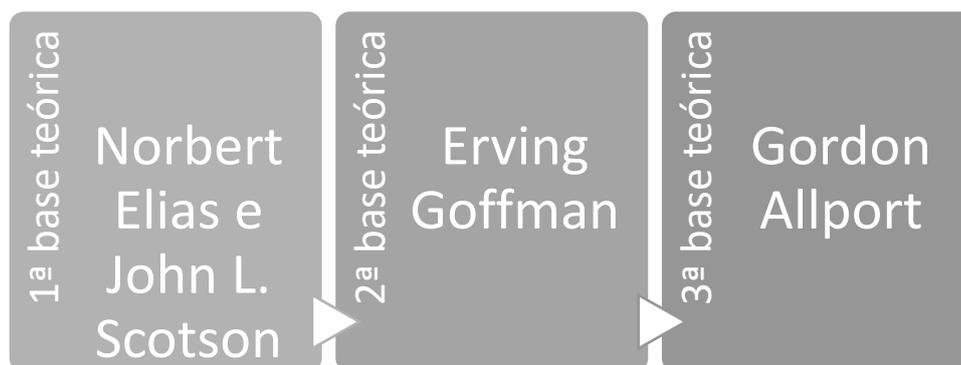


Figura 03: o desencadear teórico-metodológico inicial da pesquisa
Fonte: A autora (2023)

Importa pontuar aqui que a revisão da literatura realizada por nós, revelou que estas três categorias sociológicas (estigma, preconceito e discriminação) podem e foram aplicadas na análise de fenômenos semelhantes. Entretanto, nos perguntamos, até que ponto a sociologia avançou no sentido de distinguir estas categorias? São a mesma coisa ou apontam para questões diferentes? Em que objetos ou fenômenos elas foram utilizadas?

Como dito, o pouco tempo do mestrado não nos permitiu avançar com mais profundidade nessa reflexão, embora nas páginas seguintes esse debate seja apresentado.

Opção teórico-metodológica prevalecente da pesquisa

Pontuamos que o primeiro conjunto de reflexões teóricas que nos apropriamos para compreendermos o fenômeno em questão, a relação entre engomados e descamisados, foram os destilados de Elias e Scotson (2000), em suas reflexões sobre estabelecidos e outsiders. Em seguida, nos municiamos das contribuições de Erving Goffman (1988), e de sua consideração acerca da existência de distintas categorias de estigmas passíveis de análise na interação face a face. E, por fim, nos embasamos em Gordon Allport (1954) para analisar os fenômenos do preconceito e discriminação.

Justificamos que à medida em que a pesquisa foi sendo aprofundada, sentimos necessidade de mover outros referencias teóricos complementares que pudessem fomentar a análise. Fomos conduzidos, então, a realizar uma digressão teórica sobre um conjunto de categorias sociológicas que se mostravam fundamentais para compreender os significados intrínsecos dos termos engomados e descamisados

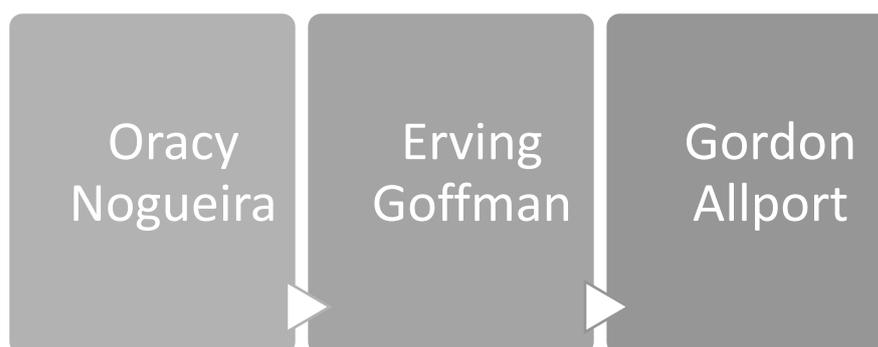


Figura 04: fundo teórico-metodológico prevalente da pesquisa
Fonte: A autora (2023)

Foi, então, sob esta iluminação que fizemos uma retomada ao debate em torno das categorias preconceito, discriminação e estigmatização. Por isso passamos a dar maior ênfase aos contributos dos autores que alimentassem, em maior medida, este último grupo de categorias.

Por fim, a revisão mais recente dessas terminologias dos autores acima, no âmbito da teoria sociológica nos levaram aos escritos de Richard Parker (2013); Jo Phelan, Bruce Link e John Dovidio (2013); Parker & Aggleton (2003); Simone Monteiro & Wilza Villela (2013) e outros que retomam as reflexões goffmanianas microsociológicas dos processos de interação social e, dialogando com Foucault (1977;1988), promovem novos entendimentos macrossociológicos dos significados quase microscópicos, contidos nas reflexões dos quadros de interação. Assim, esperamos que ao longo desse trabalho possamos retrabalhar de forma

clara e objetiva cada uma das bases teóricas indicadas, de modo que possam contribuir com o entendimento do nosso objeto específico de investigação.

A utilização de outros teóricos a partir de algumas relações temáticas

A história da cidade

Organizamos os dados históricos acerca do crescimento e desenvolvimento da cidade, na década de 1950-60, por meio, principalmente, do autor local e regional: Franklin (2008). Também consultamos os sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, da Prefeitura Municipal e o blog de Fernando Cunha². E, em complementação aos dados históricos, selecionamos o trabalho de Halbwachs (2006).

As relações de conflito e interdependência entre moradores e moradoras nas ruas

Mobilizamos as contribuições de Bourdieu (2008) para analisar as interações nos espaços das ruas, os fluxos, o lugar social e físico dos grupos e pessoas na cidade. E, retomando a nossa inspiração teórica inicial, no que tange à análise das tensões territoriais entre indivíduos antigos e recentes: engomados (moradores antigos) e descamisados (imigrantes), empregamos [nesta relação temática] o método de Elias e Scotson (2000), conhecido como “paradigma empírico³,” para analisar as relações das mais distintas naturezas entre estabelecidos e recém-chegados.

A segregação socioespacial nas ruas da cidade

Para compreender os processos de segregação socioespacial nas ruas de Imperatriz, utilizamos como base as contribuições de Negri (2008) e, paralelamente, as obras de Otávio Ianni (1971) e Oliven (1982) que tratam do desenvolvimento da população brasileira e urbanístico no Brasil.

Os primeiros contatos com os entrevistados – Monografia (2015)

2 Em nossa visão, o blog de Cunha é importante, porque o autor do mesmo recebe registros, fotografias e documentos de moradores antigos e os publica com a autorização prévia.

3 Em linhas gerais, o paradigma empírico pode ser compreendido como um gabarito para o estudo das relações de poder entre grupos, pois historicamente é comum que grupos estigmatizem e discriminem outros para manter ou adquirir status.

Os primeiros contatos com os entrevistados ocorreram no ano de 2015. Na época encontrava-me sob orientação do professor Doutor Agnaldo José da Silva, do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da cidade de Imperatriz/CCSST. A partir das orientações do professor Agnaldo, iniciei a pesquisa de campo relativa à construção do trabalho monográfico, que tinha por propósito investigar a ocorrência da segregação socioespacial e estigma entre os moradores da cidade, o que na prática consistiu em ir de porta a porta na localidade selecionada das três ruas paralelas da mesma que compunham o recorte temporal do trabalho.

Como visava encontrar alguns moradores da cidade que habitavam aquela localidade antes e durante a década de 1950, sabia que os mesmos teriam entre 65 e 100 anos de idade. Portanto, a situação da entrevista deveria adequar-se às condições de saúde e disposição nas quais eles se encontrassem. Pensando nisso, questionários e roteiros foram idealizados, embora eu não soubesse exatamente a quem entrevistar, pois eram fragmentadas as informações. De antemão, obtive de familiares e amigos indicações de nomes e sobrenomes de alguns moradores antigos, e como dito, com pouca precisão quanto aos endereços. O procedimento adotado, portanto, diante das limitações, consistiu em realizar perguntas prévias pessoa a pessoa que eventualmente encontrasse nas ruas e instantaneamente decidisse quem entraria ou não na pesquisa, o que pode ser descrito como “amostragem em bola de neve”⁴.

Neste sentido, a população do recorte da pesquisa caberia no que Coleman (1986) e Spreen (1992) designaram como rara ou desconhecida, sendo aplicável o contato do pesquisador com um primeiro indivíduo desconhecido, que ligado a outros, indicaria os próximos entrevistados que comporiam eficientemente a sequência de seus deslocamentos. Desta forma, encontrava os moradores quase sempre na metade ou final da tarde, em suas calçadas ou na calçada de propriedade de amigos/vizinhos e, em menor grau, necessitei adentrar em suas residências para realizar as entrevistas. Por fim, ao final da seleção dos entrevistados, obtive o aceite de 12 interlocutores dispostos a contribuir com a pesquisa.

Reencontro com alguns e primeiro encontro com outros - Dissertação (2021-2022)

4 A amostra em bola de neve, ou snowball, é uma técnica de amostragem que se utiliza de redes de referência, por isso, torna-se apropriada para pesquisas com grupos de difícil acesso ou até mesmo quando se trata de temas mais privados (BOCKORNI & GOMES, 2021, p. 105).

Após a defesa de meu trabalho de conclusão de curso, permaneci de 2015 a 2021 sem contatos e com poucas informações consistentes acerca dos interlocutores que colaboraram para a monografia em 2015. Seis anos separaram um recorte e outro da pesquisa. E, se julguei antes ter sorte em encontrá-los com boa saúde, passei a cogitar a possibilidade de muitos estarem impossibilitados devido à senilidade ou mesmo falecido, neste intercurso entre a conclusão de minha graduação e início da pós-graduação. Assim, em 2021, por estes pertencerem ao grupo de risco e terem maiores chances de desenvolverem um quadro grave da doença, no caso, o Coronavírus (COVID-19) e especialmente por não estar imunizada, busquei contato remoto via WhatsApp com um amigo padre, que conhecia um outro sacerdote, o qual sua paróquia era frequentada por uma de minhas interlocutoras/colaboradoras de 2015.

Solicitei ao pároco que me ajudasse a realizar um contato remoto com aquela interlocutora. E, apesar da idade da mesma, levantei a possibilidade de realizarmos um encontro e entrevista via Google Meet ou por telefone celular - ligação e WhatsApp. Conforme o pároco, a filha da interlocutora respondeu estar aberta a possibilidade de intermediar a comunicação online. No entanto, apesar da porta aberta e de ter organizado um material com tópicos/temas e roteiros (BARBOT, 2015) para as entrevistas, tal encontro não ocorreu. Posteriormente, em 2022, sob orientação do professor Doutor Gamaliel da Silva Carreiro e a partir de reanálise e ampliação do material base para a coleta das entrevistas, e, claro, estando vacinada, pude incursionar o trabalho de campo presencialmente com os sujeitos da pesquisa: tratava-se de buscar reencontrá-los, após um ano de pandemia.

Desta vez, sabendo onde e a quem procurar, fui primeiro à casa da interlocutora que considerava principal para o desenvolvimento do trabalho. Pelo interfone, me reapresentei e a convidei a conhecer a versão desta última pesquisa e ao final do rápido diálogo remoto, fui convidada a entrar; o que possibilitou a continuidade do trabalho e fomentou minha confiança em encontrar os demais também com saúde. Em seguida contatei mais 4 (quatro) pessoas, dentre as quais, uma era viúva de um interlocutor que havia falecido no ano anterior (2021), em decorrência do coronavírus; outra, filha de um interlocutor vivo, que, no entanto, passou a ter dificuldades de audição e em lembrar alguns fatos, embora eu não tenha excetuado sua participação, pois muito este ainda lembrava, se perguntado com clareza e de forma audível e, a última, irmã de um dos interlocutores que compartilhava da mesma faixa etária, que no ano de 2015 não havia sido entrevistada. Totalizando neste último momento de contato, de um quantitativo de 5 (cinco) pessoas, dentre as quais 3 (três) compunham reencontros e 2 (dois) primeiros encontros, todos ocorridos em abril de 2022.

É importante pontuar que esses encontros que antecedem e intercalam entrevistas, segundo Haguette (1987, p. 87) “alteram eventualmente a atitude do entrevistado com relação ao fenômeno observado.” Portanto, foi indispensável ter ciência de que o encontro que antecede as entrevistas compõe um conjunto de dados distintos daquele no qual o entrevistado prepara-se para uma situação mais formal, especialmente quando é solicitado sistematicamente por um período, para este fim, pois “estes intercâmbios – entre encontro e entrevista - preparam simultaneamente o tempo da entrevista e produzem elementos úteis para a análise (BARBOT, 2015, p.121).”

Realização das entrevistas e escolha dos nomes fictícios para os sujeitos

Para as entrevistas um “Termo de Aceitação de Entrevista” foi entregue aos interlocutores e um questionário, o quais deveriam ser assinados. O termo referia-se às entrevistas gravadas abertas e o questionário à coleta de informações que eventualmente poderia complementar as entrevistas. Este último foi registrado pelos interlocutores à caneta e gravados em concomitância, alinhados a metodologia da história oral, especialmente por tratar-se de “uma técnica de coleta de dados baseada no depoimento oral, gravado, obtido através da interação entre o especialista e o entrevistado, ator social ou testemunha de acontecimentos relevantes para a compreensão da sociedade” (HAGUETTE, 1987, p. 95).

Além disso, esta compreende os recursos de coleta escolhidos, entrevista gravada roteirizada e entrevista para registro da história de vida, pois juntas encontram-se inclusas na História Oral, tal qual coloca Haguette (1987, p. 99-100) a “HO [História Oral] representa um tipo de entrevista, já que é produzida através do contato direto entre duas pessoas[...]. No caso da entrevista biográfica, ela representa também uma história de vida.” Por fim, para assegurar a confidencialidade dos entrevistados, seus nomes verdadeiros foram substituídos aleatoriamente pelas principais etnias de populações indígenas que habitavam a região na qual posteriormente se ergueria a cidade de Imperatriz, constando como seus reais pioneiros.

Por fim, explicamos que este trabalho se divide em 04 (quatro) capítulos: 1) Revisando os sentidos sociológicos do estigma; 2) A discussão sociológica sobre o preconceito; e 3) O desenvolvimento da cidade de Imperatriz e a segregação socioespacial; e 4) Os engomados e os descamisados e as aproximações com os estabelecidos e os outsiders.

1. REVISANDO OS SENTIDOS SOCIOLÓGICOS DO ESTIGMA

1.1 A perspectiva de estigma do brasileiro Oracy Nogueira

Conhecer Oracy Nogueira é sublinhar as influências da escola Sociológica de Chicago na produção intelectual de sociólogos e antropólogos brasileiros. Revisitar a sua formação intelectual, enquanto aluno de graduação, mestrado e doutorado, é uma permissão que damos à memória e à história para o acometimento, em nossa consciência, de reflexões acerca das condições de pesquisa que historicamente circundam o campo acadêmico e seus pesquisadores no país.

Nogueira, assim como muitos pesquisadores no Brasil, teve sua carreira absorvida por fases de “muitas angústias” (NOGUEIRA, 1995). Isso se deveu ao fato de necessitar complementar seu montante salarial. Sendo este obrigado “a assumir múltiplas atividades docentes em cidades do interior de São Paulo e atividades de pesquisa aplicada” (MARIA LAURA VIVEIROS DE CASTRO CAVALCANTI, 2009, p.25). Fato ainda recorrente para muitos pesquisadores no país.

Apesar de ter tido, como expresso por Cavalcanti (2009, p. 25), uma “carreira um tanto truncada” pelas condições sociais brasileiras em pesquisa científica, seu livro “Vozes de Campos do Jordão”, acabara por “antecipar o consagrado trabalho de Erving Goffman sobre Estigma” (MARCOS CHOR MAIO, 2009, p.10).

Com enorme humildade e lucidez, Oracy Nogueira (1985), em nota para a segunda edição da obra, que em maior medida analisamos, afirmou que “certamente, minhas observações e reflexões teriam sido altamente beneficiadas se já dispusesse da elaboração de Goffman sobre o estigma e da dos analistas mais recentes como Etzioni sobre as instituições e as organizações totais.”

O primeiro livro do autor, denominado “Vozes de Campos do Jordão” publicado em 1950, é aquele que em maior medida se coliga ao objetivo deste capítulo, por tratar da compreensão da “causa orgânica responsável pelo desenvolvimento da doença e das práticas terapêuticas adotadas para combatê-la, as representações, os significados e estereótipos atribuídos à doença que informavam as condutas sociais” (CAVALCANTI, 2020). Vejamos a mesma:

A obra “Vozes de Campos de Jordão” em sua edição original, 1950, está organizada da seguinte forma: agradecimentos; dedicatória; prefácio pelo Dr. Mozart Tavares de Lima Filho; palavras prévias; **parte I – o problema e os meios de estudo-lo** (1- Introdução, 2- Ideias e atitudes correntes sobre a tuberculose pulmonar no Estado de São Paulo, 3- O ostracismo do

tuberculoso); **parte II – a vida do tuberculoso numa estação de cura: Campos do Jordão** (1 – introdução: origem, desenvolvimento e estágio atual da cidade, 2 – o ambiente tuberculoso de Campos do Jordão, 3 – o regime nos sanatórios e pensões, 4- algumas manifestações psicológicas dos doentes, 5- relações entre médicos e doentes, 6 – conclusões); apêndice; bibliografia; quadros, gráficos e mapas (NOGUEIRA, 1950, p. 169-170).

Em seu prefácio, o Dr. Mozart Tavares de Lima Filho (1949*, p.7) explica que “em resumo: um dos resultados mais importantes que o prof. Oracy Nogueira nos revela é a influência do ‘estereótipo popular do tuberculoso’ no comportamento do doente.” Já na etapa “palavras prévias”, Nogueira (1949, p. 9) esclarece que a pesquisa em que se baseou o livro “foi realizada no ano de 1944, tendo sido o relatório final apresentado ao corpo docente da divisão de Estudos Post-Graduados da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, como tese para a obtenção do grau de mestre em ciência, em Setembro de 1945.” Nesta seção, também tece agradecimentos aos doentes que colaboraram com a escrita de sua pesquisa e ao seu orientador, o professor Donald Pierson.

Na parte I, “O problema e os meios de estudá-lo”, que engloba: *1- Introdução, 2- Ideias e atitudes correntes sobre a tuberculose pulmonar no Estado de São Paulo, 3- O ostracismo do tuberculoso*, o autor inicia o primeiro tópico apresentando o problema de pesquisa, as hipóteses, os métodos e técnicas empregados, os recursos e o material colhido e finaliza com o esclarecimento de que “o trabalho sistemático de investigação foi feito durante o ano de 1944, embora muito material esporádico tenha sido colhido anteriormente” (NOGUEIRA, 1950, p. 17).

Ato contínuo, no *tópico 2, Ideias e atitudes correntes sobre a tuberculose pulmonar no Estado de São Paulo*, Nogueira analisa a concepção dos doentes acerca de sua enfermidade, demonstrando que muitos a consideram como uma “*sanção sobrenatural*”; uma “*condição romântica*”; uma “*entidade mórbida produzida por um agente vivo específico*” e, por fim, como “*um flagelo social.*” Quanto a esta última concepção, Nogueira a entrecruza com o utilitarismo da época e as ideias eugenistas acerca do tipo humano valorizado socialmente, em face daquele visto como “um peso morto, um elemento deficitário para a família e a sociedade” (NOGUEIRA, 1950, p. 21).

Já no *tópico 3, O ostracismo do tuberculoso*, considera que devido ao acometimento da doença, o indivíduo “frequentemente se vê diante de um dilema: ou isolar-se ou ocultar o próprio ‘caso’, a fim de evitar dificuldades em suas relações com pessoas ‘sãs’” (NOGUEIRA, 1950, p.25). Aqui, seu ostracismo pode ser compreendido como uma resultante de uma

imposição restritiva fundamentada em uma estrutura social, que faz com que o doente se feche em si, para proteger-se ou para proteger o outro.

Diante do fato, Nogueira (1950, p.26) também explica que “os doentes se veem na contingência de ‘passar’ por pessoas ‘sãs.’” Assim, um caso extraído pelo autor, da história de vida de uma jovem estudante de 23 anos de idade, que se tratava em São Paulo, em um dispensário, exemplifica a situação do doente quando em interação com pessoas sãs. Assim a mesma afirmou que “eu só me sinto eu mesma, quando estou entre minhas colegas de infortúnio, participando de suas angústias e aflições” além do mais, esclareceu ter “receio de perguntas e indagações perigosas [de não tuberculosos], por medo de cair em contradição.” Vale salientar que esta situação de simulação da real condição, que o doente entende como uma saída para a possível situação constrangedora, frente aos sãos, acaba por agravar a doença a partir do surgimento de disfunções psicológicas. Sendo uma dimensão a ser considerada no estudo do caso social analisado.

Na parte II da obra, a vida do tuberculoso numa estação de cura: Campos do Jordão, no tópico 1 – introdução: origem, desenvolvimento e estágio atual da cidade, o autor apresenta a zona urbana de Campos do Jordão e descreve que esta era constituída “por três vilas principais que são as seguintes, indo-se de sudoeste para nordeste: Abernóssia, Jaguaribe (Vila Velha) e Emílio Ribas (Capivarí), sendo cerca de quatro quilômetros a distância entre os dois núcleos extremos” (NOGUEIRA, 1950, p. 33). Esclarece também que “das três vilas, somente em Emílio Ribas, talvez haja a predominância de pessoas cuja vinda a Campos do Jordão não se prende, direta ou indiretamente, a um ou mais casos de tuberculose na família” (NOGUEIRA, 1950, p. 37). Fica patente, que por tratar-se de uma zona urbana pequena, o trânsito e encontro entre pessoas sãs e doentes, torna-se uma marca constante da vida na cidade, apesar da imposição de segregações nominal e territorial via ações oficiais⁵, como explicitado pelo autor.

No tópico 2, *o ambiente tuberculoso de Campos do Jordão, na letra a) a doença como um assunto predominante e inevitável*, o autor problematiza como “a constante interação que, há mais de três décadas se estabeleceu entre os doentes em Campo do Jordão e seus associados – agregados, médicos, doentes, enfermeiros, etc. - deu continuidade e consistência ao grupo” (NOGUEIRA, 1950, p. 41). Por isso, Oracy considera que o surgimento de um grupo com interesses comuns, regras, normas, idiosincrasias, seria um resultado desta interação constante.

⁵Estabelecimentos vedados com os dizeres “Zonas proibidas aos doentes” (NOGUEIRA, 1950, p.37).

Em face disso, Nogueira (1950, p. 41) extrai da *interação constante* o entendimento de que a partir dela “emergiram uma organização espontânea e um acervo de modos de pensar, sentir e agir, cujo conjunto os próprios doentes e médicos vieram a perceber, designando-o significativamente como a expressão do ‘ambiente tuberculoso.’” Por isso, em consequência deste ambiente, derivaram algumas gírias. Assunto tratado pelo autor na letra b) deste tópico, denominado “b) a gíria do tuberculoso.”

O que é percebido por Nogueira (1950, p.45) é que em meio a criação e utilização de gírias, existe “uma tendência para a evitação das palavras ‘tuberculoso’ e ‘tuberculose’, provavelmente por serem essas as palavras mais diretamente ligadas ao estereótipo deprimente que existe na mentalidade popular sobre esta doença e seus portadores.” Além disso, destaca que “os termos com que os doentes substituem a palavra ‘tuberculoso’ são em maior parte, pejorativos (‘bichado’, ‘carunchado’, ‘fracassado’, etc.) o que reflete o seu sentimento de inferioridade.” O que acaba por demonstrar, como o uso ou não uso de alguns termos socialmente, podem refletir a evitação (para si) ou perpetração (para com o outro) de estigmatização e preconceito.

Ainda na letra c) deste tópico, o autor analisa o espírito de grupo entre os doentes de Campos do Jordão. E, como sugerido por Nogueira (1950, p.46), a intensa interação entre os doentes originaria o que denominou de “solidariedade grupal”, isto é quando “o constrangimento e o sentimento de inferioridade do doente em face das pessoas ‘normais’ quase sempre se desfaz ou diminui automaticamente, no convívio de companheiros entre os quais sempre é possível encontrar casos iguais ou piores.” Nesta parte, reforça-se a função positiva do grupo de fazer com que o indivíduo estigmatizado se sinta aceito, apesar de não ser assim fora de suas fronteiras.

Na letra d), Nogueira (1950, p.51) analisa *as atitudes iniciais em relação ao ‘ambiente tuberculoso.’* Para ele “o próprio doente já é portador do estereótipo em relação à tuberculose, ao tuberculoso e ao ambiente sensorial, adquirido durante sua vida de são, através da tradição e da leitura e, mesmo da educação formal, nas escolas e em campanhas sanitárias” (NOGUEIRA, 1950, p.51). Implicando na resistência do mesmo de crer-se enquanto sujeito doente, que outrora, na qualidade de são, ele evitaria.

E, na letra e), acomodação ao ‘ambiente tuberculoso’, Nogueira (1950, p. 65) considerou como substanciais dois principais pontos para a acomodação do enfermo ao ambiente sensorial, “1º) a tendência humana universal de racionalização e 2º) a pressão do próprio grupo de doentes, através de suas expectativas e sanções.” O primeiro caso corresponderia aqueles indivíduos que encontrariam justificativas para minimizar a situação do próprio quadro e o

último se referiria a costumeira aceitação de indivíduos recém-integrados, ao que preconiza o grupo. Articulando, em seu entendimento, as dimensões da subjetividade e da coletividade humanas na determinação de algumas ações relativas ao futuro do indivíduo.

No tópico 3, “o regime nos sanatórios e pensões,” o autor trata da rigidez da disciplina a que são submetidos os doentes nos sanatórios, para isto, analisa a) a vida nos sanatórios e b) a vida nas pensões. Em relação a vida nos sanatórios, e a sua maior rigidez disciplinar, explica que “ a convivência cotidiana tende a desenvolver entre os doentes do mesmo sanatório, relações íntimas, pessoais, diretas, emocionais, o que aumenta a receptividade às sugestões dos demais” e “quase todo o doente novato, algum tempo após sua chegada, acaba sendo arrastado pela onda de atitudes predominantes do grupo” (NOGUEIRA, 1950, p. 85). Atitudes, em maior medida, reguladas por uma acentuada disciplina institucional.

Em relação a vida nas pensões, descreve que “a fama [de menor rigor disciplinar] adquirida pelas diversas casas deriva de sua situação a este respeito; e os próprios doentes as escolhem até certo ponto, de acordo com o tipo de vida que desejam levar” (NOGUEIRA, 1950, p. 89). Também ressalta que a “própria estrutura da comunidade impõe uma restrição à liberdade de locomoção e conduta do doente, mesmo quando não haja, na pensão ou em casa, quem exerça influência disciplinadora sobre ele” (NOGUEIRA, 1950, p. 91). Esta constante vigilância é devida ao fato de quase todos se conhecerem e circularem na mesma e pequena zona urbana de Campos do Jordão, como antes aventado pelo autor, de cerca de 4 km.

No tópico 4, “algumas manifestações psicológicas dos doentes,” há a seguinte subdivisão: a) a intocabilidade do tuberculoso; b) tendência à dramatização; c) individualização; d) misticismo; e) desejo de novas experiências; f) tendência à autoafirmação; g) (não localizado); e h) tipos acomodativos. Quanto à intocabilidade do doente, Nogueira (1950, p. 93) considera que este “quase sempre se vê, por assim dizer, suspenso entre dois grupos que tendem a se excluir mutuamente.” Seriam estes, os grupos dos “sãos” e dos “tuberculosos”, e esta concepção de intocabilidade se refere tanto a si (ao doente ainda não acomodado ao status atual, receoso de contaminação), quanto aos outros, que em sua visão, podem se contaminar.

Em relação a tendência do doente para dramatizar, Nogueira (1950, p. 99) afirma que “dramatizando, o tuberculoso provê, inconscientemente, certa compensação para o isolamento psíquico que a moléstia tende a estabelecer entre ele e o não tuberculoso.” Nesse caso, a dramatização teria a função de “capacitar o ‘são’ a se colocar em seu papel e, assim corresponder mais apropriadamente a suas expectativas” (NOGUEIRA, 1950, p. 99). Já a respeito da ‘individualização’, esta pode ser compreendida na relação entre o doente e os

familiares e amigos ‘sãos.’ Isto é, na situação do doente que “nas raras vezes em que retorna ao lar ou ao antigo meio, a título de visita, aí se sente pouco à vontade, como se fosse um estranho” (NOGUEIRA, 1950, p.99-100). Tratando-se do sentimento de considerar-se apartado de seu antigo mundo, portanto, agora redefinido como indivíduo humanamente, em sentido negativo, diferente.

Quanto ao desenvolvimento do “misticismo” durante o tratamento, o autor explica que “as longas horas de inatividade, propícias à meditação, levam o paciente a debater, em seu espírito questões de ordem religiosa e filosófica, na ânsia de se definir perante tais problemas e de encontrar o lugar e o papel do homem na ordem das coisas” (NOGUEIRA, 1950, p.101). Ocasionalmente dentro do doente, um pêndulo que aumenta ou diminui sua fé, (quando não a elimina) perante as circunstâncias imprevisíveis da doença. Já a respeito da tendência do doente de autoafirmação, o autor esclarece que a agressividade pode ser entendida como “uma sutil maneira de satisfazer o desejo de autoafirmação, contrariado pelas numerosas restrições inerentes aos regimes higienodietético e disciplinar” (NOGUEIRA, 1950, p.110).

Já nos tipos acomodativos, o autor exemplifica 3 (três) personalidades possíveis que após a descoberta mais colaborariam para a aceitação do tratamento e da situação atual. São eles: “aqueles em que a doença impõe o mínimo de alterações em atividades e hábitos favoritos anteriores”; aqueles em que “a descoberta da enfermidade é precedida por tisiófilia motivada por outros casos precedentes na família” e aqueles que a utilizam como “um pretexto para livrar-se justificadamente de compromissos anteriores, que o vinham preocupando, e dos quais desejava eximir-se” (NOGUEIRA, 1950, p.113-115).

No ponto 5, “relações entre médicos e doentes,” é possível perceber a ambivalência psicológica vivenciada pelos doentes e médicos. A esse respeito, Oracy Nogueira (1950, p.117) considera que esta interação ambígua se inicia a partir do momento da chegada do doente a Campos do Jordão, pois “todo o doente [ao chegar] entra logo em relações especiais com um determinado médico.” Além disso, estes contatos são qualificados como “assimétricos”, pois espera-se sempre “uma deferência especial do primeiro [doente] em relação ao segundo [médico].” Por isso, “as relações entre médico e cliente envolvem tanto atração como separação, tanto conjunção como disjunção social” (NOGUEIRA, 1950, p. 117).

E, a despeito de certa hostilidade entre os dois grupos, em sua pesquisa, o autor percebeu que “o sentimento de simpatia e apreço sempre sobrepuja a atitude de antagonismo e hostilidade.” Assim, a distância e a deferência entre os dois lados, para Nogueira (1950, p. 121) mantém “resguardado o respeito mútuo, especialmente, o que é devido pelo doente ao médico.” O autor também grifa que através de relações jocosas entre médicos e clientes é possível

promover certa intimidade, sem necessariamente haver a eclosão de conflitos declarados entre ambos. E apoiado nos escritos de Radcliffe – Brown, explica que por meio da jocosidade é possível coexistir na relação entre dois coletivos distintos, amizade e antagonismo velado.

Também é possível perceber o papel social da distância e deferência exigidas entre médicos e pacientes, isto é, a de fazer com que aqueles com maior influência social e melhor dispostos hierarquicamente em posicionamentos superiores, continuem a regulamentar aqueles com menor poder e em posições menos influentes, sem que isso ocasione a fragmentação total da relação entre ambas as partes, sobretudo por meio da situação da brincadeira, jocosidade, entre os lados. Nota-se, portanto, que as brincadeiras e apelidos não possuem a finalidade de dissolver relações, mas operam no sentido de esclarecer, explicitar, lembrar e relembrar que existem diferenças, distinções e hierarquia em meio ao que é aparentemente igual.

De forma sintética, nas conclusões, Nogueira (1950, p. 129) pontua que em São Paulo é possível perceber a formação de “uma consciência cada vez mais difundida e cada vez mais intensa do problema social” analisado. E a partir desta consciência constituída socialmente, por meio de formas de agir, pensar e sentir, apreendidos por meio da educação formal e informal “a concepção da tuberculose como um ‘flagelo social,’ torna cada vez mais intensa a consciência do *estigma* por parte do doente” (NOGUEIRA, 1950, p.129).

Em consequência disso, este adota, o que o autor chamou do *recurso do sigilo*. Assim, nos termos do autor, “o sigilo acarreta um desconforto mental que se traduz em retraimento com referência a antigas relações primárias e na evitação de novas relações deste tipo.” E para livrar-se de um possível imbróglgio frente aos não tuberculosos, o doente opta, apesar das demarcações na cidade, de áreas proibidas a eles, por se fechar, sempre que possível nos limites de seu grupo, compartilhando de “uma organização espontânea e um acervo de modos peculiares de pensar, sentir e agir” (NOGUEIRA, 1950, p.129).

Portanto, a contribuição de Oracy Nogueira para o desenvolvimento dos estudos da categoria do estigma, pode ser compreendida por meio de uma ótica que preconiza a necessidade de uma interdisciplinaridade analítica e metodológica no campo científico. Quanto a isso, Gilberto Cardoso Alves Velho (2009), destaca que

Há que se ressaltar a importância de **Vozes de Campos de Jordão** para diversas áreas disciplinares, quebrando barreiras e excessos de especialização. Entre outros assuntos, temos aqui a oportunidade de refletir sobre o desenvolvimento de noções e problemáticas ligadas à estigmatização[...] (VELHO, 2009).

Por fim, o “ambiente tuberculoso” examinado por Nogueira, é manifesto a partir de perguntas sociológicas em terrenos não convencionais, especialmente frente aos métodos herméticos da sociologia naquele período. Visando compreender, por exemplo, “como médicos, enfermeiros, doentes e sãos se confrontam na experiência do dia a dia” e “como a discriminação e os estereótipos relacionados à doença são introjetados pelos próprios doentes” (CAVALCANTI, 2020). Por isso, Nogueira une dimensões orgânicas à repertórios de formas de pensar socialmente dimensionadas neste mesmo ambiente de interação e risco de acometimento da doença.

1.2 A concepção de Erving Goffman

Na obra o “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada,” Goffman desenvolve “um exercício no sentido de separar o material sobre o estigma de fatos vizinhos” (GOFFMAN, 2004, p. 4). Com esse objetivo, o autor aprofunda e distingue em que consiste a sua concepção acerca deste fenômeno em face de outros que operam com graus de semelhança. Frente a isso, consideramos comum que o pesquisador ao analisar determinado fenômeno, no âmbito da desigualdade social, encontre algumas sendas bifurcadas que os levem, tanto ao preconceito, quanto ao estigma. E, quanto a isso, em nossa ótica, não há problema em estudar um fenômeno e obter resultados bifurcados, desde que se saiba situá-los. É uma das tarefas que esta análise, das interações entre engomados e descamisados, em Imperatriz, por acréscimo evoca: separar o material do estigma e do preconceito, das derivações das relações entre moradores antigos e recentes.

No que tange a perpetração de estigmas, apesar de parecer ser esta movimentada, maiormente, via mobilização exclusiva de atributos, Goffman esclarece que se trata de “uma linguagem de relações e não de atributos” (Ibidem, p.6). Sendo, portanto, um estigma “[...] um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo”, isto é, a resultante de uma relação entre o que esperam do indivíduo ante ao que este realmente prova ter na realidade (Ibidem, p.7). Assim, de maneira aproximativa, também os sentidos sociológicos da obra de Elias e Scotson (2000), que, sobremaneira, se voltam mais para as formas de vinculações entre os indivíduos e menos para as suas características humanas ou predicativos, se mostram fundamentais para se compreender as dinâmicas de dadas sociedades ou distintos agrupamentos.

Os aspectos mencionados reiteram a concepção de Goffman no que diz respeito a não fixidez do estigma. Sendo estes [processos de estigma] passíveis de avaliação por parte de outras pessoas, em contextos específicos e, em grande medida, transitórios. Por isso, a

negociação da realidade só é possível diante da mutabilidade da situação de estigmatização. Portanto, para livrarem-se do estigma, os indivíduos utilizam de uma série de estratégias, seja de evitação, manipulação, acobertamento, ocultamento, cooperando tudo isso, para a definição da situação. A esse respeito, Velho (2004, p.43), destaca que “[...] Goffman centra suas preocupações no próprio processo de definição de situação e construção da própria interação.”

Neste sentido, se malsucedidas, tais estratégias (de evitação, manipulação, acobertamento, ocultamento) podem originar a discrepância colocada pelo autor, própria da identificação de paradoxos e contradições nas identidades apresentadas. Além disso, o autor comunica que é comum que os normais utilizem táticas para manter alguns indivíduos estigmatizados em seu devido lugar social. A esse respeito, Goffman explica que tratar-se-ia da criação de “uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças” (Ibidem, p.8).

Goffman também enfatiza que em situações nas quais “normais e estigmatizados realmente se encontram na presença imediata uns dos outros, especialmente quando tentam manter uma conversa, ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia”. Sobretudo, “porque, em muitos casos, esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão diretamente as causas e efeitos do estigma” (Ibidem, p.15). Se configurando neste momento, a possibilidade de o pesquisador compreender os motivos e consequências de algumas destas práticas localizáveis, para nós, especialmente no caso que nos propusemos a analisar.

Além disso, dadas as situações de manipulação da situação (desacreditado) ou informação (desacreditável), pode ser que de alguma maneira seja possível identificar nos grupos, apoios advindos dos “iguais” e/ou “informados.” A esse respeito, afirma, “considerarei que há um conjunto de indivíduos dos quais o estigmatizado pode esperar algum apoio: aqueles que compartilham seu estigma e, em virtude disto, são definidos e se definem como seus iguais” (Ibidem, p.27).

Nessa linha, Goffman explora situações nas quais indivíduos normais, via proscricção, recebem a difusão de um estigma, ao enunciar que “em geral, a tendência para a difusão de um estigma do indivíduo marcado para as suas relações mais próximas explica por que tais relações tendem a ser evitadas ou a terminar, caso já existam” (Ibidem, p.29). São, assim, exemplificados pelo autor, situações de estigmas adquiridos por proximidade, casos de esposas de pacientes em tratamento de síndromes mentais, filhos de alcoólatras, companheiras e filhos de sujeitos desempregados, entre outros.

E, como antes destacado, desejamos compreender nesta relação entre “engomados” e “descamisados”, a que servem atualmente as caracterizações, especialmente no estabelecimento de forças sociais que se impõem sobre os indivíduos e modulam relações, oportunidades de vida, etc., pois Goffman é enfático ao enunciar que “quer estejamos em interação com pessoas íntimas ou com estranhos, acabaremos por descobrir que as marcas da sociedade ficam claramente impressas nesses contatos, colocando-nos, mesmo nesse caso, em nosso lugar” (Ibidem, p.48).

Isto é, em detrimento de uma análise particularística, para o autor, é fundamental “pensar em várias estruturas nas quais os contatos se produzem e se estabilizam - rua com pessoas estranhas, as relações de serviço superficiais, o lugar de trabalho, a vizinhança, o cenário doméstico”. E, a partir disso, perceber que em “cada caso, é provável que ocorram discrepâncias características entre a identidade social virtual e a identidade social real, e que se realizem esforços, também característicos, para manipular a situação” (Ibidem, p.50). A esse respeito, Maldonado & Contreras (2011, p. 160 -161) explicam que

Embora seja verdade que o problema nodal da sociologia de Goffman é dar uma explicação aos sistemas interativos como um campo preciso da investigação sociológica, a influência das estruturas sociais também está presente em sua teoria (MALDONADO & CONTRERAS, 2011, p 160-161).

Este último entendimento, qual seja, do aspecto social, é visto por Goffman como fundamental para a compreensão das ações dos indivíduos, isto é, se ligadas às interpretações das filiações grupais destes indivíduos e de seus alinhamentos intragrupais. Quanto a isso, Goffman diz que tais “alinhamentos intragrupais”, se referem ao “sentido amplo de pessoas situadas numa posição semelhante.” É interessante notar, que para Goffman, o que “um indivíduo é, ou poderia ser, deriva do lugar que ocupam os seus iguais na estrutura social” (GOFFMAN, 1988, p.96). Não podendo esta dimensão estrutural ser excetuada da análise da interação entre indivíduos.

Por isso, quanto às influências do social sobre as subjetividades dos indivíduos, Goffman considera que “a natureza de uma pessoa, tal como ela mesma e nós a imputamos, é gerada pela natureza de suas filiações grupais” (Ibidem, p.97). Isto implica em compreendermos posições a partir de algumas condicionantes sociais, por isso ele diz que “todos nós, como afirma às vezes a sociologia, falamos do ponto de vista de um grupo” (Ibidem, p.106).

Há a consideração também de que “os desviantes intragrupais, os desviantes sociais, os membros de minorias e as pessoas de classe baixa algumas vezes, provavelmente, se verão funcionando como indivíduos estigmatizados,” certamente, “inseguros sobre a recepção que os

espera na interação face-a-face, e profundamente envolvidos nas várias respostas a essa situação.” Isso ocorrerá, no entendimento de Goffman, “pelo simples fato de que quase todos os adultos são obrigados a manter relações com organizações de serviço, não só públicas como comerciais” (Ibidem, p.123). Assim, quanto a estes aspectos das relações de trabalho, desejamos investigar as relações de interdependência desses grupos estigmatizados para com aqueles que lhes oportunizavam experiências de emprego.

Por fim, como apontado por Pierre Bourdieu “a obra de Erving Goffman representa o produto mais bem-sucedido de uma das maneiras mais originais e raras de praticar a sociologia: aquela que consiste em olhar de perto e longamente a realidade social.” Constituindo uma forma científica de “se colocar assim no próprio espaço desta infinidade de interações ‘infinitesimais’ cuja integração faz a vida social” (BOURDIEU, 2004, p.11).

1.3 A visão de Richard Parker⁶ & Peter Aggleton⁷

Richard Parker é doutor em Antropologia, formado pela Universidade da Califórnia e pós-doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Seus trabalhos, em grande medida, associam conhecimentos antropológicos, sociológicos e de saúde pública. Portanto, de cunho interdisciplinar. Em seu artigo denominado “Interseções entre Estigma, Preconceito e Discriminação na Saúde Pública Mundial”, em especial, no tópico 2 (dois), “Repensando o Estigma, o Preconceito e a Discriminação em Relação à Violência Estrutural,” problematiza questões, que ao longo do tempo, são comumente vistas como naturais.

A tentativa analítica do autor, neste artigo, se faz por meio de uma proposta que aproxima ao limite teoria e prática. De maneira agentiva, explica que “a distinção entre pensamento e ação, entre a teoria e a prática, deve ser reconceitualizada como uma forma mais complexa de práxis” (PARKER & AGGLETON, 2003 Apud PARKER, 2013, p. 29). Seu trabalho acaba por revelar uma intensa relação entre distintos ramos do conhecimento e

6 Doutor em antropologia pela University of California com pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Sociomedical Sciences and Anthropology, diretor do Center for Gender, Sexuality, and Health da Mailman School of Public Health da Columbia University, editor chefe do periódico *Global Public Health* e diretor presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids (MONTEIRO & VILELA, 2013).

7 Peter Aggleton é um cientista social com experiência em estudos de políticas, desenvolvimento internacional e saúde. Por mais de 30 anos, trabalhou com agências do sistema da ONU, governos nacionais e organizações comunitárias na África, Europa, Américas, Ásia e Pacífico para fortalecer políticas e práticas relacionadas à sexualidade, gênero, HIV e saúde sexual (UNIVERSIDADE DE NOVA GALES DO SUL). Fonte: <https://www.unsw.edu.au/staff/peter-aggleton>

disciplinas. Por isso, argumenta a respeito da referida confluência que “embora o foco do [...] trabalho no momento estivesse voltado exclusivamente para o estigma, grande parte da [...] análise poderia claramente ser aplicada ao preconceito e sua relação com a discriminação [...]” (PARKER, 2013, p. 30).

Isto implica, na visão do pesquisador, em considerar mais amplamente as relações entre as construções estratégicas e utilizações de estigmas e as suas impressões nas condições de vida dos indivíduos neles compreendidos. Por isso, apesar do seu realce processual dado ao fenômeno, e parecer ser este grifo algo novo proposto pelo autor, Parker (2013, p. 29) destaca que importa fazer justiça a Goffman no que diz respeito a sua ênfase aos processos “pois sua formulação original na verdade enfatizava mais o processo do que lhe creditamos.”

Assim, cremos que ao reconhecer o legado das concepções teóricas de Goffman enquanto vanguardista na construção da noção de estigma, Parker as utilize, processualmente, relacionalmente e contextualmente em suas análises. Quanto a esta função teleológica e social da pesquisa, há a seguinte consideração do autor “o estigma deve ser compreendido mais claramente como ligado ao funcionamento das ‘desigualdades sociais’” (PARKER, 2013, p. 29).

Ainda fazendo uma consideração ao trabalho de Goffman, Ivan França Junior e Eliana Miura Zucchi (2013, p.128) ao analisarem os escritos de Parker e Aggleton (2001) afirmaram que “ressaltam Parker e Aggleton (2001), [que] disseminaram-se pesquisas com análises altamente individualizadas, transformando estigma em atributo negativo, mapeado diretamente nas pessoas.” Por isso, nos termos dos autores há o seguinte esclarecimento acerca do mal entendido

É importante reconhecer que nenhuma dessas ênfases deriva diretamente de Goffman, que, pelo contrário, tinha grandes preocupações com as questões da mudança social e da construção social das realidades individuais. Na realidade uma leitura do trabalho de Goffman poderia sugerir que, como conceito formal, a estigmatização capta mais uma relação de desvalorização do que um atributo fixo (Parker & Aggleton, 2001, p. 11).

Em termos mais esclarecedores, França Junior e Zucchi (2013, p.128-129) reiteram que o trabalho de Parker e Aggleton (2001) *retoma e aprofunda o já proposto por Goffman*. Nesta linha, explicam que “como forma de retomar e aprofundar a concepção original de estigma, Parker e Aggleton (2001) concebem a estigmatização como um processo social.” Somado a isso, ainda nos liames da ancoragem teórica em que se basearam Parker e Aggleton (2003), Kenneth Rochel de Camargo Jr (2013, p.140) explica que “um dos pontos centrais da discussão

empreendida por Parker e Aggleton (2003)⁸, se baseiam em Erving Goffman e Michel Foucault para sua revisão analítica dos conceitos de estigma e discriminação.”

Neste ponto, percebe-se que somado ao desenvolvido por Goffman, encontra-se a dimensão foucaultiana. Com base nisso, Richard Parker ao analisar as condições de vida dos afro-americanos, [os compreende como àqueles] que têm suas existências marcadas “pela desigualdade de oportunidades de educação e pelo acesso mais limitado ao emprego, ao atendimento médico e à justiça” (PARKER, 2013, p. 32). Neste emparelhamento teórico, pode-se compreender mais claramente que “[...] o estigma não é um fenômeno de livre flutuação social, e o nexó, historicamente determinado, entre as acepções culturais e os sistemas de poder e de dominação é crucial.”

Portanto, presume Parker (2018, p. 30) que a partir de análises mais acuradas acerca do estigma, se possa combater algumas de suas consequências. Isto é, a partir da “compreensão dessa história e de suas consequências para os indivíduos e comunidades [pode-se] desenvolver melhores medidas para combatê-lo e reduzir os seus efeitos” (PARKER, 2018, p. 30). Descortinando, sobretudo, a “forma como o estigma é usado pelos indivíduos, pelas comunidades e pelo Estado para produzir e reproduzir as estruturas da desigualdade social” (PARKER, 2018, p. 30).

1.4 Violência estrutural: relações da obra de Parker e Aggleton (2001) com os escritos de Goffman (1988), Foucault (1977;1988), Bourdieu (1989) e Gramsci (1970)

A obra de Parker e Aggleton (2001), Estigma, Discriminação e AIDS, em reedição de 2021, demonstra em que se articula com o pensamento de Goffman, Michel Foucault, Bourdieu e Gramsci. A mesma trata da epidemia de AIDS na situação brasileira, estando, portanto, alinhada à uma perspectiva de tipos de violência estrutural, próprias da realidade do país. Nos termos de Parker (2021, p. 10) “os pontos-chave do nosso argumento – compreender o estigma e a discriminação nos obrigava a examinar as ligações entre cultura e poder, e que a implantação do estigma desempenhava um papel fundamental na produção e reprodução da desigualdade, exclusão e opressão.” Portanto, ainda que a obra tenha sua ligação com o estigma e o preconceito relacionados aos indivíduos que sofrem com o HIV/AIDS, percebe-se que os

8 PARKER, R. & AGGLETON, P. HIV and Aids-related stigma and discrimination: a conceptual framework and implications for action. *Social Science & Medicine*, 57(1): 13-24, 2003.

autores erigem um panorama teórico que cabe para diversas situações que não somente da doença.

Nessa direção, argumentam que “talvez o mais importante, nos force a reconhecer o quanto a luta contra o estigma e a discriminação, como a luta contra o HIV e a AIDS, é uma batalha de longo prazo que só pode ser verdadeiramente vencida se estivermos dispostos a manter o curso” (PARKER, 2021, p. 11). Por isso, não só nessa área há a persistência do estigma e da discriminação no Brasil, como em inúmeras outras que envolvem sujeitos em situações análogas de exclusão. Assim, para o combate à violência estrutural relacionada à persistência do estigma e discriminação direcionados a indivíduos acometidos pelo HIV/AIDS, Parker (2021, p. 20) salienta que

Acabar com a epidemia exigiria a manutenção da mobilização social de longo prazo, a superação da violência estrutural que impulsiona a epidemia e o enfrentamento do papel do estigma e da discriminação na produção e reprodução das desigualdades sociais que organizam e perpetuam a violência estrutural. A sustentabilidade, portanto, precisa ser entendida não apenas como econômica (mesmo que a sustentabilidade econômica seja essencial), mas também como política – justamente porque a mobilização social é sempre um processo político (PARKER, 2021, p. 20).

Percebe-se que na centralidade da discussão dos autores há a ênfase na transformação da visão das pessoas em sociedade sobre determinadas situações complexas, condições sociais e doenças, sendo esta transformação de pensamento um processo político. Assim, os autores compreendem que existem três fases da epidemia de AIDS: epidemia de HIV (forma silenciosa que ocorre sem ser notada), epidemia da AIDS (forma sintomática, portanto percebida) e epidemia do estigma, discriminação e negação (forma social), tal como demonstrado na imagem construída pelos autores:



Figura 05: Três epidemias/ (PARKER & AGGLETON, 2021)

Para os pesquisadores, especialmente ancorados nos argumentos de Mann (1987) a terceira epidemia, seria aquela mais deletéria, isto é, uma epidemia “das respostas sociais, culturais, econômicas e políticas à AIDS – reações que vêm se caracterizando, principalmente, por níveis excepcionalmente altos de estigma, discriminação e, certas vezes, negação coletiva”

(PARKER & AGGLETON, 2021, p. 22). Assim, para a compreensão social da terceira fase, relativa às mobilizações sociais, culturais, econômicas e políticas que podem responder ao estigma e discriminação de modo a perpetrá-los ou atravancá-los, Parker & Aggleton (2021, p. 22) pontuam que na relação “cultura, poder e diferença” partindo das concepções de estigma de Goffman, outras visões teóricas, tais como as de Michel Foucault, ajudariam na compressão do problema, assim afirmam que este último direcionou

[...] a sua atenção não somente ao conhecimento em si, mas também à relação entre conhecimento e poder. Ele estava particularmente interessado no que chamava de regimes de poder embutidos nos diversos sistemas de conhecimento, e as formas de controle exercidas por tais sistemas sobre os corpos individuais, assim como sociais (PARKER & AGGLETON, 2021, p. 32).

A concepção de Foucault reside, se comparada à perspectiva de Goffman, mais localizada nos regimes de conhecimento e poder, que necessariamente aos desvios apontados pela tradição sociológica norte-americana seguida por Goffman. A figura adiante demonstra a compreensão dos autores a partir do contributo de Foucault.

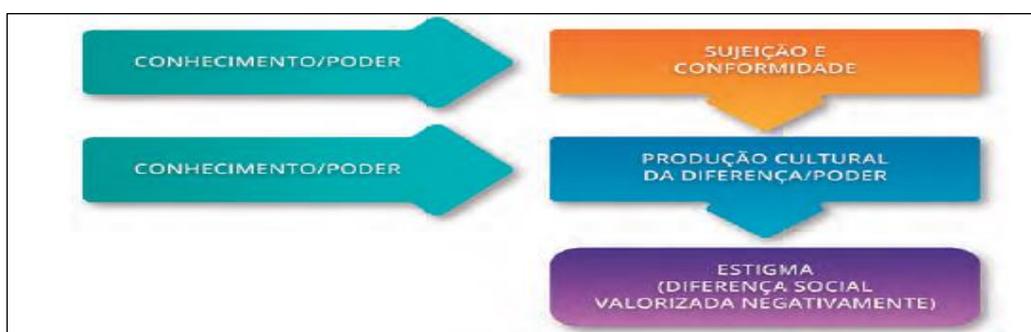


Figura 06: Conhecimento/poder e produção do estigma/ (PARKER & AGGLETON, 2021)

A imagem demonstra como um sistema de conhecimento hegemônico que, portanto, encontra-se controlado por agentes municiados de poder (econômico, político, social), pode criar e imputar as pessoas definições acerca do que é normal e anormal. Levando as mesmas a se auto excluírem ou estigmatizarem outras pessoas.

Os autores esclarecem que a junção teórica Goffman – Foucault deve ser delimitada, pois existem esclarecimentos importantes acerca de um e outro no emparelhamento teórico proposto. Começam por justificar que Goffman, em sua obra, ao contrário de Foucault, quase não mobiliza questões relacionadas ao poder. E, por outro lado, Foucault parece pouco se preocupar com as definições de estigma. Contudo, expressam que no momento em que os trabalhos dos autores, ainda que com focos e ênfases distintas, são pensados em articulação,

“vem à tona, inevitavelmente, a questão da estigmatização culturalmente construída (ou seja, a produção da diferença valorizada negativamente) como central para o trabalho do poder – e, portanto, para o estabelecimento e a manutenção da ordem social” (PARKER & AGGLETON, 2021, p. 35). A imagem 07 demonstra como tais processos de hierarquização e dominação são construídos culturalmente



Figura 07: Poder e cultura/ (PARKER & AGGLETON, 2021)

Em concomitância, os autores pontuam a utilidade das “noções de *violência simbólica* (associada, em particular, ao trabalho sociológico de Pierre Bourdieu) e *hegemonia* (inicialmente elaborada na teoria política de Antonio Gramsci) [...]” (PARKER & AGGLETON, 2021, p. 35). Assim, os pesquisadores destacam, que os conceitos dos autores acima, coligados aos dos dois primeiros (Goffman e Foucault) permitem uma interpretação das funções de estigmatização a partir de sua identificação tanto nas composições e manutenções da ordem e controle sociais, quanto em suas consequências no psicológico e físico dos indivíduos que são acometidos por tais processos (PARKER & AGGLETON, 2021).

Portanto, pode-se compreender a utilidade do conceito de violência simbólica de Bourdieu, especialmente quando o autor demonstra que o poder simbólico age na e por meio da comunicação, portanto, via palavras, imagens e práticas sociais, que emergem de estruturas que se impõem sobre os indivíduos, por meio de instituições e agentes de determinados campos. Sendo esta concepção, similar à de Gramsci, no que se refere à hegemonia de grupos sociais (burguesia) que impõem aos demais (proletariados) suas particularidades e perspectivas de mundo como se fossem uma necessidade “natural” da sociedade como um todo. Por fim, tem-se que a imperceptibilidade de tais violências oriundas das estruturas sociais, compõem nos

termos de Bourdieu (2002), um “poder invisível” que sobrevive em “águas tranquilas” como dito por Galtung (1969), pois que a violência estrutural é em grande medida oculta.

1.5 As concepções de Jo Phelan, Bruce Link e John Dovidio – estigma e preconceito: um animal ou dois?

Partindo de *A Natureza do Preconceito (1954)*, de Gordon Allport e de *Estigma: anotações sobre o gerenciamento de uma identidade marcada (1963)*, de Erving Goffman, Jo Phelan, Bruce Link e John Dovidio levam à cabo a tarefa de demonstrar se existem “discrepâncias essenciais entre os modelos de preconceito e estigma.” Quanto ao desafio teórico, acrescentam que um estudo comparado entre os modelos seja “digno de esforços”, uma vez que, na concepção destes “não houve uma comparação sistemática entre os modelos” (PHELAN; LINK E DOVIDIO, 2013, p.184).

É no terreno do incontável, do infinitesimal, que os autores realizam a investigação. Dois elementos fundamentais vão adiante dos objetivos dos autores: discrepância e paralelia. Para justificar a profusão de *atravessamentos (paralelias)* entre um modelo e outro, sugerem duas hipóteses para cada uma das suposições: 1) para justificar a *paralelia*, consideram a possibilidade da aplicação de diferentes termos, por parte dos pesquisadores, para se referirem aos mesmos processos fenomenológicos e 2) para justificar a *discrepância*, supõem existir diferenças elementares entre os dois processos de estigma e preconceito (PHELAN; LINK E DOVIDIO, 2013, p.184).

A partir dos dados dos autores construímos o quadro explicativo a seguir:

Quadro explicativo acerca da paralelia e discrepância entre preconceito e estigma	
Se há paralelia entre estigma e preconceito	Esta pode ser derivada da utilização de diferentes termos por parte de pesquisadores para tratar de um mesmo processo
Se há discrepância entre estigma e preconceito	Esta pode ser advinda de diferenças substanciais a respeito da origem e desenvolvimentos dos dois processos

Tabela 02: Quadro explicativo acerca da paralelia e discrepância entre preconceito e estigma

Fonte: (PHELAN; LINK E DOVIDIO, 2013)

Para desenvolver a análise, os autores explicam que o trabalho se restringiu a modelos que consideraram “particularmente conhecidos ou influentes, ou que tenham contribuído, significativamente, para as conceituações de estigma e preconceito.” Ante ao fato, esclareceram os motivos de alguns modelos não estarem incluídos “devido a limitações de espaço” (PHELAN; LINK E DOVIDIO, 2013, p.184). Para a compreensão de como se deu a análise dos 3 modelos, erigimos a seguinte tabela:

A análise dos 3 (três) modelos	
Primeira etapa: CODIFICAÇÃO	
Dimensão 1 (da 1ª etapa)	Quais são os principais construtos do modelo?
Dimensão 2 (da 1ª etapa)	Onde o modelo fixa sua atenção? Por exemplo, na estigmatização ou na discriminação de indivíduos, doravante denominados ‘perpetradores’? Em indivíduos que são objeto de estigma ou preconceito (referidos como ‘alvos’)? Em interações entre perpetradores e alvos e/ou estruturas sociais? Caso o foco esteja nos indivíduos, que processos o modelo enfoca: cognitivos, emocionais, comportamentais?
Dimensão 3 (da 1ª etapa)	A que características humanas o modelo pretende se aplicar?
Dimensão 4 (da 1ª etapa)	Estigma e preconceito são processos vistos como normais ou patológicos? São processos comuns em indivíduos ou variam entre estes?
Segunda etapa: COMPARAÇÃO	
comparamos cada par de modelos procurando contradições ou incompatibilidades (casos nos quais os modelos preveem resultados diversos).	
Terceira etapa: INTERCAMBIALIDADE	

nos perguntamos se as características humanas poderiam ser intercambiáveis nos modelos. Por exemplo: poderiam outras características não explicitamente mencionadas em um determinado modelo ser nele incorporadas?

Tabela 03: a análise dos três modelos
Fonte: (PHELAN; LINK E DOVIDIO, 2013, p.185)

Em termos simples, para atender às dimensões da etapa 01, relativa à *codificação* dos modelos conceituais, os pesquisadores reuniram dois grupos de conceitos principais dos autores escolhidos: de um lado foram dispostos aqueles que tratam do Estigma (E), e de outro, aqueles que trabalham o tema do Preconceito (P). Em linhas gerais, a organização seguiu a seguinte estrutura:

Estigma - De Goffman a Swim & Thomas	Preconceito – De Allport a Devine
E1 – Goffman (1963) E2 – Link & Phelan (2001) E3 – Parker & Aggleton (2003) E4 – Jones <i>et al.</i> (1984) E5 – rótulo modificado (Link <i>et al.</i> , 1969) E6 – ameaça a identidade (Major & O'Brien, 2005) E7 – enfrentamento objetivo, autoregulado (Swim & Thomas, 2007)	P1 – Allport (1954) P2 – racismo aversivo (Gaertner & Dovidio, 1988) P3 – conflito realista (Sheriff, 1958) P4 – cognitivo (Hamilton & Trollier, 1986) P5 – identidade social (Tajfel & Turner, 1979) P6 – racismo sistemático (Feagin, 2000) P7 – racismo como estressante (Clark <i>et al.</i> , 1999) P8 – conteúdo de estereótipo (Fiske <i>et al.</i> , 2002) P9 – estereótipos e preconceitos automáticos e controlados (Devine, 1989)

Tabela 04: modelos de estigma e preconceito
Fonte: (PHELAN; LINK & DOVIDIO, 2013, p.188)

Desta forma, os autores constroem um quadro de análise comparativo contendo modelos de preconceito e estigma, e revisitam grande parte dos debates, indicações, diferenciações e confluências dos conceitos. Como demonstrado de forma simplificada abaixo na tabela construída a partir da tabela original dos autores:

Perpetrador	Alvo	Modelos	Modelos	Explicação
Aquele que comete, pratica ato moralmente	Objetivo; qualquer coisa, ou pessoa onde/	Indicados por sua inicial E (Estigma)		É analisada a relação conflitiva entre

inaceitável, crime, delito etc.	na qual se deseja acertar.	Aqui incluímos Nogueira (1950), embora os autores partam de Goffman (1963) e considerem outros modelos como E 2: Link & Phelan (2001); E 3: Parker e Aggleton (2003); E4 – Jones Et. al. (1984); etc. posteriores a Goffman.	Indicados por sua inicial P (Preconceito) A partir do P1 – Allport (1954), outros modelos são elencados como P2 – racismo aversivo (Gaertner e Dovidio, 1988); etc. Posteriores a Allport. Aqui incluímos Nogueira (1998).	perpetrador e alvo, viabilizada por estereótipos, discriminações et., identificados nos modelos conceituais de estigma e modelos conceituais de preconceito.
---------------------------------	----------------------------	--	---	--

Tabela 05: quadro simplificado relativo aos fatores preconceito e estigma.
Fonte: (PHELAN; LINK E DOVIDIO, 2013)

Da tabela pode-se inferir que o “perpetrador” é aquele que se utiliza de preconceito ou estigma para atingir o alvo: alguém, a imagem de um grupo, comunidade, bairro, entre outros. Também explicamos, que neste modelo, acrescentamos o próprio Nogueira (1950;1998), no rol de autores vanguardistas das discussões acerca dos processos de estigma e como integrante no rol daqueles que seguem a tradição da concepção de preconceito iniciada por Allport.

Em sequência, para atender às finalidades da etapa 02, os autores desenvolveram argumentos acerca das possíveis “*Previsões Contraditórias*” entre os modelos, bem como para a consideração entre normalidade e psicopatologias, através do tópico denominado “*Normalidade/Processos Comuns versus Psicopatologia/ Variação Individual* (PHELAN; LINK & DOVIDIO, 2013, p.189-190).” Para antever *previsões contraditórias* entre os modelos, os autores identificaram dois argumentos comuns à maioria dos constructos, que encontraram divergências no âmbito do trabalho de alguns autores: “O primeiro diz respeito ao impacto do estigma e do preconceito sobre o bem-estar psicológico dos alvos” e “O segundo trata da comparação entre modelos evolucionários e processos sociais/psicológicos.”

O resultado da comparação entre os autores, relativo ao primeiro argumento, está ancorado no que dizem os modelos de ameaça de identidade dos autores Crocker, Major e Steele (1998) e Major e O’Brien (2005), pois, nos termos de Phelan; Link & Dovidio (2013, p.189), o coletivo de pesquisadores mencionados “sustentam que os alvos de estigma e preconceito não são, necessariamente, tão afetados psicologicamente quanto sugere a maioria dos modelos.”

Já a discordância apresentada entre os autores acerca do segundo argumento está no fato de que há uma discrepância entre autores que trabalham a partir de modelos sociais e psicológicos e aqueles que trabalham via modelos evolucionários. Por isso, Phelan; Link & Dovidio (2013, p.189) explicam que “O modelo evolucionário de Kurzban e Leary (2001) não nega que os processos sociais tenham sua parcela de participação [na estigmatização], mas argumenta que os processos evolucionários explicam a maioria dos processos de estigmatização.” Além disso, por outro lado, coloca que, opostamente, dentre os modelos estudados, aqueles “sociais e psicológicos de preconceito e estigma geralmente não mencionam fatores evolucionários.” O que se percebe é uma discordância metodológica e de foco entre os autores que trabalham com modelos evolucionários e aqueles que utilizam modelos sociais.

Em conclusão, os autores consideram que a constatação das discordâncias, não necessariamente cria um fosso entre os modelos de preconceito e estigma, ao contrário, funcionam enquanto frações complementares, por isso defendem que

Os modelos de ameaça de identidade e os evolucionários se identificam com estigma, e os modelos dos quais diferem incluem, em ambos os casos, os modelos de estigma e preconceito. No geral, a revisão dos modelos em separado nos leva a concluir que diferenças de foco indicam complementaridade, ao invés de contradição (PHELAN; LINK & DOVIDIO, 2013, p.189).

Superadas as *divergências* entre os modelos, para completar a etapa 2 (dois) do trabalho, os autores analisam “se os modelos veem estigma ou preconceito como ideias enraizadas em processos normais, que funcionam de forma semelhante para todos os indivíduos, ou se focalizam diferenças individuais ou psicopatologias.” Inferem os autores que, maiormente, os modelos de estigma encontram expressão em processos normais, bem como, em maior medida, os modelos de preconceito, também gozam da mesma consideração. Em outros termos, pode-se dizer que a predominância dos modelos de estigma e preconceito em processos comuns, em nada excetua variações no que tange à consideração de diferenças ou psicopatologias (perspectivas individuais) nos constructos dos autores selecionados. Portanto, um elemento não exclui o outro, não havendo, a partir disso, “uma linha divisória entre estigma e preconceito” (PHELAN; LINK & DOVIDIO, 2013, p.190).

A respeito da etapa 3 (três) da análise, os autores erigem uma discussão no tópico “*Intercambiamento das Características que São Objeto do Estigma e do Preconceito.*” Assim, a despeito das exceções, e de modo a exemplificar a intercambialidade dos modelos de estigma, os autores explicam e exemplificam que tais *intercambialidades entre modelos de estigma e preconceito* podem ser identificadas no trabalho de Goffman “por exemplo: nos estigmas tribais

[...] as manchas de caráter individuais, vistas como aberrações ou monstruosidades corporais, parecem abarcar todo e qualquer tipo imaginável de estigma ou preconceito.”

E, salientam que no âmbito dos modelos de preconceito, seus diversos modelos “não estão particularmente associados a grupos incluídos ou marginais, e a teoria social de identidade baseia-se em pesquisas que mostram que características arbitrariamente identificadas podem servir como base para discriminação (Tajfel, 1970) (PHELAN; LINK & DOVIDIO, 2013, p.190).” Denotando a possibilidade de modelos relativos às categorias do preconceito serem utilizados, também, em modelos de discriminação.

Diante das conclusões da análise, os autores constroem proposições finais acerca da “*existência de três funções de estigma e preconceito: exploração/dominação; imposição de normas sociais; e prevenção de doenças.*” Também referidas pelos autores, respectivamente, como “*manter as pessoas para baixo; mantê-las dentro; e mantê-las fora.*” A esse respeito, quando falam de “*exploração/dominação*” consideram, sobretudo, que a “exploração e a dominação, juntamente com suas respectivas ideologias, são funções básicas do estigma e do preconceito. Raça é um exemplo claro. Feagin descreve o modo como o racismo foi ‘parte integrante da fundação dos Estados Unidos’ (PHELAN; LINK & DOVIDIO, 2013, p.190). Por isso, os autores sublinham que ideologias são criadas e desenvolvidas por grupos dominantes, uma vez conquistada a aquisição de seu reconhecimento social (da ideologia), com a finalidade de estes agrupamentos continuarem a perpetrar desigualdades sociais. Mantendo cada um, como dito por Goffman (1963), “em seu devido lugar social.”

A respeito da “*Imposição de normas sociais*” os autores esclarecem que “essa função do estigma e do preconceito se alinha com a *exploração/dominação*, haja vista que o grupo dominante é decisivo ao definir o que é inaceitável.” Embora destaquem que “há uma diferença crucial no fato de o grupo dominante não se beneficiar do trabalho daqueles tidos como diferentes, ao menos não de forma significativa.” Como ocorre na proposição “*exploração/dominação* (PHELAN; LINK & DOVIDIO, 2013, p.194). Por fim, no rol das proposições, não daremos atenção ao tema “Prevenção de doenças” pois como apontado pelos autores, “essa forma de estigma e preconceito [é] de difícil definição em termos puramente sociais ou psicológicos.” Não constando como objetivo desta pesquisa adentrar em terrenos da psicologia evolutiva (PHELAN; LINK & DOVIDIO, 2013, p.195).

E respondendo ao problema inicial, os autores no tópico “Conclusões: um animal ou dois?” elencam que a “análise sugere algumas diferenças, tanto na ênfase quanto no foco, porém [tem-se que] que os modelos de preconceito e estigma definem um único animal.” Portanto, “as distinções nas funções de estigma e preconceito os levaram, todavia, a delinear três subtipos

desse animal.” Descritos e desenvolvidos por meio das três funções do estigma e preconceito, colocados pelo autor enquanto: “exploração e dominação (manter as pessoas embaixo), na aplicação de normas (manter as pessoas dentro) e na prevenção de doenças (manter as pessoas fora)” (PHELAN; LINK & DOVIDIO, 2013, p.200). Portanto, ancorados especialmente em Dovidio, Major e Crocker (2000) o ‘estigma’ seria em maior grau identificado em processos abrangentes, em maior medida, grupais, que expressem características humanas de comportamentos, identidades desviantes, doenças e deficiências, e o preconceito, especialmente em processos relacionados às atitudes dos indivíduos, sobretudo aquelas ligadas à raça, portanto, racistas.

Finalmente, cabe ainda ressaltar, que a perspectiva dos autores acerca do estigma e do preconceito, tem seus ligamentos numa teoria da violência estrutural, que nos termos do sociólogo Johan Galtung, é aquela destituída de uma perceptível ligação sujeito-objeto, isto é “a violência sem essa relação é estrutural, embutida na estrutura. Assim, quando um marido bate em sua esposa, há um claro caso de violência pessoal, mas quando um milhão de maridos mantém um milhão de esposas em ignorância, há violência estrutural” (GALTUNG, 2018, p.39). Além do mais, quando em face das consequências do estigma e preconceito, os pesquisadores Phelan; Link & Dovidio (2013) a situam [a violência estrutural] enquanto aquele tipo de violência evitável, que se processa, como expresso pelo especialista, de forma “silenciosa, [pois] não se mostra – [e] é essencialmente estática, [como] as águas tranquilas (GALTUNG, 1969, p. 173).”

1.6 Breves considerações acerca da discussão teórica realizada

Consideramos que o “ambiente tuberculoso” examinado por Nogueira ([1950]; 2009) trouxe para esta pesquisa uma compreensão interdisciplinar acerca do estigma, uma vez que verdadeiramente acreditamos que não há fazer científico fechado. Por isso, ao unir dimensões orgânicas a repertórios de formas de pensar socialmente, Nogueira ([1950]; 2009) rompe limites entre áreas tidas, naquele período, como antagônicas.

O estigma é compreendido nas lentes do autor, como um fenômeno passível de ser identificado em quase toda situação. Não havendo para ele, lugar com portas definitivamente fechadas. Assim, também pensava Goffman (1988), pois para este último, todos os indivíduos em relações sociais estavam sujeitos a serem estigmatizados, seja por suas ações ou atributos, em algum momento de suas vidas.

Ademais, Nogueira ([1950]; 2009) demonstrou como “o eu que estigmatiza” nasce e se enraíza nos indivíduos, até mesmo naqueles que são estigmatizados. O estigma para o autor é próprio de uma composição estrutural da sociedade, pois que é adquirido durante a vida do indivíduo, por meio da educação formal, tradição, leitura e mesmo via campanhas sanitárias. Por isso, quanto aos processos estigmatizantes, o alvo e o perpetrador são potencialmente um só. Aquele indivíduo que deixa de ser são, devido ao acometimento da doença, foi outrora potencialmente instruído institucionalmente para ser perpetrador.

Em face disso, sobretudo no ambiente tuberculoso de Campos do Jordão, o autor demonstrou como processos conflituos entre indivíduos e grupos que mantém interação constante pode gerar coesão, interesses comuns, normas, regras e o que ele denominou de **acervo de modos de pensar sentir e agir** (NOGUEIRA, 1950, p. 41). Assim, no que se refere às conclusões de Phelan; Link & Dovidio (2013) acerca das funções do estigma e preconceito, em Nogueira (1950) o foco do processo localiza-se em duas funções principais do estigma: na aplicação de normas (manter as pessoas dentro) e na prevenção de doenças (manter as pessoas fora). Em outros termos, tem ótica abrangente, grupal e se expressa em características humanas ligadas a doenças (doentes e sãos) e na identificação de comportamentos desviantes (doentes e normas senatoriais).

Como sublinhamos, o escopo de Goffman é amplo, isto é, o foco de sua análise transita nas possibilidades de interações entre os indivíduos. Portanto, para ele, toda e qualquer pessoa pode perpetrar ou ser alvo de estigma. O que faz com que a identificação, dos objetos focalizados em sua análise, seja abrangente. Os indivíduos nos termos de Goffman podem ser estigmatizados por seu comportamento desviante, por pertencer às minorias, por integrar as classes baixas, por portar doenças, por possuir marcas ou cicatrizes socialmente desvantajosas, por conviverem com indivíduos estigmatizados etc. Por isso, aponta em sua obra

[...]três tipos de estigma nitidamente diferente. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, 1988, p.7).

Ante a amplitude, e por abarcar pelo menos três grandes grupos de análises (estigmas corporais, comportamentais e de origem - tribal/raça) a perspectiva de Goffman caberia nas três funções de estigma e preconceito demonstradas por Phelan Link e Dovidio, uma vez que

segundo os autores, o trabalho de Goffman, especialmente quando com foco em estigmas tribais de raça (origem) e corporais (marcas), devido a sua intercambialidade, “parecem abarcar todo e qualquer tipo imaginável de estigma ou preconceito” (PHELAN, LINK & DOVIDIO, 2013, p. 190).

Por isso para Richard Parker & Peter Aggleton (2001) uma “leitura do trabalho de Goffman poderia sugerir que, como conceito formal, a estigmatização capta mais uma relação de desvalorização do que um atributo fixo” (Parker & Aggleton, 2001, p. 11). Isso significa, que em sua amplitude analítica, acerca dos diversos de tipos de estigma, está em jogo muito mais a valorização ou desvalorização por que passam indivíduos ou grupos sociais, que a focalização em uma característica analítica específica ou outra. Por essa linha vasta e extensa Parker e Aggleton (2001) procedem com a busca da identificação do estigma em contextos específicos visando combatê-lo. Por isso, Parker destaca a necessidade da compreensão da “forma como o estigma é usado pelos indivíduos, pelas comunidades e pelo Estado para produzir e reproduzir as estruturas da desigualdade social” (PARKER, 2018, p. 30).

Para compreender o que pretendem os autores, é preciso decifrar o papel da violência estrutural nas relações humanas. Goffman traz o substrato inicial para a análise, contudo, nesses quadros de estigmas possíveis, subjazem outros elementos. Para localizá-los, os autores defendem que é necessário decifrar a relação entre conhecimento e poder na produção do estigma. Sobretudo como o conhecimento e o poder criam culturalmente sujeição e conformidade nas pessoas e as alimentam de ideologias acerca das diferenças dos indivíduos, as municiando da possibilidade de disseminarem processos estigmatizantes, baseados em diferenças de gênero, classe, raça, sexualidade, entre outras.

Ante ao fato, seu combate exigiria não somente a mobilização dos campos econômico e jurídico, mas também necessitaria do campo político e científico. O suplantar de estigmas passa pela transformação da mentalidade das pessoas, sobretudo daqueles que possuem poder e conhecimento para finalmente atravancarem ideologias estigmatizantes.

Por fim, acerca dos contributos dos primeiros autores que tratam predominantemente do estigma, ressaltamos que estes nos trazem a possibilidade de mapearmos as maculações ocasionadas pelo estigma ao corpo social, sobretudo ao identificarmos pelo menos três funções de estigmas que só por isso (por estarem desvendadas), podem ser efetivamente combatidas. Porque se sabe agora, ao menos teoricamente, o que elas pretendem: explorar e dominar (manter as pessoas embaixo); aplicar normas (manter as pessoas dentro) e prevenir doenças (manter as pessoas fora).

O próximo capítulo corresponde à análise da categoria preconceito, que conjugada à discussão deste capítulo 01, visa, como já expresso por nós, possibilitar o alcance do objetivo 2 (dois) desse trabalho: compreender a quais categorias sociológicas, preconceito e/ou estigma, maiormente se ligam os termos “engomados e descamisados.” Portanto, o capítulo adiante erige uma discussão acerca do preconceito com o intento de responder a essa questão.

2. O DEBATE SOCIOLÓGICO SOBRE O PRECONCEITO

2.1 A definição do preconceito: a perspectiva de Gordon Willard Allport

No contexto norte-americano, sobretudo em Harvard, Allport se destacou por promover uma interlocução entre as disciplinas da psicologia e sociologia. Sua obra “A natureza do Preconceito,” a qual iremos trabalhar, é o resultado dessa interação entre as duas áreas de conhecimento, uma vez que o autor se dedicou a compreender processos discriminatórios vivenciados por afro-americanos e judeus. A esse respeito, consideramos que o autor guarda algumas semelhanças e diferenças em relação ao caso brasileiro, mas que constitui um importante referencial dentro da teoria sociológica.

Em complemento, esclarecemos que o uso desse autor e de seus achados se mostraram relevantes na compreensão do objeto que nos propomos a investigar. Obviamente a literatura nacional e latino-americana também trouxeram importantes contribuições, seja no quadro das ciências sociais, especialmente a antropologia, seja na própria história. Todavia a revisão da literatura e os limites de tempo impostos para a realização da pesquisa e conclusão do mestrado, nos conduziu a fazer essa escolha por Allport, não descurando as demais contribuições.

Gordon Willard Allport, em seu livro a Natureza do Preconceito, edição do ano de 1979, no capítulo, denominado “qual é o problema?” em vistas de trazer uma definição acerca do preconceito, compara a fala do escritor⁹ e literato inglês, mais conhecido pela obra infantil “Contos de Shakespeare,” à *atitudes e crenças* dos seres humanos em geral, ao declarar que ninguém em “nenhum canto do mundo está livre do desprezo do grupo. Estando presos às nossas respectivas culturas, nós, como Charles Lamb, somos feixes de preconceito” (ALLPORT, 1979, p. 76). Assim, em busca de uma definição mais acertada sobre o fenômeno,

9 Para mim, preso à terra e acorrentado ao cenário de minhas atividades, confesso que sinto as diferenças da humanidade, nacional e individual. ... Sou, em palavras mais claras, um feixe de preconceitos - feito de gostos e desgostos - o mais puro escravo de simpatias, apatias, antipatias (CHARLES LAMB *citado por* GORDON WILLARD ALLPORT, 1979, p. 71)

utiliza-se de vários exemplos, relatos e situações vivenciadas por diversos personagens. Desde um antropólogo a um antissemita.

Na definição do termo, aponta que “a palavra preconceito, derivada do substantivo latino *praejudicium*, sofreu, como a maioria das palavras, uma mudança de significado desde os tempos clássicos.” Além disso, elenca que a mesma foi definida, inicialmente, na antiguidade, como “*um precedente - um julgamento baseado em decisões e experiências anteriores*”; mais tarde, como “*um julgamento prematuro ou precipitado*” e, na atualidade [período da escrita da obra], como uma atitude de “*favorabilidade ou desfavorabilidade que acompanha tal julgamento anterior e sem suporte*” (ALLPORT, 1979, p. 80-81).

A respeito do *preconceito étnico*, alerta que “embora seja importante ter em mente que os preconceitos podem ser prós e contras, não deixa de ser verdade que o preconceito étnico é principalmente negativo.” E, embora o indivíduo tenha que reportar-se no dia a dia a pessoas individuais, o autor enfatiza que esse tipo de preconceito étnico, mesmo que vivenciado solitariamente, “também implica uma ideia injustificada sobre um grupo como um todo” (ALLPORT, 1979, p.82).

Acreditando ter chegado a uma definição final, expressa que “o preconceito étnico é uma antipatia baseada em uma generalização falha e inflexível. Pode ser sentido ou expresso. Pode ser dirigida a um grupo como um todo, ou a um indivíduo por ser membro desse grupo.” E, acrescenta que o efeito do mesmo, pode ser sintetizado no ato de “colocar o objeto do preconceito em alguma desvantagem não merecida por sua própria má conduta” (ALLPORT, 1979, p. 88).

Além disso, reitera que “uma definição adequada de preconceito contém dois ingredientes essenciais [*atitude e crença*]. Deve haver uma atitude de favor ou desfavor; e deve estar relacionado a uma crença supergeneralizada (e, portanto, errônea).” Pois, “declarações preconceituosas ora expressam o fator atitudinal, ora o fator crença” (ALLPORT, 1979, p. 94). E as crenças são mais alteráveis que as atitudes, pois por meio da reeducação formal é possível incrementar ou refutar mais rapidamente crenças. E a mudança de atitudes e hábitos, não necessariamente, ocorre em concomitância. Tal qual o autor indica acontecer em “certos programas destinados a reduzir o preconceito, [que] conseguem alterar as crenças, mas não as atitudes. As crenças, até certo ponto, podem ser racionalmente atacadas e alteradas” (ALLPORT, 1979, p. 97). Assim, sobre sua escala de cinco pontos, explica que esta “serve para chamar a atenção para a enorme gama de atividades que podem advir de atitudes e crenças preconceituosas” (ALLPORT, 1979, p. 100). A imagem a seguir traz um demonstrativo da mesma:

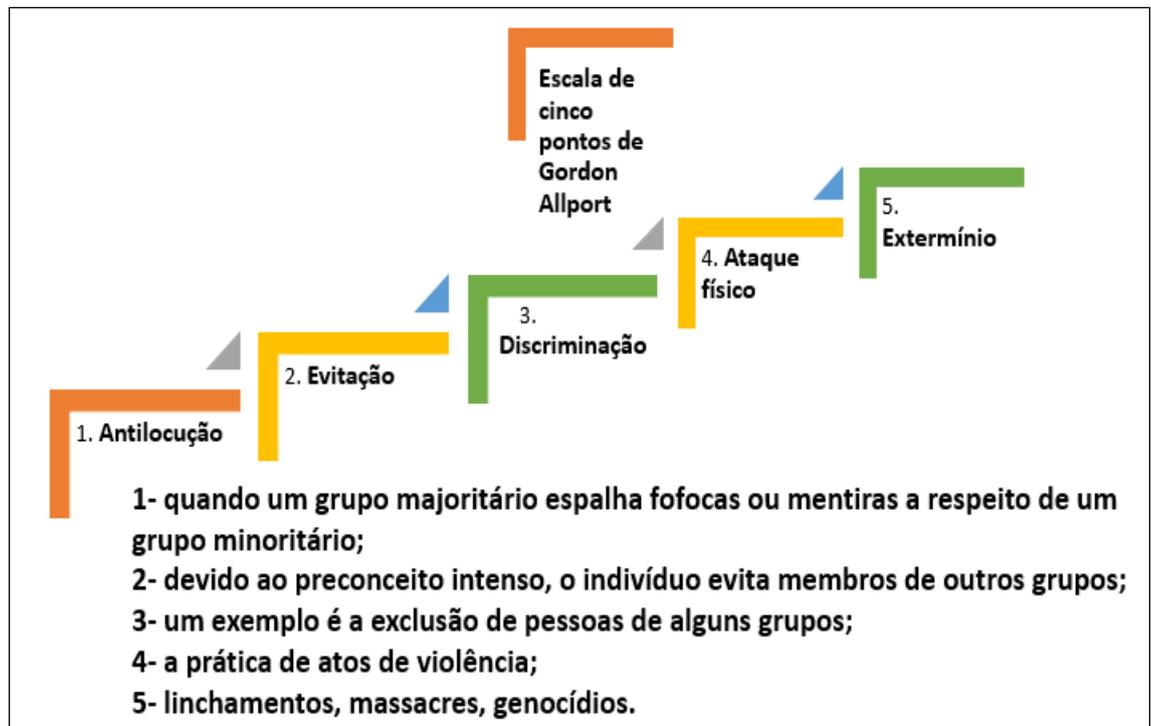


Figura 08: escala de cinco pontos de Gordon Allport
 Fonte: Allport (1974).

É preciso pontuar, por fim, que para o autor, qualquer definição que se tenha a respeito do preconceito, conterão *crenças e atitudes*. Além do mais, embasadas em tais crenças, determinadas atitudes dos indivíduos poderão progredir, por exemplo, do nível 1 da *antilocução* ao nível 5 do *extermínio*, ou mesmo transitar no interstício entre um e outro.

2.1.1 Os efeitos do contato

Estando definido o conceito, partiremos para outros assuntos subjacentes ao fenômeno do preconceito, referentes ao *capítulo “o efeito do contato.”* Neste capítulo *Allport põe em averiguação o fato de*

Alguns sociólogos sustentarem que, quando grupos de seres humanos se encontram, eles normalmente passam por quatro estágios sucessivos de relacionamento. A princípio, há contato direto, levando logo à competição, que por sua vez dá lugar à acomodação e, finalmente, à assimilação. Essa progressão pacífica, de fato, ocorre com frequência (ALLPORT, 1979, p. 638).

Frente ao argumento, expõe que tal progressão não é necessariamente uma constante. Em seu entendimento, “onde antes existia acomodação, pode ocorrer o retrocesso ao estágio de competição e conflito. Os tumultos raciais representam tal retrocesso, assim como os surtos periódicos contra os judeus” (ALLPORT, 1979, p. 639). Salienta, portanto, que importa saber

os tipos de contatos estabelecidos: se frequentes ou não e *os aspectos dos contatos*, dois aspectos fundamentais explicitados se referem à “relação de atividade competitiva ou cooperativa” e à “relação de papel superior ou subordinado envolvida; por exemplo, mestre-criado, empregador-empregado, professor-aluno” (ALLPORT, 1979, p. 640).

Sobre a “*Atmosfera social em torno do contato*” pontua que cabe ao pesquisador saber se a “segregação é predominante ou o igualitarismo é esperado”; “Se o contato é voluntário ou involuntário” e “‘real’ ou ‘artificial.’” Além dos mais, no que diz respeito aos *efeitos do contato*, considera que *três questões são relevantes*: saber se “o contato é percebido em termos de relações intergrupais ou não percebido como tal; se o contato é considerado ‘típico’ ou ‘excepcional’ e, por fim, se o contato é considerado importante e íntimo ou trivial e transitório.” Cabendo, por acréscimo, investigar a “personalidade da pessoa que vivencia o contato” (ALLPORT, 1979, p.640).

Neste sentido, situou as áreas nas quais podem se disseminar os *efeitos do contato*: “a. Casual; b. residencial; c. Ocupacional; d. Recreativo; e. Religioso; f. Cívico e fraterno g. Político e h. Atividades intergrupais de boa vontade.” No que tange aos *contatos residenciais* informa que seu estudo demonstrou “que a abordagem do contato residencial é vista como uma ameaça pelo grupo dominante, mas que a natureza das reclamações e percepções variam de acordo com o imediatismo (ou distância) da ameaça.” Por outro lado, também verificou “em algumas localidades um padrão integrado. Às vezes, [justificado] graças ao rápido desenvolvimento da habitação social” que acabara por oportunizar uma maior integração de pessoas das variadas origens nacionais e sociais (ALLPORT, 1979, p. 654). Por isso, em maior medida, notou que quanto menor a distância entre as partes, proporcionalmente, haverá, entre elas, uma maior acomodação.

Finalmente, acerca do âmbito dos *contatos residenciais*, pondera que “não é o simples fato de viver juntos que é decisivo. São as formas de comunicação resultantes que importam. Se vizinhos negros e brancos são ativos em conjunto em empreendimentos comunitários é o que conta.” Por isso, alerta que “não devemos supor que a moradia integrada resolva automaticamente o problema do preconceito. No máximo, podemos dizer que cria uma condição em que contatos amigáveis e percepções sociais precisas podem ocorrer” (ALLPORT, 1979, p. 657). Neste sentido, grifa que o *contato residencial segmentado por zonas*, aumenta a tensão entre sujeitos segregados e o *contato promovido por políticas habitacionais integradas*, eliminam óbices na comunicação entre os lados, podendo resultar na mitigação de estereótipos negativos utilizados pelas partes para fundamentação de atitudes discriminatórias.

A respeito do “*contato ocupacional*” indica que a partir da análise do conjunto de dados que acima enumeramos, “os empregos que a maioria dos negros, e membros de certos outros grupos minoritários, ocupam estão na base da escala ocupacional ou perto dela. Eles carregam consigo salários baixos e baixo status.” Completando que “os negros geralmente são servos, não patrões; porteiros, não executivos; trabalhadores, não capatazes. Acumulam-se agora as evidências de que esse status diferenciado na ocupação é um fator ativo na criação e manutenção do preconceito” (ALLPORT, 1979, p. 657).

Como “cerne da questão” aponta que “o contato deve chegar abaixo da superfície para ser eficaz na alteração do preconceito. Apenas o tipo de contato que leva as pessoas a fazerem coisas juntas tem probabilidade de resultar em mudanças de atitude.” Significando ser um contato realmente eficaz na mitigação de atitudes preconceituosas, aquele que ocorre no subsolo das relações, que ultrapassa o solo costumeiro da superficialidade. Em complemento, pondera que não é possível afirmar que “o contato reduz o preconceito entre todos os indivíduos envolvidos. Não o faz mesmo quando o contato é de igual status na busca de objetivos comuns. A razão é que certas personalidades resistem às influências do contato” (ALLPORT, 1979, p. 673-674).

Em conclusão expõe que “o preconceito (a menos que esteja profundamente enraizado na estrutura do caráter do indivíduo) pode ser reduzido pelo contato de status igualitário entre grupos majoritários e minoritários na busca de objetivos comuns.” (ALLPORT, 1979, p. 677). Compondo por exemplo, sindicatos trabalhistas, cooperativas, ONGs, associações de pais de alunos, entre outros.

2.2 Preconceito Racial de Marca: a perspectiva de Oracy Nogueira

Na obra *Preconceito de Marca*, Cavalcanti (1998, p. 09) pontua que Oracy Nogueira, ao analisar as relações raciais em Itapetininga, São Paulo, especialmente a partir de “decisivo confronto de ideias com os fatos, desvenda um *padrão de discriminação racial* – o *preconceito racial de marca*, que vale para o país.” Oracy Nogueira (1998, p. 35) esclarece que o “estudo está dividido em duas partes - uma destinada à análise da composição da sociedade local no tempo da escravidão e dos padrões de relações inter-raciais aí vigentes e outra, à da situação atual, com atenção especial ao problema do preconceito racial.”

Neste trabalho, Nogueira (1998, p.31) descreve que “*no município de Itapetininga está representada toda uma gama de condições e posições sociais que se podem encontrar no Brasil.*” As condições e posições podem ser expressas, em sua análise, por meio de

famílias abastadas e tradicionais e elementos intermediários até a grande massa dos menos favorecidos; brancos, mulatos e pretos, imigrantes e seus descendentes; profissionais liberais, professores, funcionários burocráticos das repartições federais, estaduais e municipais, a massa dos pequenos trabalhadores urbanos e a proporção ainda maior de trabalhadores rurais (NOGUEIRA, 1998, p. 31).”

Em acréscimo, salienta que “a condição econômica é o principal fator para que um indivíduo ou família se alce a uma determinada camada da sociedade”. Em específico, destaca que em Itapetininga “a própria sociedade local divide a si mesma em três classes, cujos territórios de discriminação são, quase integralmente, a contraparte, em termos de atitudes e de avaliações explícitas das posições que os indivíduos ocupam no sistema de produção e distribuição de riqueza” (NOGUEIRA, 1998, p. 33-34). Fixando à análise, a dimensão material da população analisada, sobretudo, no que se refere à transmissão ao longo do tempo, de privilégios e riquezas materiais, passados de pais para filhos e assim por diante.

Para compreender as posições sociais na cidade em questão, sugere que deva haver “a preocupação com a genealogia por parte dos membros das famílias tradicionais.” Pois, defende que “essa camada ou classe social corresponde, portanto, à parte da população que detém em suas mãos os meios de produção (e de lucro): as fazendas, os imóveis urbanos, os estabelecimentos industriais.” Ficando explícito o forte papel das famílias de maior poder e influência de reterem grande parte do mesmo e o transmitirem entre si, ao longo de gerações (NOGUEIRA, 1998, p. 34).

No rol das ocupações, constata que esses “profissionais são, em geral, identificados como membros dessa camada [classe alta] o que em parte se explica pela estreita ligação entre a situação econômica dos pais e as oportunidades educacionais dos filhos (NOGUEIRA, 1998, p. 34).” Denotando que as condições de existência dos moradores da cidade, encontram-se, também, nas irradiações de suas ascendência e descendência.

Seu estudo possui um extenso conjunto de dados censitários, assim, os acopla aos relatos dos moradores. Desta junção, a respeito das camadas sociais, extrai que “seu núcleo [da cidade] é constituído por descendentes dos principais proprietários que se estabeleceram na localidade no século XVIII, participando da vila que, posteriormente, se desenvolveu na atual cidade” (NOGUEIRA, 1998, p. 34).

A respeito da classe intermediária, dispõe que “a classe média, tal como a população a reconhece, é constituída de professores, pequenos funcionários públicos, empregados do comércio, pequenos comerciantes e pequenos artífices possuidores de suas próprias oficinas”

(NOGUEIRA, 1998, p. 34). São para ele, pessoas que gozam de certo conforto existencial e buscam, quase que incessantemente, se equipararem à classe alta, através de atitudes imitativas.

Na pirâmide disposta por Oracy, a primeira que forma sua base, mas a última em reconhecimento social, encontra-se “a terceira e última camada ou classe social, constituída de uma grande massa de indivíduos que não têm outra forma de garantir a própria subsistência, senão alugar o próprio trabalho aos membros das duas camadas descritas anteriormente ou a instituições por eles dominadas” (NOGUEIRA, 1998, p. 35). Em grande medida, esses se diluem em trabalhos mal remunerados, por em sua maioria, não possuírem qualquer educação formal.

Visivelmente a presença desses últimos, se “evidencia pelo modo de trajar – roupa rústica, de baixo custo, despreziosa, estragada ou remendada, sem sapatos ou com estes com os sinais próprios de longo uso e de sujeição a pesado esforço.” Não sendo difícil identificá-los à primeira vista. Acoplado a isso, foram também perceptíveis nestes a identificação de um modo informal de falar, através de uma “linguagem que se desvia constantemente das regras gramaticais e evada de corruptelas, demonstrando a falta de escolaridade” (NOGUEIRA, 1998, p. 35).

Para compreender disparidades sociais entre negros e não negros, analisa registros de casamentos e não deixa de pontuar, que no caso da cidade brasileira investigada, “ainda hoje, alguns dos elementos de cor (negros) mais conceituados na cidade são portadores de sobrenomes característicos de famílias tradicionais da classe dominante” (NOGUEIRA, 1998, p. 150). Estando esses, cômicos de que tais laços de parentesco são uma exceção, uma vez que tais relações inter-raciais, costumavam ser evitadas ou acobertadas

No rol de casamentos analisados, explica que “tomando-se os 279 casamentos realizados em 1948, nos vários distritos de paz do município” há a constatação de que “os cônjuges brancos, de ambos os sexos [...] 91% do máximo que se poderia esperar para três modalidades de atributos, [*expressa*] serem decididamente excepcionais os casamentos em que os cônjuges são heterogêneos quanto a cor” (NOGUEIRA, 1998, p. 153).

No ligamento “estratificação social e cor da pele” antes justifica que a divisão das classes sociais da comunidade local fora segmentada por “seus próprios componentes [e pelo que eles] reconhecem” (NOGUEIRA, 1998, p. 161). Tratando-se do reconhecimento da auto declaração concedida pelos mesmos, em se tratando da definição da própria posição na hierarquia social.

Dos dados apresentados, conclui “a existência de uma correlação positiva entre “aparência” racial dos indivíduos e seu status social: a exclusão de elementos de cor é cada vez

mais rigorosa à medida em que se vai da classe menos favorecida para a mais favorecida.” Neste ponto, também percebia, em Itapetininga, um agravamento de desigualdades sociais para aqueles que tivessem a pele mais escura (aparência), mesmo quando comparados aos pardos. Assim diz “comparando-se os pardos com os pretos, verifica-se que aqueles são menos preteridos ou contam com maior probabilidade de ascensão social que esses” (NOGUEIRA, 1998, p.166 - 167).

A despeito disso, esclarece que o fator *aparência* não é um elemento que por si só atrai preterições sociais. Assim, afirma que “a ascensão tanto de indivíduos de cor como de brancos é dificultada pela própria configuração piramidal da estrutura social, em que o número de posições diminui progressivamente à medida que se vai das camadas menos favorecidas para as mais favorecidas” (NOGUEIRA, 1998, p.167 - 168).

Como já enfatizado, Oracy também emparelha o elemento raça (aparência) ao elemento parentesco (descendência) para compreender desigualdades sociais em Itapetininga, ao destacar que “o esforço de ascensão, dos indivíduos que nascem nas camadas menos favorecidas, é contra atuado pela transmissão por via de parentesco (oportunidades educacionais, direito sucessório, prestígio político etc.) das posições mais favoráveis de uma geração a outra.” Esclarece, ainda, que “em cada nova geração, parte dos descendentes dos elementos da classe dominante permanece nesta classe, enquanto outra parte, decai, socialmente, devido ao fracionamento progressivo dos bens patrimoniais” (NOGUEIRA, 1998, p.168).

2.2.1 Estrutura social e ideologia de relações inter-raciais

Na interlocução *estrutura social – ideologia*, Oracy Nogueira (1998, p.195) explica que o estagnar de uma “estrutura social depende da constância do substrato demográfico, da base geográfica e do sistema de produção, bem como da aceitação, pelos indivíduos e grupos que a integram, do sistema ideológico por ela engendrado.” Esse sistema ideológico, para o autor, é formado por “representações coletivas e [...] estereótipos que esse sistema implica” (NOGUEIRA, 1998, p.195).

Antes de iniciar a discussão emparelhada acima, esclarece que a análise em Itapetininga se situa no contexto de “países de colonização europeia, onde contingentes demográficos de outras origens – quer profundamente alterados pela miscigenação, quer conservando sua aparência original – vivem lado a lado com a população branca.” Onde a convivência entremeada entre as raças, traz uma maior possibilidade de redefinição de conceitos acerca do outro. Embora se perceba uma forte disseminação de um “sistema ideológico desenvolvido pelo

grupo branco [que] tem por função a preservação de sua supremacia social ante os demais elementos da população” (NOGUEIRA, 1998, p.195).

Por isso, afirma que ocorre ideologicamente no país, um tipo de acobertamento, isto é, a sustentação histórica de uma crença na ideologia de que as relações raciais no Brasil são igualitárias. E que, não há neste, “forma de incentivo ao branqueamento e de escalonamento dos indivíduos em função de sua aparência racial, um tipo sutil e sub-reptício de preconceito” (NOGUEIRA, 1998, p.196).

Ressalta que a educação tem grande parcela de responsabilidade na transmissão de tal ideologia predominante, uma vez que “já nos primeiros anos de vida, tanto as crianças brancas como as de cor aprendem a valorizar a cor clara e os demais traços “caucasoides” e a menosprezar a cor escura e os demais negroides.” Constando “o preconceito racial, como parte integrante do sistema ideológico do grupo branco, [na] manutenção do status quo, nas relações entre os elementos brancos e de cor da população” (NOGUEIRA, 1998, p.197).

Outro elemento de ligação interessante, reside na relação entre o preconceito de marca no Brasil e aqueles defeitos corporais dos estigmatizados, por isso o autor aponta que “no mínimo, os traços negroides inspiram a mesma atitude e o mesmo sentimento de aversão e pesar que costumam produzir os “defeitos” ou deformações físicas” (NOGUEIRA, 1998, p.199).

Em esclarecimento, Marcos Chor Maio (2009, p. 09) conta que Oracy “refinou sua tipologia, em perspectiva comparada Brasil – Estados Unidos: Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem.” Significando a primeira definição, aquele preconceito operado cumulativamente, isto é, o preconceito devido à aparência racial somado a marcadores sociais, como classe, instrução e costumes, sendo esta primeira situação um tipo de “*racismo à brasileira*”. E a segunda, relativa aos Estados Unidos, um tipo de “preconceito [que] seria ditado pela exclusão produzida pela descendência racial.”

A esse respeito, Nogueira diz que “consequentemente, o preconceito racial, tal como aqui se apresenta, não tem o mesmo poder que nos Estados Unidos de dividir a sociedade em dois grupos com consciência própria, como duas castas ou dois sistemas sociais paralelos.” No Brasil, “o preconceito tende, antes, a situar os indivíduos, uns em relação aos outros, ao longo de um *continuum* que vai de extremamente negroide, de um lado, ao completamente caucasóide, de outro” (NOGUEIRA, 1998, p.199).

Sobre este continuum é possível compreendê-lo como uma gradação na classificação da cor dos indivíduos, para mais ou para menos escura. Nos termos do autor, “pode-se dizer que o preço da ascensão social ou da consideração social é tão mais alto quanto mais escuro o

indivíduo ou quanto mais carregados os seus caracteres negroides” implicando na maior ou menor obstrução de oportunidades de vida (NOGUEIRA, 1998, p.200)

Em conclusão, afirma que, contrariamente à outras sociedades “em que o preconceito criou um profundo antagonismo entre brancos e não-brancos e, conseqüentemente, tornou relativamente inoperantes os processos racionais de modificação de atitudes e concepções, no que tange à esfera de relações raciais” no Brasil há uma maior possibilidade de negociações ocorrerem entre raças antagônicas (NOGUEIRA, 1998, p.203).

2.3 Racismo estrutural: a perspectiva de Silvio Almeida

Silvio Almeida é professor de nível superior no Brasil e também nos Estados Unidos, na qualidade de professor visitante da Universidade Columbia. Além de docente é advogado e filósofo. É autor da obra que vamos analisar, denominada, “Racismo Estrutural”, bem como das obras “Sartre - direito e política: ontologia, liberdade e revolução” e “O Direito no Jovem Lukács: A Filosofia do Direito em História e Consciência de Classe” (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, 2023).

É reconhecido no país e fora por liderar institutos que se voltam para a defesa dos direitos humanos das minorias sociais. Atualmente compõe a equipe de Direitos Humanos e da Cidadania do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, figurando no cargo de gestor (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, 2023).

A respeito da obra que vamos analisar, constatamos que a mesma tem linguagem propositadamente acessível e situada na realidade brasileira. Em racismo estrutural, três concepções de racismo, são apresentadas: *individualista, institucional e estrutural*. Cabe apontar, que se trata da relação “entre racismo e subjetividade; racismo e Estado e racismo e economia” (ALMEIDA, 2019, p. 22).

Silvio Almeida esclarece também que nesta obra, “ao contrário de grande parte da literatura sobre o tema que utiliza os termos indistintamente, diferenciamos o racismo institucional do racismo estrutural. Não são a mesma coisa e descrevem fenômenos distintos” (ALMEIDA, 2019, p. 22). Há nesta, portanto, o objetivo de identificar diferenças conceituais que costumeiramente se emaranham em investigações a respeito do tema.

Cabe apontarmos que a postura do autor é essencial no que concerne ao planejamento de ações de combate ao racismo, pois só se pode combater aquilo que é, sem confusões, conhecido. Por isso explica que

A fim de que conceitos tenham alguma relevância científica e, conseqüentemente, possam servir como meios para que aspectos importantes da realidade concreta possam ser desvendados, é necessário que sejam tratados com o devido rigor. Nesse sentido, deve-se considerar que na sociologia os conceitos de instituição e estrutura são centrais e descrevem diferentes fenômenos sociológicos. Assim, os adjetivos institucional e estrutural não são meramente alegóricos, mas representam dimensões específicas do racismo, com significativos impactos analíticos e políticos (ALMEIDA, 2019, p. 24-25).

Dando continuidade a diferenciação, Silvio aponta que o racismo, em uma *concepção individualista*, seria a manifestação de uma disfunção biológica, uma “*patologia*” ou “*anormalidade*.” Podendo esta, além de expressar-se enquanto um “fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados” também receber, enquanto ação individual ou coletiva, o predicativo de *atitude irracional*. Juridicamente, a partir deste “ângulo, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo” (ALMEIDA, 2019, p. 25).

Para entender a *concepção institucional*, antes, Silvio Almeida destaca ser importante explicitar o que são as *instituições*. Em esclarecimento, mobiliza a fala de Joachim Hirsch (2007, p 36) que concebe que “as instituições são [...] modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais.” Cabe esclarecer que as instituições são o resultado da objetivação de modos e formas predominantes de pensamento das sociedades. São os meios materializados de fazer valer regulamentos, leis, normas e diretrizes, oriundas dos modos e formas sociais já citados.

Quanto à *concepção institucional*, pode-se considerar que esta, se comparada à *concepção individual* “significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais. Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições” (ALMEIDA, 2019, p.25-26). O deslocamento de significado, antes afixado no indivíduo, agora, nas instituições, demonstra que a desigualdade racial deixa de ser entendida como uma resultante de uma prática perpetrada por indivíduos acometidos por patologias que resultam em comportamentos irracionais.

Sob este novo ângulo, a desigualdade racial passa a ser entendida como uma expressão de grupos de interesse políticos e econômicos que modulam as instituições com o objetivo de imprimirem na sociedade suas particularidades. Portanto, para que grupos ou indivíduos tenham o controle das instituições é necessário que estes, antes, disponham de poder. Quanto a isso, Almeida (2019, p. 27) pondera que “o que se pode verificar até então é que a concepção

institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o racismo é dominação.”

Um exemplo patente na sociedade brasileira expressa-se na desigualdade de gênero, sobretudo, na distribuição de cargos nas instituições brasileiras, havendo um persistente e histórico “domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc.” Domínio esse, diretamente endossado pelo “estabelecimento de parâmetros [institucionais] discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder” (ALMEIDA, 2019, p. 27).

A *concepção de racismo estrutural* pode ser entendida como o tipo de racismo decorrente da “própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.” Portanto, o seu combate deve ocorrer por meio de “*práticas antirracistas efetivas*” (ALMEIDA, 2019, p. 32 -33). Assim, pode-se considerar que algumas ações combativas são simples, apenas nominalmente, pois que ao mesmo tempo resvalam em tensões e conflitos de interesses no seio das mais distintas instituições. Algumas delas referem-se a “manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas institucionais”; promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo – por exemplo, na publicidade” (ALMEIDA, 2019, p. 32).

Almeida (2019, p. 33 -34) esclarece que esta última concepção não excetua a responsabilização de indivíduos por atos racistas cometidos, muito menos que “o uso do termo “estrutura” [...] seja uma condição incontornável”, tal qual uma entidade inacessível. Ao contrário, sendo o racismo social, político e histórico, este é destilado por pessoas. Tal qual as instituições e as estruturas sociais são construídas por elas. Por isso, alerta que “o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial.” É preciso mais. Por isso a necessidade da efetivação de ações antirracistas, isto é, a remodelação dessa estrutura, costumeiramente modulada por grupos de interesse que se calam ante discriminações raciais, ou mesmo as endossam.

Em sequência, o autor explica que o desdobramento do *racismo estrutural* pode ser entendido por meios de dois processos: *político e histórico* (ALMEIDA, 2019). Vejamos primeiro em que consistem *as relações entre racismo e processo político*.

Para Almeida o racismo pode ser entendido enquanto *processo político*, porque neste âmbito, sua “dimensão institucional”, qual seja, da criação de regulações jurídicas, extrajurídicas, podem ser protagonizadas pelo Estado, isto é, através do poder de criação deste

e de sua capacidade de oportunizar “meios necessários – repressivos, persuasivos ou dissuasivos – para que o racismo e a violência sistêmica que ele engendra sejam incorporados às práticas cotidianas” (ALMEIDA, 2019, p. 35). Além disso, o *racismo estrutural*, enquanto *processo político*, em sua “*dimensão ideológica*” tem a qualidade “de produzir narrativas que acentuem a unidade social” ao excluírem algumas identidades em detrimento da superioridade de uma raça (ALMEIDA, 2019, p. 35-36). Sendo responsabilidade estatal atravancar ideologias racistas por meio de instituições de educação formal, tais como escolas de nível básico e universidades, além dos meios de comunicação que o Estado tem acesso.

Já o *racismo como processo histórico*, pode ser assim entendido, por este não ser tão somente uma “derivação automática dos sistemas econômico e político.” Pois que são pessoas que os criam, a partir de processos históricos. Por isso, nessa vertente interpretativa, do racismo enquanto prática histórica, duas formas de manifestação necessitam ser destacadas: “[a] forma circunstancial e específica; [e a forma que está em] conexão com as transformações sociais” (ALMEIDA, 2019, p. 36).

A forma *circunstancial e específica* pode ser compreendida enquanto peculiaridades históricas do racismo em determinadas sociedades e a forma que figura em *conexão com as transformações sociais* se refere ao ligamento de tais circunstâncias históricas particulares com mudanças sociais políticas e econômicas.

Por acréscimo, Silvio põe em destaque que “quatro elementos [são] o cerne da *manifestação estrutural do racismo*: a ideologia, a política, o direito e a economia” (ALMEIDA, 2019, p. 37). No entanto, nem um (ideologia, política, direito e economia), nem outro (racismo estrutural) deve ser compreendido desvinculadamente.

Na *relação racismo e ideologia*, Silvio Almeida (2019, p.39) inicia com a pergunta “como naturalizamos o racismo?” Para respondê-la, explica e exemplifica situações de segregação racial não oficiais entre negros e brancos em alguns espaços sociais. Tal segregação não oficial, essa que é vista como comum pela maior parte da população brasileira, de simplesmente pessoas negras não estarem em pé de igualdade em cargos vistos como importantes e constarem sempre como minoria, por “incrivelmente” todos serem desprovidos de capacidade ou de espírito de luta, é um caso patente do ligamento entre uma noção errônea da realidade e a perpetração do racismo. As justificativas mais conhecidas para a ocorrência da segregação não oficial entre negros e brancos são assim expressas pelo autor

1.pessoas negras são menos aptas para a vida acadêmica e para a advocacia; 2.pessoas negras, como todas as outras pessoas, são afetadas por suas escolhas individuais, e sua condição racial nada tem a ver com a situação socioeconômica; 3.pessoas negras, por

fatores históricos, têm menos acesso à educação e, por isso, estão alocadas em trabalhos menos qualificados, os quais, conseqüentemente, são mal remunerados; 4. pessoas negras estão sob o domínio de uma supremacia branca politicamente construída e que está presente em todos os espaços de poder e de prestígio social.

Todas essas ideologias, constantemente reexpressadas popularmente no Brasil, podem perpetuar o racismo no país, se sem sua devida desconstrução, forem capazes de “produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação ‘racional’ para a desigualdade racial; [e de] constituir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial” (ALMEIDA, p. 41-42).

Por isso, o autor afirma que “o racismo é uma ideologia desde que se considere que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas” (ALMEIDA, p. 43). São as práticas concretas de seus adeptos que lhes dão a qualidade de ideologia, pois que, somente por isso, estas sobrevivem socialmente. Também a ciência ao longo da história foi responsável pela disseminação de ideologias racistas. A esse respeito, Silvio diz que ocorre uma substituição de estratégias de dominação nesse campo, pois

A substituição do racismo científico e do discurso da inferioridade das raças pelo “relativismo cultural” e pelo “multiculturalismo” não se explica por uma “revolução interior” ou por uma “evolução do espírito”, mas por mudanças na estrutura econômica e política que exigem formas mais sofisticadas de dominação (ALMEIDA, 2019, p.46).

Pode-se considerar que há a presença de um discurso de dominação no campo científico mais escamoteado que outrora, quando da predominância de um racismo abertamente endossado pela medicina no Brasil, entre os séculos XVII e a primeira metade do século XX.

Em síntese, Almeida (2019, p. 52) afirma que “no Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras” que não se esforçaram o suficiente. Trata-se de ideologias meritocráticas que fazem com que a população brasileira se torne indiferente (não tenham empatia) com aqueles que sofrem o racismo e considerem comum que haja desigualdade racial.

Na relação *racismo e política* o autor inicia a discussão por meio do tópico, “mas o que é o estado?” Neste, Silvio procura esclarecer o que é o Estado em uma sociedade capitalista. E a apoiado em Joachim Hirsch traz a seguinte definição: “[o estado é a] condensação material de uma relação social de força.” Essa concepção, que demonstra uma disputa entre agentes que constituem os Estados, para Almeida, permite “um avanço diante de definições como “bem comum” ou “complexo de normas jurídicas” (ALMEIDA, 2019, p. 56-57).

A respeito da concepção de nação, sobretudo, a partir da análise do surgimento dos estados-nação, aponta que “a formação dos Estados nacionais exigiu uma profunda reorganização da vida social, que englobou não somente aspectos políticos e econômicos, mas também a constituição das identidades” das pessoas (ALMEIDA, 2019, p. 62). No que se refere à criação de uma identidade nacional, explica que sem dúvidas “haverá a destruição, a dissolução e a incorporação de tradições, costumes e culturas regionais e particulares que, eventualmente, entrarão em choque com o Estado-nação.”

Assim, Silvio (2019, p. 63) aponta que ao destruir identidades ou no sentido de Paul Gilroy (2012), de “hierarquização de raça e gênero”, o estado ao criar uma identidade nacional pode em seu *modus operandi* agir de forma profundamente racista, concedendo às populações negras do país posição desimportante na constituição das características nacionais. Um exemplo dado pelo autor, é o da constituição da “unidade nacional [nos Estados Unidos e na África do Sul, que] foi construída com o racismo e não apesar dele” (ALMEIDA, 2019, p. 68).

No que tange à representatividade, ressalta que esta não é sinônimo de poder, isto é, “Primeiro, porque a pessoa alçada à posição de destaque pode não ser um representante, no sentido de vocalizar as demandas por igualdade do grupo racial ou sexual ao qual pertença.” E, em segundo lugar, porque ainda que haja “o compromisso político do representante com o grupo racial ou sexual ao qual pertença, isso não implica que ele terá o poder necessário para alterar as estruturas políticas e econômicas que se servem do racismo e do sexismo” para manter as coisas, tradicionalmente, em seu devido lugar (ALMEIDA, 2019, p. 69-70).

No último subtópico da relação *racismo – política*, mobiliza e relaciona autores e autoras - Foucault, Mbembe e Marielle Franco - e explica como se dá a necropolítica do Estado, que submete populações pobres e negras à negligência, descaso e violências estatais.

Já na relação *racismo e direito* o autor elenca quatro noções de direito para uma melhor compreensão das interações do direito com as teorias do racismo. As concepções são: *direito como justiça*, *direito como norma*, *direito como poder* e *o direito como relação social*.

No que tange ao *direito como justiça*, especifica que “aqui o direito é visto como um valor, que está além das normas jurídicas” (ALMEIDA, 2019, p.82). Exatamente por isso, o valor da justiça é superior ao valor da norma jurídica. Estando a última, submetida à primeira.

Já o *direito como norma*, localiza-se no âmbito do jus positivismo, isto é, quando a norma jurídica se sobrepõe a outros fenômenos, tais como ética, política, economia entre outros. Sob esse ângulo, essa concepção se assemelharia às concepções individualistas do racismo (ALMEIDA, 2019, p.84).

No que se refere ao *direito como poder*, Silvio esclarece que para os adeptos desta concepção “ainda que o direito contenha normas jurídicas, elas são apenas uma parte do fenômeno jurídico, porque a essência do que chamamos de direito é o poder.” No final das contas, sem posse de poder as normas jurídicas continuariam na abstração. Portanto, nesta concepção, o poder seria o elemento principal para o exercício do direito. Aqui o direito seria lido por meio da ótica foucaultiana, que concebe ao direito o predicativo de “mecanismo de sujeição e dominação” (ALMEIDA, 2019, p.84).

Consoante ao direito como relação social explica que essa concepção de direito extrapola os textos legais e as relações de poder, pois que existem relações para além dessas no âmbito do direito. Por isso, para Silvio (2019, p. 85) “o desafio, portanto, é saber quais dessas várias relações sociais podem ser chamadas de jurídicas.” Um exemplo das chamadas relações sociais de cunho jurídico, são aquelas relações agenciadas pelos movimentos sociais que contribuem para a criação e alteração de leis antirracistas (ALMEIDA, 2019).

Finalmente, na relação *racismo e economia*, Almeida (2019, p. 95) argumenta que “falar sobre raça e economia é essencialmente falar sobre desigualdade.” Por isso, finaliza sua obra explicando que “buscar por uma nova economia e por formas alternativas de organização é tarefa impossível sem que o racismo e outras formas de discriminação sejam compreendidas como parte essencial dos processos de exploração e de opressão de uma sociedade” (ALMEIDA, 2019, p.129).

2.4 Breves considerações acerca da discussão teórica realizada

A definição de preconceito étnico de Allport (1979) nos auxilia neste trabalho no sentido de identificarmos modelos de preconceito. Também nos concede uma base analítica para investigarmos alguns casos de preconceito racial ocorridos na cidade de Imperatriz, na década de 1950.

Tal como o estigma, o preconceito na concepção Allport (1979) também é nascido de ideologias, porque ancorado em crenças errôneas acerca do outro. Por isso, Allport salienta a importância da atitude e da crença nesses processos. Os níveis em que as atitudes dos indivíduos podem chegar, demonstram o quão convincente pode ser uma ideologia. Levando inclusive ao massacre de um grupo por outro. Por isso, assim como a maioria dos autores, também pensou em sua mitigação, considerando ser importante a interlocução entre grupos racialmente oponentes. Portanto, sua definição acerca do preconceito étnico, apesar de incidir sobre indivíduos, é sobretudo coletiva. A esse respeito, explica, como já demonstrado, que se trata de

uma antipatia que tem por consequência estabelecer desvantagens sociais aos indivíduos que a sofrem.

Dentro das funções de estigma e preconceito, Phelan; Link & Dovidio (2013), notamos que, assim como em Goffman (1988), o foco de Allport (1979) é amplo. Contudo, este se localiza no preconceito, pois se sustenta preponderantemente na investigação da situação de grupos minoritários de negros e judeus (cor e origem) e na avaliação das atitudes racistas dos indivíduos de grupos majoritários. Por isso, compreendemos a investigação do autor, dentro mais adequadamente da função de preconceito “exploração/dominação,” sobretudo porque historicamente esses grupos foram mais explorados via processos de colonização, tal como o exemplo da fundação dos Estados Unidos, que ocorre por meio da exploração da mão de obra dos negros, que ainda hoje são alvos de preconceito.

Em Preconceito de Marca, Oracy Nogueira (1998), por sua vez, apresenta um padrão de discriminação racial passível de ser aplicado em todo o país. Ademais, o preconceito de marca é assemelhado, pelo autor, ao estigma do tipo de marca (deformações físicas ou defeitos corporais). A diferença de sua abordagem ante a de Allport (1979), está especialmente no fato de que no Brasil o preconceito não se concentra na origem. Enquanto os modelos prevaletentes de preconceito nos Estados Unidos consideram em maior grau a ascendência dos indivíduos (origem), no Brasil, o preconceito está ligado à aparência (cor/marca/traços negroides) dos mesmos. Tratar-se-ia de termos de um lado o Preconceito Racial de Marca e de outro o Preconceito Racial de Origem.

Ademais, a aplicabilidade do padrão apresentado pelo autor, reside no fato de no Brasil o preconceito se apresentar de forma cumulativa. O elemento raça é atravessado por outras “desvantagens” sociais, como de classe, instrução e costume, que na concepção do autor, afeta desigualmente negros e pardos, ou seja, não acontece na mesma proporção.

Por fim, no âmbito das três funções de estigma e preconceito, cremos que a abordagem do autor caiba mais acertadamente na função de “exploração e dominação (manter as pessoas embaixo). Posto que os processos analisados pelo autor relacionam se às atitudes preconceituosas e racistas (de exclusão) dos indivíduos no país, que identificam nos corpos de outras pessoas, traços indesejáveis ligados à raça (características negroides) e à classe social (vestimentas malcuidadas) etc.

Para Silvio Almeida (2019) o racismo estrutural é aquele derivado da própria estrutura social. A noção de estrutura social tem seus limites em certa alegorização e simbologia, pois para muitas pessoas é como se ela não existisse. Apesar disso, os autores que a abordaram até aqui, buscaram desvendá-la ao limite, isto é, se comprometeram em torná-la visível. Neste

sentido, o racismo derivado dela, é para Almeida, aquele tipo próprio dos elementos de sua estrutura, isto é, das relações humanas políticas, econômicas, jurídicas e familiares que se retroalimentam e a compõem.

Em termos simples, a superação do racismo estrutural estaria neste encadeamento de relações que se dão no âmbito das estruturas sociais, ou seja: na transformação por meio do conhecimento do *modus operandi* de tais segmentos, através de “*práticas antirracistas efetivas*” e não só na composição de leis (ALMEIDA, 2019, p. 32 -33).

Tal como em Preconceito de Marca, a perspectiva de Almeida é sobretudo focada na junção raça (aparência) e classe social (condições sociais). Está identificada nas atitudes racistas e excludentes dos indivíduos brancos que exercem poder em suas relações políticas, jurídicas ou econômicas dentro da estrutura social brasileira. Por isso, também se assenta na função de preconceito que pretende explorar e dominar, portanto, manter as pessoas embaixo.

O próximo capítulo trará uma discussão teórica acerca de alguns modelos analíticos para a investigação das dinâmicas cidadinas, aspectos do desenvolvimento da cidade de Imperatriz entre 1950 e 1960, e um breve compilado conceitual acerca da noção de segregação socioespacial.

3. O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE IMPERATRIZ E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

3.1 A cidade enquanto categoria sociológica

Ruben George Oliven (2010, p. 07), “examina os diferentes enfoques sob os quais a cidade é encarada por cientistas sociais” e os sintetiza “[...] em três principais perspectivas: aqueles [autores] que encaram a cidade como uma *variável dependente*, aqueles que a encaram como uma *variável contextual* e aqueles que a encaram como uma *variável independente* (Ibid., p. 07).”

A *variável dependente* se coligaria às perspectivas teóricas de Marx e Weber, isto é, as cidades seriam lidas, afirma Oliven (Ibid., p. 08), “de acordo com diferentes circunstâncias e forças históricas, [nas quais] existiriam cidades de diversos tipos, desempenhando funções ligadas às áreas nas quais estão inseridas.” Já a *variável contextual* teria fundamentação preponderante na abordagem de Marx & Engels. As “cidades proporcionariam um contexto indispensável para a formação de uma consciência revolucionária (Ibid., p. 13).” Em comparativo, não haveria contradições entre uma e outra. A esse respeito, o autor frisa que

Encarar a cidade como uma variável contextual não é incompatível com encará-la como uma variável dependente, já que as duas abordagens tratam de diferentes níveis de análise. A última está preocupada com explicações para a origem e desenvolvimento de cidades, enquanto que a primeira está interessada em estudar que influência cidades específicas podem ter na vida social de seus habitantes (Ibid., p. 13).

Na *variável independente*, a cidade teria a “faculdade” “de gerar com sua influência os mais variados efeitos na vida social (Ibid., p. 13).” Ligada à ecologia humana, oriunda de alguns teóricos da Escola de Chicago, como as de Robert Ezra Park e Louis Wirth, a análise desses partiria de constructos teóricos de sociólogos clássicos, tais como Georg Simmel e Emile Durkheim, sobretudo na averiguação da reserva, indiferença e a anomia social. Portanto, “as ideias de Wirth estavam intimamente associadas à teoria do *continuum* folk-urbano desenvolvida pelo antropólogo norte-americano Robert Redfield” (Ibid., p. 18).

Nessa vertente, Redfield apud Oliven (2010, p. 19) aponta que haveriam sociedades de tipo *folk* e *urbanas*. A transição de folk para urbana ocorreria por gradação

[...] quanto mais se passava do extremo folk para o urbano, menor seria o isolamento, maior a heterogeneidade, mais complexa a divisão do trabalho, mais desenvolvida a economia monetária, mais seculares os especialistas profissionais, menos bem organizados e menos eficazes no controle social as instituições de parentesco e compadrio. Correspondentemente, haveria maior dependência de instituições de controle de ação impessoal, menor religiosidade, menor tendência a encarar as doenças como resultantes da quebra de uma regra moral ou meramente de costumes, e maior liberdade de ação e escolha individual (OLIVEN, 2010, p. 19).

Ante ao exposto, inferimos que a cidade de Imperatriz, quando retratada pela maioria de seus autores locais e regionais, se encontraria assentida, sobremaneira, nas duas primeiras perspectivas de análise das cidades, embora compartilhe de elementos das três óticas. Quando o autor regional, Adalberto Franklin (2008, p. 101) afirma que a criação das *estradas Imperatriz - Grajaú e Rodovia BR – 010*, foram consideradas “estradas redentoras” e que a cidade “havia finalmente [...] saído do isolamento a que era imposta e abria-se o tráfego para o restante do Estado e do Nordeste (FRANKLIN, 2008, p. 19), este a via sob a perspectiva das forças históricas nas quais suas mudanças sociais, culturais e estruturais se fundamentariam no “resultado de várias causas econômicas, políticas e sociais (Ibid., p. 07- 08).”

Assim, a antes alcunhada por muitos como “Sibéria Maranhense” (FRANKLIN, 2008) e que até 1940 permanecia relativamente isolada e desprovida de percurso rodoviário ou estrada que a fizesse entrar em contato com outras cidades ou outros estados, sem que enfrentasse óbices de distintas naturezas, sofreria grandes modificações em sua constituição física, cultural, econômica, social e se coligaria, em maior medida, à perspectiva de cidade analisada pela

“variável dependente”. Por fim, frisamos que este desenvolvimento apontado por Franklin (2008) possui suas bases no desenvolvimento da cidade oportunizado por políticas governamentais dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (JK). Assunto a ser tratado no tópico seguinte.

3.2 O desenvolvimento da cidade nas décadas de 1950 e 1960

Entre os anos de 1950 e 1960, as políticas econômicas no Brasil coligavam-se às tendências capitalistas do Desenvolvimento e Capitalismo Nacional e à Industrialização e Interdependência. Portanto, as ações governamentais das administrações de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek - JK (1956-1960), que compreendem os dois períodos em respectivo, ainda que com ênfases e focos distintos em perspectivas nacionalistas e internacionalistas, visavam o desenvolvimento econômico do país. Políticas governamentais essas, que mais tarde se refletiriam nas transformações das cidades brasileiras. Assim, no segundo governo de Getúlio Vargas, predominou o escopo da planificação estatal, o que exigiu uma estrutura técnica para o cumprimento de alguns objetivos do governo, como, por exemplo, a criação de órgãos estatais, tais como a Petrobrás¹⁰.

No governo de Juscelino Kubitschek (JK), com tendência à Industrialização e Interdependência, foram desenvolvidos importantes processos de industrialização no país, ocasionando estes, como consequência, o impulsionamento da expansão do capital estrangeiro. Do que decorreu a dependência da economia nacional às economias capitalistas preponderantes no cenário mundial (IANNI, 1971). Vinicius Costa Brandão e Carla Adriana Meneses da Rocha (2016, p. 92) expressam que “o período foi marcado pela emergência de novos setores produtivos, possibilitada por um projeto desenvolvimentista organizado no Plano de Metas.”

O Plano de Metas visava, em maior medida, o financiamento da infraestrutura e energia no país, o desenvolvimento das indústrias de siderurgia e automobilística “além da construção de uma nova capital da república no Planalto Central de Goiás (BRANDÃO & DA ROCHA, 2016, p. 93)” Assim, concedendo pequena atenção às áreas da educação e agricultura, JK nas “Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento” destacava a preponderância dada aos setores de energia e de transportes, pois os julgava como “serviços de utilidade pública, [e]

10 Nossa empresa é fundada em 3 de outubro de 1953, como resultado de uma campanha popular que durou sete anos (PETROBRÁS, 2022).

entidades que operam grandes conjuntos industriais destinados a suprir necessidades permanentes da coletividade.” Sendo a desatenção a esses setores, uma permissão para a sobrevivência do que chamou de “pontos de estrangulamento” do país. Por isso, frente a outros setores, os resguardava lugar “prioritário e lógico” (OLIVEIRA, 1955, p. 47).

A imagem adiante é um registro da visita do presidente JK à cidade de Imperatriz. Na foto estão a diretora da Escola Santa Teresinha, Madre Glória, um aglomerado de pessoas e uma “comitiva de alunos da Escola Santa Teresinha [que] recepcionaram a mais alta autoridade política do país (CUNHA, 2018).” Cabe salientar que o mesmo, ainda conforme Cunha (2018) “visitava as obras da construção da rodovia Belém-Brasília em 25 de janeiro de 1961.” O que demonstra concretamente a prioridade dada ao setor de transportes em seu governo.



Figura 09: visita do presidente JK à cidade de Imperatriz.

Fonte: CUNHA (2018).

Por fim, os registros fotográficos¹¹ que se seguem mostram a construção da Rodovia BR-010, na década de 1950-60, que estava a ser visitada. Assim, a primeira imagem, que parece ter sido tirada de dentro de um helicóptero, por meio de uma de suas janelas, mostra um trecho da região Tocantina no qual se estenderia a rodovia (BR-010). Na mesma são identificados pelo menos cinco caminhões caçamba.

¹¹ O conjunto de fotografias foram disponibilizadas pelo site “notícia da foto” no ano de 2016 e pertencem a um morador antigo da cidade. Ressaltamos que as fotos que aparecem no site pertencem ao morador de Imperatriz, Alair Chaves de Miranda, advogado e empresário.



Figura 10: foto aparentemente tirada de dentro de um helicóptero do trecho da região Tocantina onde se estenderia a rodovia (BR-010). / Fonte: notícia da foto

A imagem em sequência mostra engenheiros e trabalhadores em uma espécie de reunião e análise de projetos relativos à construção da BR.



Figura 11: foto de trabalhadores e do engenheiro Bernardo Sayão, aparentemente decifrando ou mesmo revisando um projeto de construção da rodovia BR- 010. /Fonte: notícia da foto

A imagem adiante mostra novamente o engenheiro Bernardo Sayão e dois outros homens ao lado de um helicóptero. Dentre os outros dois, um deles parece, por conta das vestes, ser um piloto.



Figura 12: aparentemente um piloto, o engenheiro Bernardo Sayão e mais um possível trabalhador.
/Fonte: notícia da foto

A próxima imagem mostra uma placa com os dizeres “café Kubitschek: chocolate, quitandas, café e salgados. Atende-se a qualquer hora da noite.”



Figura 13: estabelecimento café Kubitschek
Fonte: notícia da foto

Por fim, as imagens trazem um panorama da cidade no período em que a criação de novas estradas e rodovias, gerou certa aglomeração urbana e disputas territoriais. Por isso, para a compreensão de tais conflitos, adentramos agora na discussão acerca do entendimento da noção da segregação socioespacial.

3.3 Breves considerações sobre os primeiros estudos sobre a segregação socioespacial

Quanto aos *aspectos sociológicos*, Vasconcelos (2020), explica que a noção de segregação “na Academia, [e] a utilização como conceito aparece, pela primeira vez, nos trabalhos pioneiros de R. Park, E. Burgess e R. McKenzie, da Escola de Ecologia Humana, a partir da análise da realidade urbana de Chicago.” Assim, no “The American Journal of Sociology” (1915, p. 583), Richard Park explica que, quanto às cidades modernas, “o que queremos saber desses bairros, comunidades raciais e áreas da cidade segregadas, existentes dentro ou na borda externa das grandes cidades, é o que queremos saber de todos os outros grupos sociais.” Elementos como *composição, seleção, entradas e saídas de grupos, permanências e estabilidades*. Por isso, pode-se considerar que para o autor, a segregação deve ser lida em termos da separação entre uma população e outra nas cidades modernas.

Posteriormente, outros teóricos analisaram as cidades a partir de outras perspectivas que não essa, um exemplo é a abordagem de Lefebvre (1999) que utiliza os termos e teorias clássicas e revisionistas da sociologia marxiana para explicar a segregação residencial urbana. Essa vertente tende a enfatizar a divisão da sociedade em classes e a luta dessas classes, o que ocasiona a tendência de os indivíduos procurarem acessar ao poder político a fim de favorecer seus interesses, tanto sociais como econômicos e políticos. Nesses termos, segundo Lefebvre (1999, p.90) a segregação socioespacial seria uma estratégia de classe: “social e politicamente, as estratégias de classe (inconscientes ou conscientes) visam à segregação.”

No que condiz aos *aspectos históricos*, Silvio Moisés Negri (2008, p. 130) pontua que a história dos processos de segregação urbana possui uma tradição extensa na história das civilizações ocidentais e orientais. Por isso, a partir dos surgimentos das primeiras cidades, as sociedades já executavam formas de separação de pessoas no território. De modo que as cidades gregas, romanas, chinesas possuíam divisões sociais, políticas e econômicas delimitadas. No entanto, uma maior generalização em seu uso, se deu a partir do marco histórico da Revolução Industrial. Vale pontuar que nas cidades europeias pré-industriais não havia forte segregação territorial, pois, as delimitações de distanciamento sociais eram fortemente definidas e observadas pelos indivíduos.

A respeito dos *primeiros modelos interpretativos*, Negri (2008, p. 131) aponta que “o primeiro modelo de segregação foi formulado por J. G. Kohl em 1841, geógrafo alemão, [e] segundo este modelo, a cidade se caracterizava por estar dividida em anéis, onde a classe alta habitava o centro enquanto que na periferia viviam os pobres.” Já em 1920, o autor argumenta que ocorre o surgimento do “modelo de E. W. Burgess que segue o caminho inverso ao de Kohl,

[no qual] as camadas mais ricas passam a viver nas periferias em busca de qualidade de vida e segurança, enquanto que as camadas mais pobres migram em direção ao centro da cidade.” Por fim, em face aos modelos, Negri destaca que Hoyt considerou que “o padrão de segregação não seguia um tipo concêntrico, mas em setores a partir do centro, onde a região de maiores amenidades era ocupada pela classe de mais alta renda, sendo circundada pela classe média e estando a classe pobre localizada diametralmente oposta.”

O primeiro modelo interpretativo expressa a realidade da maioria das cidades brasileiras, nas quais as áreas mais assistidas por serviços públicos estão localizadas nos centros urbanos. Portanto, pessoas com maiores recursos econômicos residem nessas áreas. Já o modelo de Kohl pode ser verificado especialmente em cidades que possuem polos industriais localizados nos centros urbanos. As camadas mais ricas tendem a buscar áreas amenas distantes do centro para viverem. E os mais pobres, tendem a ir em direção ao centro em vistas de minimizarem distâncias entre trabalho e habitação. O último modelo demonstra que a configuração do espaço urbano pode ocorrer estrategicamente, isto é, a partir de ilhas de auto segregação das classes altas, que por consequência empurram as classes baixas para a sua direção oposta.

Por fim, no *contexto da América Latina* a discussão acerca da segregação socioespacial tende a centrar-se nos problemas de âmbito socioeconômicos (NEGRI, 2008, 141). Em específico, no Brasil, a maior parcela da população encontra-se segregada em regiões consideradas indesejadas, pois que apresentam problemas das mais variadas ordens, tais como falta de saneamento básico, serviços de saúde e educação de qualidade etc. Normalmente, as camadas de maior poder aquisitivo optam por bairros próximos ao centro ou pelo centro em si. Além disso, quando não optam por tais alternativas, autosegregam-se em *enclaves fortificados* de residenciais luxuosos (Caldeira, 2000, p. 258).

No próximo tópico, tomando por empréstimo a qualificação de Oracy Nogueira acerca do preconceito no Brasil, faremos uma breve discussão sobre os principais modelos de segregação existentes no país, por isso nominamos o tópico em sequência de “segregação socioespacial à brasileira.”

3.4 Segregação socioespacial à brasileira

Flávio Villaça (2001, p. 11-12), através da conjugação de duas abordagens, quais sejam, “a análise comparativa entre várias metrópoles e a investigação de um amplo período histórico da formação de seus espaços,” pontua que a partir desse emparelhamento analítico, aspectos

estruturais das cidades brasileiras podem ser desvelados. Assim, no cenário brasileiro, esse desvendar da realidade é propiciado por seu processo de urbanização, que se acentua na segunda metade do século XX.

Para o autor essas “estruturas são dotadas de movimento e o grande desafio intelectual reside em desvendar a fonte desse movimento” (VILLAÇA, 2001, p. 12). Em específico, no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife, Villaça procura identificar os elementos dessas estruturas, isto é

O centro principal da metrópole (a maior aglomeração diversificada de empregos, ou a maior aglomeração de comércio e serviços), os subcentros de comércio e serviços (aglomerações diversificadas de comércios e serviços, réplicas menores do centro principal), os bairros residenciais, ou melhor, os conjuntos de bairros residenciais segundo as classes sociais e às áreas industriais. Essa estrutura está imbricada em outras estruturas territoriais, como os sistemas de transportes e de saneamento (VILLAÇA, 2001, p. 12).

Além disso, para decodificar essa estrutura, salienta ser importante considerar que a mesma se articula com outras que extrapolam o territorial, tais como as estruturas econômica, política e ideológica. Isto é, não é o suficiente que no estudo das mudanças das cidades se faça “o simples registro de transformações espaciais [...] para caracterizar a estruturação ou reestruturação. É preciso mostrar como mudanças em um elemento da estrutura provocam mudanças em outros elementos.” A esse respeito, o autor explica que se torna oportuna a utilização de informações acerca de “faixa de renda e aparência dos bairros ou habitações (VILLAÇA, 2001, p. 13-14).”

Do estudo, dentre os resultados, derivou o entendimento de que nas metrópoles brasileiras estudadas, há um tipo de segregação predominante, mais aproximada do modelo analítico de J. G. Kohl. No Brasil, Villaça notou a ocorrência do padrão centro x periferia. Em outros termos, se trataria de uma separação de pessoas no território no sentido da formação de anéis. Um anel nuclear estando compreendido por outros periféricos, distantes do primeiro. Assim, no centro localizam-se os serviços públicos, as instituições, os melhores serviços privados, os empregos, uma melhor infraestrutura, sendo esse ocupado pelas classes altas. Nas periferias, por sua vez, os espaços encontram-se desprovidos de maior parte das instituições e serviços encontrados no centro. Estes espaços são em sua maioria habitados pela população com menor poder aquisitivo (VILLAÇA, 2001).

Ermínia Maricato (2000), por sua vez, para compreender a urbanização das metrópoles brasileiras, utiliza indicadores demográficos, socioeconômicos e urbanísticos, tais como, mortalidade infantil, renda e crescimento de favelas. A autora constata que “o crescimento

urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, quando as cidades passam a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação” (MARICATO, 2000, p. 23). A segregação se expressaria, sobremaneira, no atravancamento do acesso das classes baixas aos espaços assistidos pelos poderes públicos, às oportunidades de trabalho, à segurança física e psíquica, etc., essencialmente concentrados nos centros urbanos. Panorama especialmente localizado, entre o final do século XIX e começo do século XX, em Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro.

No rol dos estudos da segregação brasileira, Teresa Pires do Rio Caldeira (2000), por sua vez, ao analisar o caso de São Paulo, percebe que surge no país uma tendência, a partir da década de 1980, de criação de zonas de habitação separadas por muros, por parte das classes altas. Em definição, essas zonas, nominadas por ela enquanto “enclaves fortificados” seriam aqueles lugares “privatizados, fechados e monitorados, [...] justificado pelo medo do crime e da violência por parte daqueles que se sentem ameaçados e preferem abandonar os espaços de livre acesso e circulação” (CALDEIRA, 2000, p. 211).

A autora aponta que esse novo padrão de habitação estaria marcado, muitas vezes, por forte proximidade entre moradores (as), embora separados por paredes, vigilância e segurança privada. Denotando uma limitada ou mesmo nula possibilidade de interação entre classes sociais distintas (CALDEIRA, 2000). Esse padrão é semelhante ao caso de prédios brasileiros, os quais são construídos em bairros populares, nos quais a alta vigilância e a proteção do carro e vidro fechados no ato da circulação impedem que a população se conheça ou mesmo estabeleça qualquer comunicação. É provável que em anos, não se construam relações entre moradores que se encontrem separados por poucos metros (bairro popular e prédios) além daquelas trabalhistas.

A esse respeito Villaça (2001, p. 152), ao comentar o padrão apontado por Caldeira (2000), destaca que ocorre nos enclaves fortificados uma “obsessão [das classes altas] de construir muros e cercas.” Denotando uma tendência de os mais ricos migrarem para as periferias, sem que isso signifique integração espacial e territorial entre classes neste espaço, posto que a maior proximidade geográfica entre os estratos não suplanta a segregação.

Contudo, os autores e autoras apontam para um padrão de segregação à brasileira que se mantém predominantemente na relação centro x periferia. Ainda hoje no Brasil as instituições públicas, os serviços de saúde, de transporte, de educação de qualidade, permanecem no centro, dificultando o acesso desses espaços por populações de baixa renda,

que dificilmente conseguiriam sobreviver nessas localidades, pois que tanto a compra quanto o aluguel de habitações no centro, são demasiadamente mais caras que em bairros periféricos.

Finalmente, tomando como fundamento teórico as referências conceituais anteriores, descreveremos e analisaremos os processos de ocupação na cidade de Imperatriz, naquele momento histórico de urbanização e crescimento populacional. Entendemos que essa descrição possa ser útil no desvelamento dos processos de segregação vivenciados pela população local, além de permitir uma correlação dessa para com a construção de estruturas de preconceitos, discriminação e estigmatização de grupos sociais.

3.5 A ocupação das ruas da cidade em 1950

A primeira rua da cidade foi habitada por seus primeiros colonos, isto porque, havia na região um grande quantitativo de populações indígenas, sobretudo timbiras. Esta rua, por ser mais antiga, acumulou maior quantidade de caracterizações que a designassem, tais como rua grande, de dentro, do fio e do telégrafo. Pressupomos que o adjetivo “grande” se refira a sua largura e extensão e que a designação “de dentro”, refira-se à uma contraposição a rua de fora.

Posteriormente, ainda no início da década dos anos 2000, o nome da rua foi alterado para o nome do fundador da cidade, Frei Manoel Procópio, apesar de ser reconhecida popularmente pelos moradores da cidade, como 15 de novembro (nome antigo) e constar em alguns sites de localização¹² com esse nome. Assim, de acordo com o Jornal o Progresso (2013) “o projeto para mudança do nome em homenagem ao fundador da cidade partiu dos moradores e líderes religiosos, após abaixo assinado.” Nos anos 1950, essa rua comportava as famílias ricas de imperatriz, dentre eles estavam grandes fazendeiros, comerciantes, prefeitos, delegados, vereadores e advogados. Não por acaso, era também nela que estavam os limitados serviços públicos da cidade, como apontado por Timbira (2015), tais como o primeiro posto de saúde da cidade, o correio, o cartório e o motor de luz. Adiante a fotografia demonstra a fachada das casas dessa rua.

12 Google Maps e Google Earth

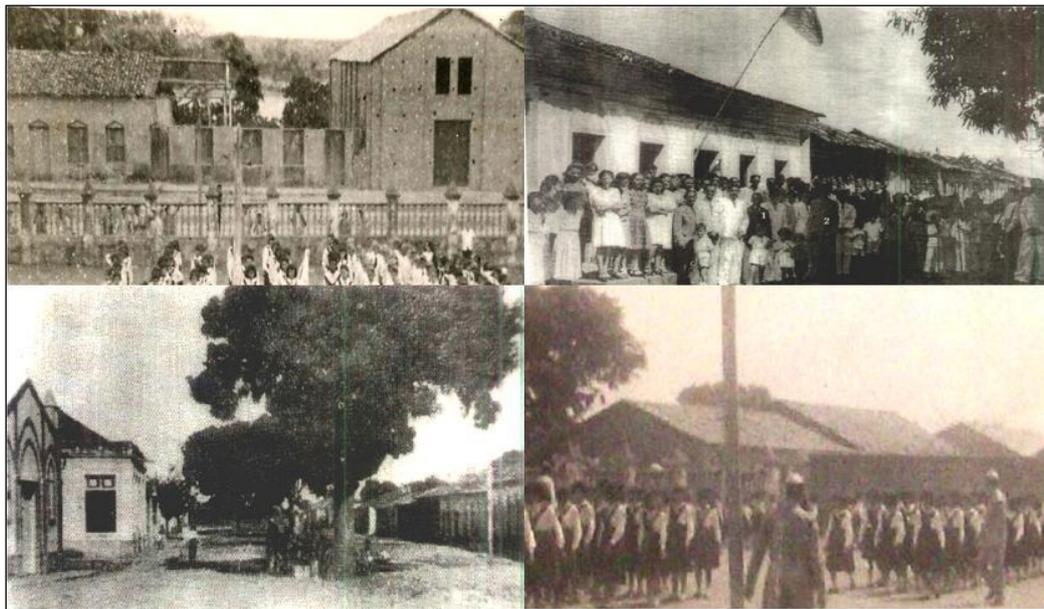


Figura 14: Perfil das casas da Rua 15 de Novembro nas décadas de 1950-60

Fonte: CUNHA, 2010.

A segunda rua, chamada de “de trás”, “de baixo” e “do quero”, foi ocupada maiormente por indivíduos imigrantes, que chegaram posteriormente. Contudo, ressaltamos que todos poderiam ser assim identificados, uma vez que apenas os indígenas são seus moradores originais. Portanto, importa destacar que a rua de trás passou a ser ocupada mais intensamente por uma segunda leva de imigrantes que, se comparado com os moradores da rua grande, podem ser classificados como recém-chegados.

Ela é hoje conhecida pelo nome de Coronel Manoel Bandeira. Supomos que o nome rua “de trás” tenha relação com a forma com que esta era vista, se observada a partir da rua principal. Quanto aos significados de rua “de baixo”, tem-se que, possam estar atreladas, no primeiro caso, a certo desnível em comparação a rua “grande” e, que, no último caso, tenha relação com o desejo, de a despeito de qualificações pejorativas, as pessoas ainda assim desejarem residir nela. Essa rua foi sendo ocupada por gente simples, membros das classes populares. Eram em sua maioria de lavadeiras de roupas, carroceiros e trabalhadores de serviço braçal. A rua a qual nos referimos está destacada na imagem seguinte com linha contínua azul.



Figura 15: destaque para a rua Coronel Manoel Bandeira. /Fonte: CUNHA, 2010.

A terceira rua, conhecida por rua “de fora”, atual Godofredo Viana, pode ter sido classificada assim, por ser reconhecida pelos moradores das demais ruas como um segmento externo a eles. Nesta rua, tal qual na “de trás”, havia um grande quantitativo de moradores migrantes vindos para a cidade em busca de trabalho. Pode-se inferir, metaforicamente, que a concepção “de fora”, tenha relação com estar ou não incluído no que se entendia por sociedade imperatrizense. Ressaltamos que as três ruas foram segmentadas analiticamente por nós, em dois grupos: de um lado estavam os moradores da rua grande (mais antigos) e de outro, os moradores da rua de trás e de fora (mais recentes).

As pesquisas realizadas por nós revelaram que os moradores dessa rua (de fora) e da rua anterior (de trás) vieram para a cidade nos afluxos migratórios impulsionados pela abertura de algumas estradas, tais como: Imperatriz – Grajaú, aberta por Simplício Moreira e a Rodovia Belém – Brasília (BR 010), como já mencionado, parte do projeto desenvolvimentista do então presidente da república Juscelino Kubitschek de Oliveira – JK. Assim, as últimas permaneceram por muitos anos desassistidas pelos serviços essenciais. Deste modo, no entendimento de Bourdieu (2008) os efeitos dos lugares e suas resultantes podem afetar materialmente a vida dos indivíduos. Nessa direção, o mesmo afirma que “esses lugares abandonados, [podem ser definidos], fundamentalmente, por uma ausência - essencialmente a do Estado -, e de tudo o que disso decorre: a polícia, a escola, as instituições de saúde, as associações, etc.” (BOURDIEU, 2008, p. 159).



Figura 16: casa de palha de Imperatriz na década de 1950, provavelmente na Godofredo Viana
Fonte: CUNHA, 2010.

Nesse sentido, a respeito das condições de vida dos moradores desses lugares tradicionalmente negligenciados pelos poderes públicos, Pierre Bourdieu (op.cit. p.159) esclarece que “não se pode romper com as falsas evidências e com os erros inscritos no pensamento substancialista dos lugares a não ser com a condição de proceder a uma análise rigorosa das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico.” Por isso, os lugares habitados e suas representações (sociais) sejam negativas ou positivas, não podem ser lidos, sem a compreensão de suas relações espaço físicas (estruturais).

Deste modo, desde a época da fundação de Imperatriz, as famílias abastadas e as principais lideranças da cidade concentraram suas residências na Rua 15 de Novembro, construindo nela os melhores prédios e as instituições do estado também se fixaram nessa rua. Portanto, as duas últimas ruas (de trás e de fora) para muitos moradores correspondiam à “periferia” da cidade. Foi também nessas que se agregaram os primeiros contingentes de imigrantes que chegaram à cidade na década de 1950. Em outras palavras, havia uma rua que era habitada por pessoas e famílias com maior poder aquisitivo, enquanto as demais ruas eram habitadas por pessoas e famílias recém-chegadas, majoritariamente, com menor poder aquisitivo. Assim, segundo uma moradora da rua Coronel Manoel Bandeira (rua de fora), os ricos tendiam a habitar a Rua 15 de Novembro, enquanto que os pobres distribuía-se entre as outras duas ruas: “[...] A maioria das pessoas que moravam na [Rua] 15 de novembro eram as mais ricas, a minha mãe trabalhou muito pra eles” (XAVANTES, 2015).

3.6 Vigilância, controle e restrição nos espaços da cidade

No interstício da década que estudamos, identificamos a imposição de restrições no acesso ao espaço urbano por parte dos moradores antigos contra os imigrantes que chegavam à cidade. Conforme mencionado, o espaço urbano de Imperatriz era distribuído de acordo com o critério econômico, já que indivíduos e famílias mais abastadas, com maior poder de compra, optavam por adquirir as casas e terrenos na Rua 15 de Novembro (rua grande), enquanto que os indivíduos e famílias mais carentes, com menor poder de compra, tinham que residir nas casas e terrenos da Rua Coronel Manoel Bandeira (rua de trás) e da Rua Godofredo Viana (rua de fora). O que se alinha ao que Negri (2008, p. 141) revelou ser o processo preponderante de segregação socioespacial no contexto da América Latina e Brasil: especialmente mobilizado por critério socioeconômicos.

A esse respeito, identificamos casos de controle político do espaço urbano na cidade de Imperatriz, antes e durante a década a qual estudamos. Havia na cidade, portanto, uma espécie de “seleção” liderada pelos moradores da 15 de novembro, para com indivíduos que almejassem morar nas ruas de Imperatriz. Em termos simples, para residir na localidade, era necessária a permissão dos membros dessa elite político-econômica, que chegara “primeiro” no território ou mesmo do próprio estado, representado por tais pessoas, via cargos políticos. Um dos imigrantes que chegaram a Imperatriz, provavelmente durante a década de 1950, assim relatou: “quando cheguei aqui, ainda fui me apresentar ao Cel. Milhomem, tomar café com ele, dizer de onde vinha e de qual família, para poder ser bem aceito na cidade”¹³.

Diante dos dados, consideramos que a situação possa se enquadrar em um processo de controle social, que classificava hierarquicamente os que vinham chegando, abrindo ou fechando as portas da sociedade. Facilitando ou dificultando a vida desses, em uma cidade que se construía. Tal triagem era realizada, não por um indivíduo obstinado a fazê-la, mas por um representante dos interesses de um núcleo social influente e de poder.

Um outro evento refere-se ao relato de um descendente de uma das famílias tradicionais da cidade, que afirmou que mora na Rua 15 de Novembro desde 1926, ressaltando, em entrevista, o rígido controle imputado pelas autoridades locais aos imigrantes que pretendiam morar nas ruas da cidade antigamente, ao dizer que “naquela época não tinha essa roubalheira que tem hoje. Quando o cara não prestava, eles [as autoridades locais] botavam pra fora. Era o

13 Depoimento do Dr. José Ribamar Raposo concedido a Victor Asselin (2009, p. 33). É provável que se refira a um período anterior ao final da década de 1950, já que tal tipo de controle se tornou pouco executável após a construção da Rodovia Belém-Brasília em Imperatriz.

povo [os moradores da Rua Grande] que indicava quem poderia morar aqui” (CANAQUETGÊS, 2015)¹⁴. Desse modo, fica claro que até o final da década de 1950, o acesso à Imperatriz era controlado por essas autoridades locais. Este controle da acessibilidade dos espaços da cidade somente modificou-se com a construção da Rodovia Belém-Brasília, já que com ela o fluxo populacional, ao se tornar intenso, criou uma situação em que se tornou difícil controlar a entrada de indivíduos na cidade. O que não extirpou outros tipos de controle velados.

Outro exemplo ocorrido na cidade, refere-se ao ano de 1907, situação narrada sob a forma de denúncia por um pseudônimo no jornal “O Pacotilha.”¹⁵ O trecho da notícia que será apresentada refere-se a uma publicação realizada numa quinta-feira, dia 19 do mês de setembro, do ano de 1907. Elaborada a partir do depoimento de um indivíduo que utilizava por pseudônimo o nome de Tompson, proferido na data de 10 de fevereiro do mesmo ano. Na época publicado sob o título “Casas e torturas na Imperatriz”. Vejamos a publicação original:



Figura 17: reportagem no jornal “O Pacotilha”

Tompson narra a tortura sofrida por uma família de lavradores acusada de roubar uma quantia em dinheiro de um caixeiro, ao descrever que “estrangulados os pobres, macerados na cruel tortura sem nada confessarem, o caixeiro infiel, pegado em contradição, confessou ter gasto o dinheiro”. As vítimas torturadas, segundo ele, tinham por nome “Martinho, Izabel e Jacinta.” E por fim, conclui a queixa em tom irônico ao dizer: “Como é civilizador o poder dos Bandeiras!”

Novamente, nota-se no ato narrado a menção à genealogia de uma família politicamente e economicamente importante no período da notícia. A esse respeito, Nogueira (1998, p. 34)

14 Depoimento concedido a Tamires Silva Morais Plácido em 19 de maio de 2015.

15 O veículo comunicativo utilizado pelo denunciante, surgiu em outubro de 1880. O “Pacotilha” nasce por iniciativa do jornalista Victor Lobato e caracteriza-se por ser um jornal diário, de origem privada, não-oficial, popular e inicialmente não-partidário. Possuía endereço fixo na cidade de São Luís, praça de João Lisboa, número 24.

pontua que “a preocupação com a genealogia por parte dos membros das famílias tradicionais” é relevante no sentido de revelar se as mesmas ainda possuem “em suas mãos os meios de produção (e de lucro): as fazendas, os imóveis urbanos, os estabelecimentos industriais.” Posto que disso deriva, na maioria dos casos, seu maior ou menor poder de controle social dentro de grupos e comunidades, inclusive: de acusação.

Portanto, a gravidade da queixa realizada por Tompson, engloba variadas fontes de poder (político, social, econômico), isto é, não só se volta para a vigilância do outro (aqui entendido como não pertencente ao grupo de famílias tradicionais) como para a distinção de pessoas via critérios econômicos, uma vez que o intendente, conforme o relato, parece crer na palavra de alguém com maior poder aquisitivo em detrimento dos pobres que negavam ter praticado o crime. Cabe explicitarmos que, ainda que a notícia se inscreva no contexto citado, Elias (1970) afirma que “certas transformações sociais só se podem efetuar - e se é que se podem mesmo efetuar – quando houver um desenvolvimento que abarque várias gerações.” Assim, para que determinado processo de transmissibilidade de poder chegue ao seu estado estanque, seria necessário, também, uma quantidade considerável de tempo para que houvesse nele grandes transformações.

Acreditamos, portanto, que as relações de poder que se estabelecem e se transformaram na cidade, foram e são compartilhadas entre pares: através de uma teia de interdependência social duradoura. Portanto, Tompson ao aparentemente não participar desta teia ou simular-se, utiliza-se da proteção do anonimato quando denuncia os atos do intendente Fortunato Bandeira, eleito pela Câmara de Vereadores. Demonstrando receio de abertamente ir contra a família citada. Portanto, cremos ser esta forma de exercício de poder, sobretudo, em suas diversas configurações, apesar de seus abrandamentos, um tipo de operação utilizada na década de 1950 e mesmo depois.

4. OS ENGOMADOS E OS DESCAMISADOS E AS APROXIMAÇÕES COM OS ESTABELECIDOS E OS OUTSIDERS

4.1 O estigma e preconceito na abordagem de Norbert Elias e John Scotson (2000)

No prefácio da obra “Os estabelecidos e os outsiders”, Elias e Scotson (2000, p.13) explicam que “os estabelecidos e os outsiders é um estudo sobre uma pequena comunidade que tinha por núcleo um bairro relativamente antigo e, ao redor dele, duas povoações formadas em época mais recente.” A pesquisa dos autores é um trabalho deslocado de um primeiro foco que residia na análise de “diferenciais de delinquência” (ELIAS E SCOTSON, 2000, p.13).

No “microcosmo de Winston Parva” os pesquisadores transitaram de um estudo de níveis diferenciais de delinquência entre os bairros, como dissemos, para uma perspectiva das “diferenças de caráter desses bairros e para as relações entre eles” (ELIAS E SCOTSON, 2000, p.13). Importando nesta, a consideração de suas figurações estruturais e de suas relações sociais, o que não excetuou de seu bojo o quesito criminalidade.

No estudo dos três bairros, explicam que um paradigma sociológico estava se evidenciando. Por isso dizem que “o fascínio exercido em nós por seus problemas foi aumentando sistematicamente — sobretudo à medida que percebemos, pouco a pouco, que alguns deles tinham um caráter paradigmático”. Isso significava que a análise quase microscópica dos autores “lançavam luz sobre problemas comumente encontrados, em escala muito maior, na sociedade como um todo” (ELIAS E SCOTSON, 2000, p.13).

Ainda sobre a mudança de foco da investigação, apontaram que, curiosamente, “no terceiro ano da pesquisa, os diferenciais de delinquência entre as duas áreas maiores (que haviam fundamentado a ideia local de que uma delas era uma zona de delinquência) praticamente desapareceram.” Diante do quase total desaparecimento de tais diferenciais, sobrevivia “a imagem que os bairros mais antigos tinham do mais recente, com seu índice de delinquência antes mais elevado” (ELIAS E SCOTSON, 2000, p.13).

Em face da persistência na memória dos moradores dos bairros mais antigos, acerca da delinquência dos moradores dos bairros mais recentes, um processo de estigmatização passava a ser novamente operado. Elias e Scotson explicam que “os bairros mais antigos continuaram a estigmatizá-lo como uma área em que a delinquência grassava.” Por isso, a pergunta norteadora do trabalho consistia agora em “saber por que persistiam as opiniões sobre esses fatos, muito embora os fatos em si se houvessem alterado” (ELIAS E SCOTSON, 2000, p.13).

Outro elemento importantíssimo na abordagem dos autores, refere-se à desconstrução de análises com resultados precoces. Sobre a abertura dos olhos dos pesquisadores para essa questão, salientam que agir assim os “ajudou a neutralizar a rigidez de qualquer ideia preconcebida que tivéssemos sobre o que era e o que não era significativo no estudo de uma comunidade” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p14).

A postura dos autores ante aos fatos, “acabou por levar [a pesquisa] a um quadro bastante denso e abrangente de aspectos de uma comunidade que podem ser considerados centrais — sobretudo as relações de poder e de status e as tensões que lhes estão associadas” Em outros termos, associaram as pequenas escalas às largas escalas no interior de um mesmo quadro analítico, a saber, a investigação das relações entre indivíduos, aliada à compreensão

das conjunturas política, econômica e social daquele país no qual se encontrava a comunidade (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.14-15).

A postura acima mencionada exigiu que os interesses dos autores não “preponderassem sobre nosso interesse pela vida social das pessoas da própria comunidade de Winston Parva” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.15). Aqui se percebe os limites que o campo constituído por pessoas impõe, sobretudo quando se permite que os indivíduos falem com liberdade acerca dos fatos que lhes interessam sobre o assunto e não sobre o que querem ouvir os pesquisadores.

Os autores grifam que no âmbito das relações entre moradores antigos e recentes se erigia uma hierarquização que os classificava com maior ou menor valor. Os antigos, ao se entenderem como superiores, viam nos moradores mais recentes uma qualidade de “outsiders,” ou seja, de “pessoas de menor valor humano” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.16).

Em comparação com as relações com outros grupos historicamente conhecidos, justificam que a palavra “aristocracia” seria um exemplo assemelhado à situação vivenciada pelos moradores em Winston Parva. O governo dos melhores na situação aqui colocada seria expresso pela governança dos melhores – dos mais antigos – e a submissão dos piores – os mais recentes daquela localidade (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.16).

Por isso, indagações sobressaem da crença acima nutrida pelos moradores antigos. Uma delas se refere a como os membros desses grupos mantêm alguns sistemas de crenças e valores acerca de seu maior poder e humanidade frente a outros mais recentes. E diante de tais crenças, uma outra questão se desprende, saber quais instrumentos são utilizados por grupos de poder para preservarem e imporem tais ideologias (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.17).

Nesta figuração os autores pontuam o surgimento de uma “constante universal”. Podendo essa operar como um “paradigma empírico.” A constante universal é justificada pelo fato de os pesquisadores perceberem haver em Winston Parva uma figuração estabelecidos-outsiders cabível em contextos mais amplos, como aqueles entre estados e países. Seu funcionamento enquanto paradigma empírico, se dava por meio da aplicação de tal constante “como gabarito a outras configurações mais complexas desse tipo.” Esse último conceito demonstraria não só pontos comuns (estruturais) entre um caso e outro, como também pontos específicos encontrados numa ou noutra localização (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.18).

Ademais, a presença de alguns instrumentos de controle social, tais como as “praise gossip” (fofocas elogiosas) e as “blame gossip” (fofocas depreciativas) se mostraram fundamentais para a manutenção das posições dos sujeitos de ambos os grupos. Essas eram disseminadas de modo a colocar o grupo dos antigos como aqueles que respeitam e cumprem

as normas da comunidade e o grupo dos recentes como aqueles que tanto não as respeitam, como as transgridem (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.18).

A respeito das diferenças de caráter dos bairros estudados, notaram que “os padrões habitacionais, as diferenças entre as duas áreas não eram particularmente evidentes.” Nem mesmo havia distinções relativas à raça, cor, ascendência étnica, nacionalidade, ocupação, nível de escolaridade ou classe social entre os dois lados. Contudo, enfatizaram que “a única diferença entre elas era a que já foi mencionada: um grupo compunha - se de antigos residentes, instalados na região havia duas ou três gerações, e o outro era formado por recém-chegados” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.18).

Diante do fato, concluíram que “todo o arsenal de superioridade grupal e desprezo grupal era mobilizado entre dois grupos que só diferiam no tocante a seu tempo de residência no lugar.” As armas e escudos utilizados por ambos, derivavam de uma concepção arraigada especialmente naqueles se entendiam como os que chegaram antes e construíram materialmente e moralmente a face daquele lugar (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.19).

A partir da identificação do foco principal das disputas, os pesquisadores ressaltaram que haveria limitações na análise de Winston Parva, sobretudo se essa estivesse ancorada na “posse monopolista de objetos não humanos, tais como armas ou meios de produção.” Pois estes acobertariam alguns “aspectos figuracionais dos diferenciais de poder que se devem puramente a diferenças no grau de organização dos seres humanos implicados.” Isto é, sem a análise situar-se exclusivamente nos elementos econômicos, os autores puderam evidenciar que a presença ou falta de coesão nos grupos de moradores antigos e recentes se dava pelo fato de os primeiros se conhecerem a mais tempo que os últimos. A coesão dos antigos fazia com que os mesmos ocupassem ou reservassem para eles os melhores cargos nas instituições locais, como dos clubes, escolas e conselhos (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.19).

A respeito da “distorção pars pro toto” (a parte pelo todo) os autores afirmaram que por meio dela os grupos estabelecidos tendiam a se enquadrarem enquanto portadores das melhores características de uma pequena quantidade de indivíduos de seu grupo e a classificarem os grupos outsiders a partir das piores qualificações de uma minoria “anômica” do grupo. No caso específico, a parte boa ou ruim atribuída ao todo, ocorria, com demonstrado, no sentido oposto nos dois grupos. Em um deles, a menor parte era compreendida como boa e por isso a maior parte também o era. Noutro, a menor parte era concebida como ruim, por isso o todo também deveria ser. Assim, a metonímia social mencionada evidenciava-se quando os pesquisadores conversavam com os moradores das localidades mais antigas “todos eles concordavam em que

as pessoas 'de lá', da parte mais nova, eram de uma espécie inferior" (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.21).

No que tange ao posicionamento da abordagem como parte, sobretudo, de processos de estigmatização e não somente de preconceito, explicam que "há uma tendência a discutir o problema da estigmatização social como se ele fosse uma simples questão de pessoas que demonstram, individualmente, um despreço acentuado por outras pessoas como indivíduos" (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.21). Portanto, a descrição acima se enquadraria maioritariamente no que se entende por preconceito, pois equivaleria a compreender as relações figuracionais entre antigos e recentes a partir da ênfase em perspectivas individuais, quando a mesma exige, concomitantemente, uma abordagem abrangente, própria das ações coletivas de grupos, característica preponderante do estigma e do quadro analítico colocado.

Ademais, a análise dos autores tem como elemento central "um equilíbrio instável de poder". É justamente a menor ou maior posse de poder que permite que um grupo consiga efetivamente estigmatizar outro. Assim, os autores afirmam que "a capacidade de estigmatizar diminui ou até se inverte, quando um grupo deixa de estar em condições de manter seu monopólio das principais fontes de poder existentes numa sociedade." Um exemplo dado por Elias e Scotson se refere a situação da "supremacia branca" frente aos negros na América, que após mudanças legislativas e da mentalidade social ética e moral, perderam o poder de abertamente estigmatizarem pessoas. Podendo, inclusive, caso tentem manter a prática arrefecida, obterem como resposta fortes retaliações dos últimos. Aqui torna-se claro que estando o universo de pesquisa de Winston Parva expresso numa relação intergrupala, entre tais coletivos, caberia, portanto, este ser compreendido, especialmente via processos de estigmatização (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.22-23).

E justamente por isso, a pesquisa compreenderia, nos termos dos autores, "uma investigação da estrutura global da relação, vigente entre os dois grupos principais, que dotava um deles do poder de lançar o outro no ostracismo." No âmbito das relações de interdependência entre os grupos, se fazia necessário identificar elementos da estrutura da comunidade de Winston Parva que permitiam o ligamento entre os coletivos que oportunizavam que um grupo tivesse maior poder de perpetrar seu "desprezo" pelo outro (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 23).

No quadro colocado, em sentido opostos, estão o carisma grupal e a desonra grupal. Portanto, na relação estabelecidos – outsiders, os grupos estabelecidos disseminavam sobre si características honrosas e sobre os grupos outsiders, as desonrosas. Os autores também pontuam a capacidade de os grupos com equilíbrio aproximado de poder de realizarem o que chamaram

de contra estigmatização, isto é, quando o poder dos estabelecidos vai diminuindo gradualmente (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 25).

Portanto, quando um indivíduo compartilha do caráter de carisma e superioridade de um grupo, este acaba por estar imerso nas obrigações que o mesmo preconiza. O pertencimento a determinado grupo, conseqüentemente, leva o indivíduo à submissão de regras e normas do mesmo. Aqueles que não as observam são tido por outsiders, ou porque foram desligados do grupo, ou por nunca terem participado do mesmo. São marcados como indivíduos ou grupos anômicos (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 25).

Nesse sentido, haveria nos membros estabelecidos o medo de se infectarem de tal anomia própria dos outsiders. Os autores nominam o referido medo como “infecção anômica.” Isto é, diante da ameaça do acometimento da doença, os indivíduos que se entendem como pertencentes aos grupos superiores evitam estabelecerem relações com indivíduos estigmatizados, os outsiders (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 26).

Cabe destacar que os termos e expressões utilizados por estabelecidos para estigmatizar os outsiders pode não fazer qualquer sentido em outras comunidades, sobretudo por estarem “fora do contexto específico em que são empregados, mas, apesar disso, ferem profundamente os outsider, porque os grupos estabelecidos costumam encontrar um aliado numa voz interior de seus inferiores sociais” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 26). A voz de desonra que reside nos que sofrem tais perpeções de estigmas, são aquelas ligadas a aspectos que os mesmos gostariam de esquecer. Embora sejam constantemente lembrados.

Ante ao exposto, percebe-se que o estigma só tem eficácia se articulado a uma estrutura social. A esse respeito os autores pontuam que são “necessárias outras fontes de superioridade de forças para manter a capacidade de estigmatizar” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 26). Não sendo propriamente uma arma a disseminação de fofocas de um grupo a outro, sem um ligamento do grupo perpetrador com o ganho de poder e superioridade sociais.

A respeito da contribuição de Karl Marx e seus ensinamentos econômicos sublinham que no caso específico de Winston Parva, em que os moradores não apresentam disparidades salariais, os questionamentos devem ir em direções que lhes oportunizem respostas não econômicas. Isto é, se mesmo assim o estigma permanece na relação entre os moradores antigos e recentes, se o “estigma não desaparece. A principal privação sofrida pelo grupo outsider não é a privação de alimento. Que nome devemos dar-lhe? Privação de valor? De sentido? De amor-próprio e auto - respeito?” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 36).

Como resposta Elias e Scotson (2000, p.37) colocam que “a estigmatização, como um aspecto da relação entre estabelecidos e outsiders, associa - se, muitas vezes, a um tipo

específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido.” O que faz com que, em muitos casos, a fantasia estigmatizante seja objetificada, ainda que erroneamente, em um objeto, algo material identificável nos outsiders. E é justamente a partir da transferência da ideia para a coisa em si, que permite aos estabelecidos se eximirem da culpa de serem pessoas que atribuem a outros grupos características ruins, quando para eles, na realidade, não são eles que falam, as características dos outsiders falam por si mesmas.

Além do mais, Elias e Scotson (2000, p. 39) grifam que “experiências afetivas e as fantasias dos indivíduos não são arbitrárias — que têm uma estrutura e dinâmica próprias.” São próprias de contextos específicos e por isso possuem maior relevância dentro deles. Cabe ainda ressaltarmos, como bem o fazem os autores, que tais processos estigmatizantes e preconceituosos são inerentes a mudanças sociais, portanto não devem ser vistos como partes de uma estrutura cristalizada e imutável, ainda que apresentem resistência ao longo da história das sociedades.

4.2 Os engomados e os descamisados e os estabelecidos e os outsiders

O trabalho de Elias e Scotson é uma lente indispensável para analisarmos a situação de estigmatização mútua entre engomados e descamisados na cidade de Imperatriz. Por isso, compreendemos os moradores e moradoras antigos e recentes de Imperatriz, tal qual os estabelecidos e outsiders. Contudo, esclarecemos que se trata tão somente de uma ancoragem analítica aproximada, uma vez que em Imperatriz, sobremaneira na década de 1950, a separação de moradores no território se deu por meio de ruas e não de bairros, como em Winston Parva. Além disso, no caso de Imperatriz, questões econômicas estavam em jogo e os conflitos não se limitavam às diferenças no território entre grupos formados há duas ou três gerações e grupos com composição mais recente. Por isso, reconhecemos que a situação imperatrizense se complica, sobretudo em termos analíticos, por haver na mesma outros elementos não identificados na investigação de Elias e Scotson, tais como diferenças relacionadas à raça e classe social.

Sob essa ótica, a segregação socioespacial dos dois grupos em Imperatriz, no sentido inverso ao da análise de Elias e Scotson, apresentava padrões de habitação, ocupação e nível de escolaridade profundamente desiguais quando comparados. Como expresso na introdução deste trabalho, os dois grupos foram segmentados por nós, da seguinte maneira: de um lado estavam os moradores da rua grande (mais antigos) e de outro, os moradores da rua de trás e de fora (mais recentes). Por isso, na situação local, as disparidades eram evidentes.

Como em Winston Parva as respostas econômicas não correspondiam aos motivos dos conflitos entre antigos e recentes, os autores buscaram compreender a origem do desprezo dos moradores antigos dirigido aos moradores recentes, por meio de outras dimensões sociais. Uma vez que o “estigma não desaparece” ante a relativa igualdade econômica dos dois grupos. Por isso, os autores se perguntavam de que padeciam os outsiders para serem assim classificados pelos estabelecidos. Portanto, se a privação não era de alimento, os autores se questionavam, se não era de valor, sentido, amor ou respeito (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 36).

E os descamisados da cidade, de que padeciam? A evitação para com esses, colocada por Timbira (2015), permite-nos a busca dos motivos no subsolo de tais disputas. Quando Timbira (2015) afirma que “o pessoal daqui [Rua grande] tinha rivalidade com o povo da rua de trás. Se aparecesse alguém da rua de trás, o pessoal dizia ‘não, não quero nem ver, não, não!’ e completa dizendo que “os daqui eram os ‘engomados’, os de lá eram os ‘descamisados.’ Nos perguntamos o que os engomados exatamente não queriam ver e quem eram socialmente os descamisados.

Tomando por empréstimo a descrição de Nogueira (1998, p.35) consideramos ser os descamisados aqueles sujeitos que se deixam evidenciar pelo modo de vestir, com “roupa rústica, de baixo custo, despreziosa, estragada ou remendada, sem sapatos ou com estes com os sinais próprios de longo uso e de sujeição a pesado esforço.” A visão de Nogueira converge com o dito por Timbira (2022) que afirmou se tratar de pessoas com vestes mais simples e não necessariamente “descamisadas.”

Sob esse aspecto, verificamos que os descamisados gozavam de menor poder de compra e, portanto, compunham as baixas camadas da sociedade. Além do mais, pelo local de suas residências, casas mais simples das ruas de trás e de fora, apontamos ser estes, em sua maioria migrantes mais recentes. Portanto, do que foi citado no depoimento, sobretudo, local de residência (ruas de residências mais simples); tipo de vestes; ocupação trabalhista (classe trabalhadora). Consideramos que o foco do desprezo dos moradores mais antigos tinha uma forte correlação com três componentes principais: elemento antiguidade, elemento econômico e elemento raça. Por isso, destacamos que os outsiders da cidade não eram apenas imigrantes, recém-chegados, eram também pobres, ocupantes de funções laborais historicamente inferiores. Eram trabalhadores braçais, estavam nas roças, nas margens dos rios lavando roupas, em atividades de comércio ambulante etc.

Havia também em Imperatriz, na relação entre estabelecidos e outsiders a menção a características honrosas e desonrosas a fim de estigmatizar grupos e manter a superioridade daquele grupo com maior poder. Eis o caso do adjetivo descamisado. Quanto a isso, Elias e

Scotson destacam que a estigmatização não acontece desatrelada da posse de outros tipos de poder dos grupos que estigmatizam (econômico, político, social). Nenhum grupo que estigmatiza outro o faz sem que haja nele reservas de poder que endossem o potencial da estigmatização. Por isso, cremos ser o adjetivo “engomado” tão somente uma tentativa do que Elias e Scotson (2000, p.25) chamaram de “contra-estigmatização”, não sua concretização para com os moradores antigos. Uma vez que os grupos de moradores mais recentes não possuíam poder econômico, político ou social naquele período.

Portanto, os engomados tinham a seu favor poder econômico, político, social e o fato de serem os “primeiros” moradores brancos da cidade. Os engomados eram os estabelecidos de Imperatriz, que utilizaram os instrumentos que possuíam e estratégias para se manterem na posição de dominadores em uma sociedade em rápida transformação. Assim, para manterem suas posições estáveis, mobilizavam estratégias de estigmatização, preconceito, racismo estrutural e institucional.

A respeito da criação de ideologias estigmatizantes em Winston Parva, como posto pelos autores, cremos que estas em Imperatriz se expressavam por meio de falas indicativas de que após a chegada de novos moradores à cidade as coisas ficaram desordenadas. O fato de a desordem, o crime e os problemas sociais serem associados aos moradores recentes, compõe em nosso entendimento a ideologia de que os moradores antigos não estavam sujeitos a cometerem tais crimes ou desordens. Também, metaforicamente, a desordem pode sinalizar outros problemas, que não o crime ou a desorganização mencionada. Pode ser sintoma do sentimento de ameaça vivenciado pelos moradores menos recentes, quando em face de novos recém-chegados. Pois os últimos constituíam uma ameaça real à ordem social e à classe estabelecida, tal qual pontuaram Elias e Scotson, acerca da constante universal que se revela nas relações de interdependência entre moradores mais recentes e menos recentes.

São exemplos de tal ideologia as visões de Sacamecrã (2022) e Canaquetgês (2015). A primeira diz que antes “não tinha confusão, o pessoal era tudo... as famílias eram tudo unida, a gente conhecia todos os moradores nessa época, aí depois que aumentou muito, ficou [assim] uns saíam, outros entravam, aí chafurdou.” E o último, como já dispomos no tópico relativo à vigilância e controle social, afirmou que “naquela época [período com poucos moradores] não tinha essa roubalheira que tem hoje.” O que atribuía a um grupo a qualidade de ser em sua integralidade nômico e a outro o defeito de seus integrantes serem anômicos.

Portanto, o comportamento dos antigos em Winston Parva, especialmente quando “concordavam que as pessoas ‘de lá’, da parte mais nova, eram de uma espécie inferior” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.21), pode ser compreendido na situação de Imperatriz, na fala

da moradora que afirma “os daqui eram os ‘engomados’, os de lá eram os ‘descamisados.’” Denotando uma visão da superioridade daqueles que se consideravam parte do grupo “daqui”, para com aqueles que estavam fora desse grupo “os de lá”, portanto, passíveis de evitação.

Por fim, sublinhamos que a análise de Elias e Scotson é investigada nos termos dos modelos de estigma e não do preconceito. Pois para eles, as relações entre estabelecidos e outsiders não devem ser lidas a partir de uma ótica individual, como comumente se percebe em abordagens que levam a cabo a investigação do preconceito. O desprezo imputado aos outsiders se deve ao fato de estes terem por marca as qualidades negativas de recentes e menos coesos, por isso a abordagem é mais abrangente, própria das ações coletivas de grupos, característica preponderante do estigma e do quadro analítico colocado. E, como disposto por Phelan; Link & Dovidio (2013) ‘estigma’ seria em maior grau identificado em processos abrangentes, em maior medida, grupais, que expressem características humanas de comportamentos, identidades desviantes, doenças e deficiências.

4.3 Apontamentos interpretativos acerca dos engomados e dos descamisados

4.3.1 Engomados e descamisados: a construção do perfil de um e outro

Ainda na tentativa de construir os perfis de ambos os tipos sociais locais, exploramos e analisamos as entrevistas de Timbira, realizadas em 26 de abril de 2022, que é uma confirmação de outra entrevista realizada no ano de 2015, sobre o mesmo assunto. Vejamos a transcrição das mesmas:

Pesquisadora: eu tenho uma pergunta pra senhora, sobre uma entrevista que a senhora me deu em 2015, que a senhora falou sobre algumas denominações que eu não sei se a senhora ouviu falar ou foi uma forma de dar um exemplo. Mas a senhora falou sobre as relações entre pessoas engomadas e descamisadas a senhora se referia a quê exatamente?

Timbira: *As engomadas são as pessoas que se consideram ricas, as descamisadas são os trabalhadores, porque hoje não mudou muita coisa, o patrão quase sempre mantém a distância do empregado e o empregado, por sua vez, também [mantém a distância].*

Pesquisadora: Então, quanto à origem desses termos engomados e descamisados a senhora já presenciou alguém chamando alguém assim?

Timbira: Sim, presenciei.

Pesquisadora: no caso dos descamisados, se tratava de pessoas de maior poder aquisitivo?

Timbira: É

Pesquisadora: Você já viu alguém de maior poder aquisitivo se referindo assim a alguém que não tinha tanto poder?

Timbira: [sim, usavam] “*querendo humilhar*”

Timbira: Daí surgiu o termo. *Era um jeito de humilhar.* Qualquer coisa era “*e aí, seu descamisado?!*”

Diante das falas da moradora acerca de quem eram os *engomados e os descamisados*, montamos o pequeno quadro de características:

	Descamisados	Engomados
Localização Social	Classe trabalhadora	Pessoas que se consideram ricas (Classes altas)
Localização territorial	Ruas de trás e de fora	Rua grande
Aparência	Vestes mais simples	Vestes mais pretenciosas, ostentosas.
Atitude em relações de interdependência (trabalhistas)	Reagem ao distanciamento do empregador, mantendo a distância	Mantém a distância do empregado, propositadamente.
Atitude em relações conflitivas (informais)	Revidar (responder com o adjetivo “engomado”)	Atacar (atacar com o adjetivo “descamisado”)
Intenção	Proteção/defesa	Humilhação/manter o status quo
Relação*	Trabalhista e também informal	Trabalhista e também informal

Tabela 06: quadro de características dos engomados e dos descamisados

Outra lacuna a ser preenchida no perfil dos tipos colocados, a que tentamos completar, acreditamos poder ser preenchida a partir do próximo trecho da entrevista com a mesma moradora. Conforme se segue:

Pesquisadora pergunta: sobre essas expressões, a senhora desconfiou se tinha alguma relação com aquele mesmo preconceito vivenciado lá na Argentina pelos trabalhadores braçais (os descamisados que popularmente eram vistos como filhos de Evita Perón)?

Timbira (2022) **responde:** Olha eu não me reportei a isso porque na época as nossas informações eram muito poucas e eu nem sabia que Evita Perón teve essa alcunha. Se alguém chamou e tinha conhecimento, porque é claro tinha gente aqui tinha acesso às revistas, como uma das revistas que eu alcancei na minha mocidade foi a **Revista o Cruzeiro**, que foi muito lida, depois dela veio uma outra que eu já pejei para lembrar o nome, também não achei nenhum exemplar, a “veja” que veio algum tempo depois, a qual eu fui assinante quando eu trabalhei com o segundo grau. Fui assinante porque é uma coisa que eu gostava muito, era do professor informado, professor não sabe tudo, como professora me sinto à vontade para dizer que nunca me senti a sabe tudo.

Ao buscarmos informações em algumas revistas citadas, notamos que na revista *o cruzeiro*, mencionada pela moradora, havia uma edição na qual Eva Perón aparecia na capa, e mais adiante, constava uma reportagem fotográfica com a utilização direta dos termos “os descamisados” acompanhada de um conjunto de fotografias de Juan Domingo Perón. Seguem as imagens da revista:



Figura 18: Revista *O Cruzeiro* com Eva Perón figurando na capa. /Fonte: <http://memoria.bn.br/>



Figura 19: Revista *O Cruzeiro* com reportagem fotográfica de Juan Domingo Perón
 Fonte: <http://memoria.bn.br/>

Destacamos que a moradora nasceu no ano de 1943, portanto, quando ocorre a publicação da revista a mesma possuía apenas 4 (quatro) anos de idade. Contudo, consideramos que a revista possa não ter sido lida por ela, mas pelos adultos da cidade daquele período. Pois a mesma discorre que quando percebia tais relações conflitivas entre os moradores, era ainda criança. Ademais, afirma que “tinha gente aqui que tinha acesso às revistas.” Por outro lado, há a possibilidade de a revista ter sido lida por ela anos mais tarde, ou mesmo ter sido lida pelos moradores em simultâneo com a publicação e a memória dos termos ter sido transmitida de geração a geração.

Ainda sobre a memória de Timbira (2022) e de a mesma relembrar acontecimentos de sua infância e esses não se integrarem a um conjunto de lembranças de outras pessoas, pois as informações não foram confirmadas por outros moradores, Halbwachs (2006, p.26) explica que nessa situação “mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos” ainda assim, falamos de memória coletiva. Neste sentido, Halbwachs (2006, p.27) pontua que em nossa suposta memória individual “outros homens tiveram essas lembranças em comum [conosco].”

Não sabemos quais pessoas também vivenciaram ou presenciaram as situações colocadas pela moradora. Embora lidemos com indícios e a confirmação de uma memória que se conservou, ao menos para nós, de 2015 a 2022, a partir da fala da moradora. Contudo, assegura Halbwachs (2006, p.27) que “para confirmar ou recordar uma lembrança, as testemunhas no sentido comum do termo, isto é, indivíduos presentes sob a forma material e sensível, não são necessárias.” Acreditamos tal qual o autor, que outros elementos, tais como documentos, podem creditar uma memória.

4.3.2 Perfil dos moradores das três ruas: quesitos gênero, cor, moradia e ocupação

Dentre os entrevistados, 4 constavam como do gênero masculino e 10 do feminino. Destes, 4 residiam e ainda residem na rua Godofredo Viana (rua de fora), 5 na Coronel Manoel Bandeira (rua de trás) e 5 na 15 de novembro (rua grande). A respeito da investigação a partir da localização das residências de moradores e das possibilidades de contato entre eles, Allport (1979) destacou que não só no âmbito do contato residencial, como ocupacional, recreativo, casual, religioso, cívico e fraterno, político e de atividades entre grupos, se pode compreender a constituição e o funcionamento dos mais diversos conflitos e problemas entre aqueles que residem na mesma área ou diametralmente opostos.

Demonstrou, sobretudo, que há uma tendência, ou seja, uma maior probabilidade de resolução de conflitos das mais distintas naturezas entre grupo rivais, quanto maior for a proximidade da habitação de ambos, pois que a proximidade lhes proporciona a desconstrução de noções negativas e preconceituosas idealizadas acerca do outro. Neste sentido, notamos, tal qual Nogueira (1950), que a região das residências em Imperatriz, era bastante pequena. Havendo um constante trânsito e encontro (voluntário e involuntário) na mesma área territorial, de pessoas socialmente segregadas. Acabando por desencadear uma constante vigilância entre os moradores, devido a quase todos se conhecerem.

Sobre isso, destacamos que no caso de Imperatriz, nas décadas de 1950 e 1960, não era incomum esses contatos. Pois o fundo do quintal de alguém da elite fazia divisa com o fundo

do quintal de um pobre da rua de trás, por exemplo. Não sendo difíceis tais interações, como apontado por uma moradora da 15 de novembro “elas duas tinha uma amizade dificilmente a vovó saía para ir na casa dela ou ela (amiga da avó de Timbira moradora da rua de trás) saía para vir aqui, mas todo dia elas trocavam até tigelinha de chá pelo fundo do quintal mesmo, pela cerca do quintal.” E completa que “a acerca do quintal era divisa né?! Nem a gente passava para lá, nem elas passavam para cá, mais era a conversa e a troca de coisas, o que era conveniente a gente trocava” (TIMBIRA, 2022).

No que diz respeito à estrutura das residências mais recentemente, entre 2015 e 2022, no que concerne aos 5 (cinco) moradores da XV de Novembro, notamos que pelo menos 2 (duas) casas eram estruturalmente superiores às casas dos moradores das demais ruas. A esse respeito informou uma moradora da Coronel Manoel Bandeira que na década de 1950 “algumas eram de alvenaria de “adobão¹⁶”, inclusive, tem uma bem ali na esquina que ainda é antiga[...]” (PONECRAS, 2015).

Notamos, em 2022, que uma delas, além de possuir uma grande extensão territorial, possuía uma organização familiar em seu interior, funcionando como uma espécie de condomínio privado de uma única família. Além desta, outra casa se destacava entre as demais adjacentes, por parecer ser esteticamente planejada e possuir território mais extenso que outras próximas a ela. As demais casas dessa rua, em nossa contagem, três, estavam bem localizadas, no entanto, possuíam fachadas simples e terreno de tamanho variando entre pequeno e médio.

Ainda em 2022, notamos que na rua Godofredo Viana constavam casas, em sua totalidade, com território pequeno ou médio e de estética simples. No entanto, ao conversar com um desses moradores, este ressaltou ter perdido muito da riqueza que tinha e por isso sua residência atual não era como a de outrora (época em que se considerava rico). Quanto a esta rua, em 1950, conforme Apinajés (2015), as casas eram “de palha e teve um incêndio uma vez que queimou 18 [casas e] 18 famílias ficaram desamparadas, queimou aqui 8, e 10 do lado de lá [Coronel Manoel Bandeira - rua de fora].”

Na mesma linha, as casas da Coronel Manoel Bandeira, possuem atualmente, pequena ou média extensão espacial e estética simples. Conforme Capietrãs (2015) pontuou sobre a estrutura das mesmas em 1950, ao afirmar que “dali da Manoel Bandeira, pra cá, [as casas] eram de palha. As paredes de palha. Ó, quando eu mudei pra cá, essa casa aqui do Chico (casa ao lado), bem aí, ainda tinha uma parede de palha, era palha mesmo.”

¹⁶ Tijolo feito com uma mistura de barro, areia em pequena quantidade, estrume e fibra vegetal. Deve ser revestido com massa de cal e areia. O termo **adobe** vem do árabe attobi e designa, também, seixos rolados dos leitos de rios.

A respeito do quesito raça/cor dos entrevistados, constatamos que 10 pessoas dentre o grupo que analisamos é composta por pessoas brancas, 1 negra e 3 pardas. Alguns se autodeclararam como pertencentes a uma dessas categorias e outros foram assim percebidos por nós, mediante a observação própria do contato.

Esclarecemos que apesar de a população branca estar em maior quantidade no grupo analisado, acreditamos ser esta uma inexpressividade da maior parte da cor da população da cidade, uma vez que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), aproximadamente 80% da população do Estado do Maranhão é composta por pessoas negras.

No que concerne a proporção de distribuição das pessoas segundo a cor e a rua de residência, notamos, entre 2015 e 2022, que do grupo de entrevistados e entrevistadas, na rua 15 de novembro moravam 4 pessoas brancas e 1 pessoa negra; na rua Coronel Manoel Bandeira, residiam 4 pessoas brancas e 1 pessoa parda e na Godofredo habitavam 2 pessoas brancas e 2 pessoas pardas. Diante do número de pessoas analisadas, 14, não percebemos uma forte expressão na distribuição de uma cor em uma rua em especial, talvez devido ao fato de a pesquisa ter utilizado a técnica de amostragem em bola de neve, que utiliza dados de referência para a busca de públicos de difícil acesso. Por isso, o encontro com os mesmos ocorreu de maneira quase aleatória, em grande medida, a partir de referências rarefeitas. Levando o pesquisador a lidar com o que surge. Isto é, em tais ruas, muitos dos entrevistados moravam próximos a muitos outros que não participaram da pesquisa, porque não foram localizados naquele momento ou não deram entrevista. Portanto, com relação as ocupações trabalhistas identificamos as seguintes profissões:

Quanta a essa dimensão analítica Allport (1979) destaca a importância do mapeamento dos tipos de contatos estabelecidos em tais funções, se frequentes ou ocasionais. Além da consideração do tipo de relação que oportuniza a atividade: se competitiva ou cooperativa. Podendo a mesma, expressar tensões e conflitos próprios das distâncias que as funções impõem, como o caso de empregador-empregado. Portanto, neste quesito, constatamos que em face da totalidade entrevistada, as ocupações se mostraram bastante heterogêneas, dificultando a definição de uma tendência de funções trabalhistas por rua.

Contudo, dentre as profissões dos moradores e moradoras das três ruas, na rua Godofredo Viana residiam 2 (dois) autônomos (donos de lojas) e 1 (uma) doméstica. Na rua 15 de novembro, identificamos (2) duas funcionárias públicas (professoras concursadas); 1 (um) pescador e 1 (uma) empregada de empresa privada. E na Coronel Manoel Bandeira, identificamos 2 lavradores(as), 1 (uma) doméstica e 1 (uma) lavadeira de roupas.

No limite, o que se pode inferir é que na rua XV de Novembro havia um maior número de moradores e moradoras em funções que exigiam formação mais qualificada ou superior (concurados e empregados formais), com exceção da função de pescador. Qualificação e formação bastante inacessível para as classes baixas, naquele período. E nas demais ruas, (Godofredo Viana e Coronel Manoel Bandeira) excetuando os dois autônomos (donos de lojas), que, em alguma medida gozavam de maior estabilidade financeira, todos os demais constavam em profissões simples (domésticas, lavradores e lavadeira de roupas), pouco remuneradas e menos reconhecidas socialmente.

Assim, diante das limitações dos dados quantitativos, os complementamos com depoimentos acerca de tais profissões. Conforme seguem:

Timbira (2015) afirmou que “o pessoal da outra rua (rua de trás/ Coronel Manoel Bandeira), quase sempre era empregado, dos moradores da rua grande (rua em que ela morava).”

Sacamecrã (2015) afirma que em sua rua (rua de trás/ Coronel Manoel Bandeira), as mulheres “tudo era doméstica, assim, algumas que já estudava, era mais sabida, era professora[...]”

Sacamecrã (2022) ao se referir ao trabalho das pessoas de sua rua (rua de trás/ Coronel Manoel Bandeira), nos diz que a maioria trabalhava “de roça, na beira rio, viajando, aqui a concorrência era grande mas era só por água, meu marido mesmo era lavrador, meu sogro era lavrador, e os que eu conhecia era tudo lavrador, mas era pouca gente que eu conhecia aqui, ai depois foi aumentando mais, só que eu esqueço, os moradores mesmo que já existia aqui já morreram tudo.”

Apinajés (2015) afirmou que os moradores de sua rua (de fora/ Godofredo Viana) trabalhavam em sua maioria “de roça”. E que as mulheres, [aqui inclui sua mãe], em sua grande maioria, trabalhavam lavando roupas para os moradores da 15 de novembro (rua de dentro), assim nos diz que “ela [sua mãe] trabalhou muito tempo lavando roupa pra esse pessoal mais rico, lavava para todos, [para] umas cinco casas que ela lavava.”

Capiecrãs (2015) ao ser perguntada sobre as profissões predominantes dos moradores de sua rua (rua de fora/Godofredo Viana), responde “minha filha, naquele período, era quebrar coco nos matos, lavar roupa, as lavadeiras. [lavar roupas] pra aquelas mulheres lá ricas, que tinha as pobres, que lavava para as ricas.”

Gaviões (2015) dá uma resposta global acerca das profissões das três ruas: “comerciantes, marceneiro, pedreiro, carregador de água (homens que vendiam água retirada do Rio Tocantins), lavradores (que trabalhavam com o trabalho braçal para os fazendeiros), fazendeiros, pescadores, lavadeiras (as mulheres lavavam e passavam roupas), domésticas, professores, músicos, ourives (consertavam e confeccionavam joias), castanheiros (trabalhavam com os donos de castanhais que residiam em imperatriz, os quais faziam a colheita da castanha do Pará), sapateiros (confeccionavam e consertavam sapatos, chinelos, sandálias).”

Macamecrãs (2015) afirma que na rua em que ele morava (rua de trás/ Coronel Manoel Bandeira), os homens trabalhavam “Na roça, tudo na roça” e as mulheres “era fiando rede, era batendo algodão, era fazendo a comida em casa, só mesmo, coisa de casa.”

Poncatgê (2015) afirmou que na rua de sua casa (rua grande/ 15 novembro) as pessoas “Trabalhavam de comércio, funcionário público, essa coisa toda, eu não tô bem lembrada.”

Ponecras (2015) afirma que a maioria das pessoas de sua rua (rua de trás/ Coronel Manoel Bandeira), sobretudo as mulheres, moradoras de sua rua “lavavam roupa, passavam...tinha muita gente que fazia...hoje não tem mais, por causa desses “tanques” que tem né?!”

O que se nota é que as profissões menos valorizadas e menos remuneradas socialmente no país, distribuíam-se por entre os moradores das ruas de trás e de fora (Coronel Manoel

Bandeira e Godofredo Viana) da cidade. E em grande medida, seus empregadores, sejam donas de casa mais abastadas que contratavam lavadeiras de roupas, sejam comerciantes donos de castanhais ou de comércios, residiam em sua maioria na rua mais antiga da cidade, rua grande (15 de novembro).

Por isso, os fatos demonstram que, para além da perspectiva goffmaniana de analisar o estigma dentro de um quadro teórico de interação, a partir de negociações com a ordem social, Parker e Aggleton (2001) asseveram que a estigmatização é um processo social que reforça a desigualdade, ou seja, o estigma é empregado para transformar, sistematicamente, diferença em desigualdade, é a utilização estratégica de diferenças de classe, gênero, idade, raça ou etnia, sexualidade ou orientação sexual, nos ditos de Phelan; Link & Dovidio (2013, p. 2000) para manter as pessoas em situação de “exploração e dominação” ou seja, “embaixo” de uma classe social que se encontra e se quer manter acima.

Portanto, as pesquisas realizadas com diversos grupos portadores de doenças infectocontagiosas, mas não somente, levaram a conclusões segundo a qual os processos de estigmatização, em sua maioria, são imprimidos sobre grupos que, de alguma maneira, já estão ou são rebaixados socialmente. Os processos de estigmatização, como demonstram as pesquisas de Parker e tantos outros, tendem a abordar o fenômeno dentro de um processo de reforço de estruturas sociais já existentes e de desigualdades já presentes no tecido social. Parker e Aggleton asseveram que a estigmatização desempenharia um papel de perpetuação de uma determinada ordem social. Por isso, os autores alertam que

O estigma e a estigmatização funcionam, literalmente, no ponto de intersecção entre *cultura, poder e diferença* – e é somente explorando as relações entre essas categorias diferentes que se torna possível entender o estigma e a estigmatização não simplesmente como fenômenos isolados, ou como expressões de atitudes individuais ou de valores culturais, e sim como centrais para a constituição da ordem social (PARKER; AGGLETON, 2001, p.14).

Finalmente, resta dizer, ainda que seja evidente, que “o estigma é empregado por atores sociais reais e identificáveis que buscam legitimar o seu próprio status dominante dentro das estruturas de desigualdade social existentes” (PARKER; AGGLETON, 2001, p. 16). Seu combate reside em sua decodificação, pois somente a partir da compreensão de como ele é utilizado culturalmente por grupos de poder, sobretudo, por meio da utilização negativa das diferenças humanas, que se pode efetivamente planejar ações para o seu combate. Portanto, seu impedimento está no esclarecimento social, em sua exposição, no seu desvendamento e nas mãos daqueles que modulam e são modulados pelas estruturas sociais, sobretudo, através do conhecimento.

4.3.3 Os padrões e a classe trabalhadora da atualidade

Nogueira (1998, p. 34) destaca que “a condição econômica é o principal fator para que um indivíduo ou família se alce a uma determinada camada da sociedade”. Por isso, a família pode tomar para si o papel de conservar as condições econômicas de seus membros. Em específico, Nogueira explica que nas famílias tradicionais das classes altas, encontram-se os detentores dos “meios de produção (e de lucro): das fazendas, os imóveis urbanos, os estabelecimentos industriais.” Ficando explícito o forte papel das famílias de maior poder e influência de reterem grande parte dos mesmos e o transmitirem entre si, ao longo de gerações. Além disso, no rol de ocupações desses membros, é possível identificar uma “estreita ligação entre a situação econômica dos pais e as oportunidades educacionais dos filhos” (NOGUEIRA, 1998, p. 34). No caso de Imperatriz, como disposto por Xavantes (2015) “As famílias da [Rua] 15 de Novembro eram os mais ricos, eram os Cortez, Marcelino Cortez, que era pai do Guilherme Cortez, e esses como eu tô falando, os Garcias. As famílias da [Rua] Coronel [Manoel Bandeira] eram “faminhas” sem nome, porque gente pobre não tem nome.”

Foram essas famílias que formaram o núcleo das comunidades locais, no caso de Imperatriz, eram elas que se encontram estabelecidas territorialmente, socialmente e economicamente. No caso estudado por Nogueira, este descreve que “seu núcleo [da cidade] é constituído por descendentes dos principais proprietários que se estabeleceram na localidade no século XVIII, participando da vila que, posteriormente, se desenvolveu na atual cidade” (NOGUEIRA, 1998, p. 34). O que se percebe é que atrelado à posse dos territórios encontram-se também as condições de existência dos indivíduos, seja por terem chegado antes, estabelecidos, no sentido de Elias e Scotson (2000), seja por estarem bem localizados no espaço e território, no sentido dos efeitos dos lugares enunciado por Bourdieu (2008). Diante do fato, construímos a genealogia de dois moradores de ruas distintas da cidade: Xavantes, moradora da Coronel Manoel Bandeira (rua de trás) e Gaviões, morador da 15 de novembro (rua grande).

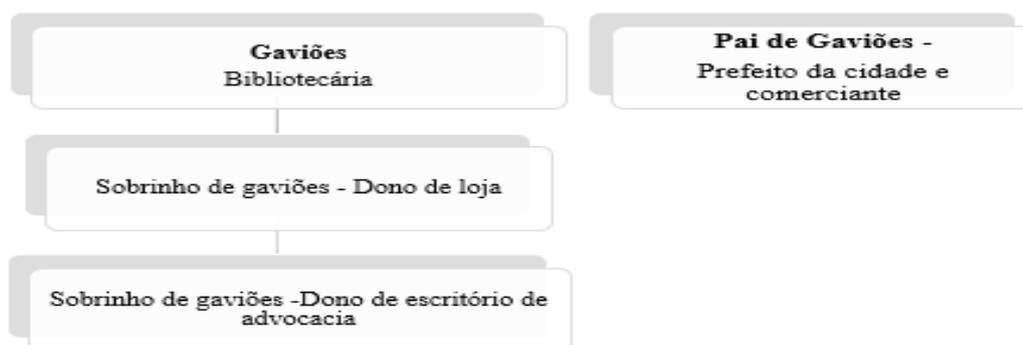


Figura 20: Genealogia de Gaviões

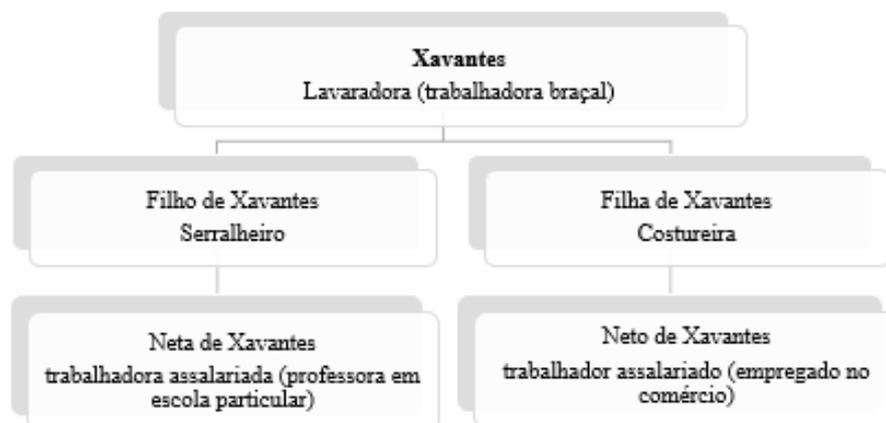


Figura 21: Genealogia de Xavantes

Os dois esquemas genealógicos demonstram uma tendência de tanto a classe trabalhadora, como as classes altas, transmitirem oportunidades ou desvantagens para seus descendentes ao longo da história. Sobre isso, Nogueira (1998) assevera que esses “profissionais são, em geral, identificados como membros dessa camada [classe alta] o que em parte se explica pela estreita ligação entre a situação econômica dos pais e as oportunidades educacionais dos filhos.”

Para a efetivação da análise, explicamos que não tivemos acesso à genealogia de todos os moradores e moradoras entrevistadas, mas temos conhecimento de como tais processos se deram na cidade. Um exemplo é o fato de a maioria das empresas da cidade, em seus mais variados segmentos, serem atreladas aos sobrenomes das famílias estabelecidas de Imperatriz-MA, naquela década e também hoje. Nessa direção, colocamos três exemplos de empresas na cidade que partem desse núcleo territorial onde primeiro habitaram as famílias antigas das classes altas da cidade. Trata-se de um dos maiores laboratórios da cidade, uma rede de postos de gasolina e uma padaria “elitizada”.

O laboratório representa a junção de dois sobrenomes de indivíduos integrantes do grupo de estabelecidos da cidade durante o período investigado: Cortez e Moreira. Pertence, portanto, aos descendentes dessas duas famílias consideradas ricas em 1950 e atualmente. A rede de postos de gasolina é controlada por uma integrante da família do primeiro prefeito da cidade: família Milhomem. E a padaria também pertence a essa família. Seguem as imagens das empresas citadas:

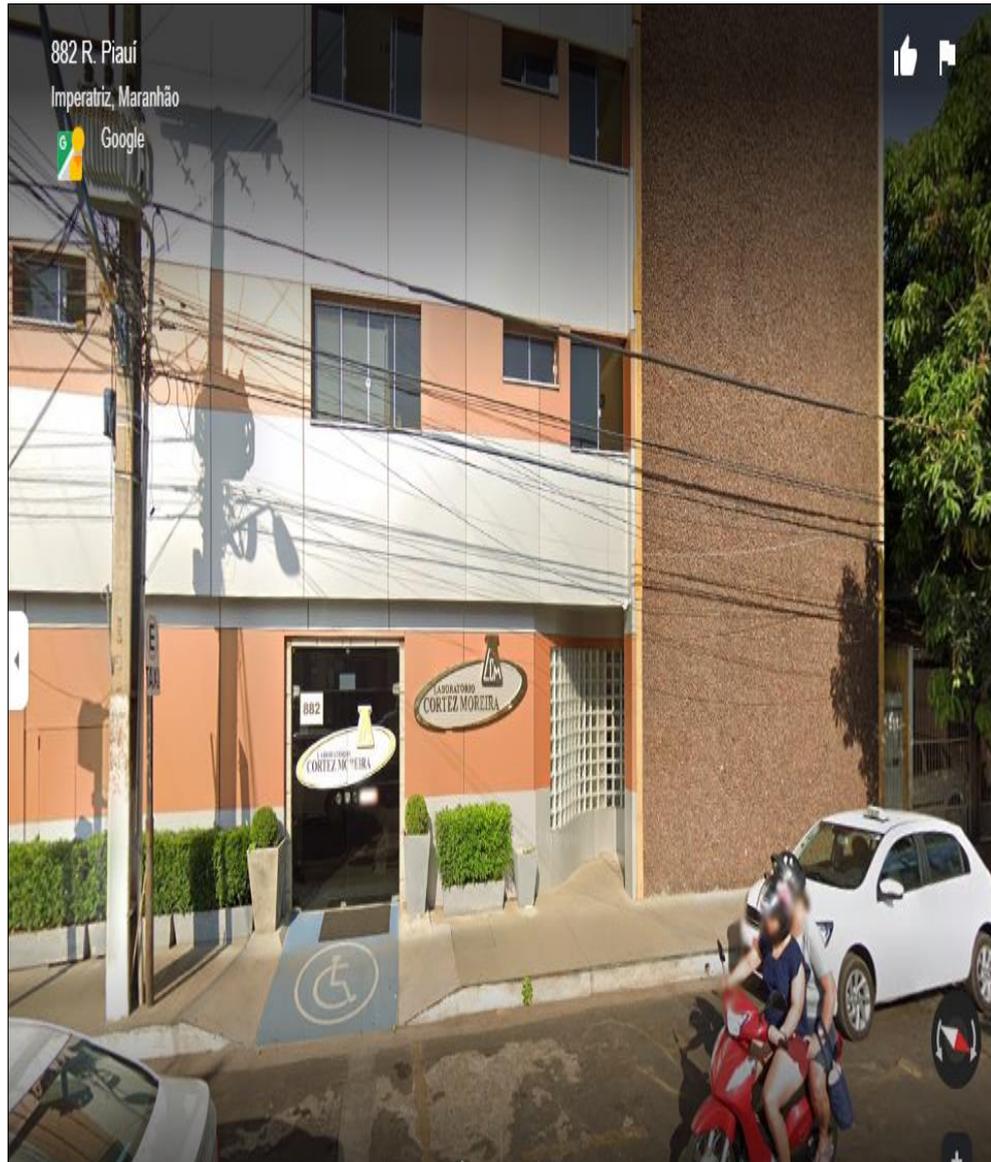


Figura 22: Laboratório das famílias Cortez e Moreira/ Fonte: Google imagens



Figura 23: Padaria da família Milhomem
Fonte: Google imagens



Figura 24: redes de postos de gasolina controlado por um membro da família Milhomem
Fonte: Google imagens

Por fim, como já enfatizado, Oracy defende a tese de que “o esforço de ascensão, dos indivíduos que nascem nas camadas menos favorecidas, é contra atuado pela transmissão por via de parentesco (oportunidades educacionais, direito sucessório, prestígio político etc.) das posições mais favoráveis de uma geração a outra.” Esclarece, ainda, que “em cada nova geração, parte dos descendentes dos elementos da classe dominante permanecem nesta classe, enquanto outra parte, decai, socialmente, devido ao fracionamento progressivo dos bens patrimoniais” (NOGUEIRA, 1998, p.168). Como de fato observamos na discussão colocada. Obviamente, sabemos que nem sempre o poder político e econômico de tais famílias é

conservado, contudo, cremos ser este um diferencial importantíssimo para a disseminação de melhores ou piores oportunidades de vida entre aqueles indivíduos que se encontram numa ou noutra classe social.

Nessa direção, destacamos que a cidade de Imperatriz possui hoje um pouco mais de 250 mil habitantes, por isso, obviamente centenas de famílias que chegaram e se estabeleceram desde os anos de 1950, provavelmente mudaram de classe social, ascendendo aos estratos intermediários, aproveitando as oportunidades na economia que iam surgindo. O que é interessante, do ponto de vista sociológico não é que muitos ascenderam socialmente, mas que os descendentes dos estabelecidos se reproduziram como classe social e que os negativamente privilegiados também se reproduziram como grupo dominado. Os exemplos das duas famílias acima são emblemáticos, pois o racismo, a estigmatização e o preconceito são mecanismos efetivamente utilizados pelos estabelecidos para manterem a estrutura social estável, ou seja, para se manterem em cima e colocarem os outros em baixo. Por isso, Parker e Aggleton (2001) asseveraram que a estigmatização desempenharia um papel de perpetuação de uma determinada ordem social:

O estigma e a estigmatização funcionam, literalmente, no ponto de intersecção entre *cultura, poder e diferença* – e é somente explorando as relações entre essas categorias diferentes que se torna possível entender o estigma e a estigmatização não simplesmente como fenômenos isolados, ou como expressões de atitudes individuais ou de valores culturais, e sim como centrais para a constituição da ordem social (PARKER; AGGLETON, 2001, p.14).

Portanto, como pontuam os autores, sutilmente a violência utilizada por pessoas, que possuem poder e influência e direcionam as estruturas sociais (econômica; política; familiar), possibilita a perpetração de estigma e preconceito. As mesmas, ao utilizarem-se das diferenças humanas (de classe, gênero, idade, raça ou etnia, sexualidade ou orientação sexual) excluem pessoas, grupos ou classes sociais, das oportunidades de sobrevivência e de ascensão social ao longo de suas vidas. O que faz parecer, como dito por Almeida (2019) que essas pessoas excluídas são as únicas responsáveis por sua exclusão.

4.3.4 estigma e preconceito: relações entre os moradores

De acordo com os relatos da maioria dos moradores, as relações entre os moradores das três ruas tendiam ao respeito, à solidariedade e à amizade, pois praticamente todas as pessoas se conheciam. Entretanto, quando questionados se haviam vivenciado ou observado situações de preconceito racial, econômico, religioso, entre os moradores, alguns entrevistados e entrevistadas afirmaram que sim. De acordo com as entrevistas, 3 pessoas responderam sim, 9

não, e 2 pessoas não chegaram a responder¹⁷. Os trechos das entrevistas que retratam os resultados, trazem elementos interessantes para a definição do teor de estigma ou preconceito nas relações na cidade naquele período.

Entrevistas dos anos de 2015 e 2022

Pergunta: Você já presenciou alguma situação de preconceito, discriminação racial ou econômica?

Apinajés (2015): Não, eu logo era uma menina pobre, minha mãe lavadeira, e **eles me tratavam bem**, eu ia buscar roupa eu ia levar roupa, passada...e o maior comércio que a gente tinha pra gente fazer compra era o mercado ali, eu não tô lembrada como é que tá o nome dele agora.

Capiecrãs (2015): Não, o povo tudo era popular, não tinha esses... “dizer, não tem separação” ...**Aliás tinha a sociedade e os outros que não eram ricos. Então, os ricos...tinha as festas dos ricos, lá pra lá os pobres daqui da casa de palha iam pra lá...né.**

E os pobres participavam? Não, não participava não.

Timbira (2015): **Tinha...qualquer coisa “dizia assim: tu é mesmo da rua de fora, por isso que tu é assim”.** Quando acontecia alguma coisa, ah...**o preconceito vinha na hora; “ah, mas tu também moras não é na rua de fora? ah...logo vi que tu eras da rua de fora”.**

Xavantes (2015): Não, não, era tranquilo.

Macamecrãs (2015): Aqui a gente vivia quase que nem uma família...todo mundo se conhecia. Todo mundo era de bem um com o outro.

Xerentes (2015): Não, porque aqui tem muito migrante, que foi chegando, que aqueles...aqueles pessoal da elite ali, **eles tinham aquele preconceito porque, aquele clube Tocantins que funcionava ali na Godofredo Viana, era mais desse pessoal da elite, que ia pra lá, pobre quase não ia, porque as festas era desse pessoal, tinha essa preconceito disso ai[...]**

Ponecras (2015): Houve, houve sabe por quê? **Porque naquela época que eu era moça, ninguém dançava mais preto, era na festa nossa, era bem aqui na prefeitura, aqui onde é a academia, mas preto, preto não tinha vez...dançava, tinha a sala deles assim e a nossa assim que era considerado branco. Não podia misturar não.**

Sacamecrã (2022): Não.

Amanajó (2022): Não.

Gamela (2022): **Sim. Com idosos, por parte da própria família.**

Guajajara (2022): Não.

Gaviões (2015): Nesta época **não conhecia a palavra preconceito, o termo era “rivalidade”, mas nunca percebi.** Usavam este vocábulo para os blocos de carnavais, rainha dos festejos de Santa Tereza e bonecas do festejo de Bom Jesus e rivalidade política.

Por meio do material das entrevistas, criamos uma tabela com caracterizações das falas daqueles que responderam afirmativamente à pergunta da entrevista ou que responderam não e revelaram alguma contradição.

Trecho	Sujeito da ação	Ação	Destinatário da ação	Resultado Da ação	Estigma ou preconceito	Subtipos (funções)
Capiecrãs (2015): Aliás tinha a sociedade e os outros que não eram ricos. Então, os ricos...tinha as festas dos ricos, lá pra lá os pobres	Classes altas	Controle no acesso aos espaços da cidade (festas)	classes baixas	Distanciamento entre as classes sociais	Preconceito: Foco: classe social.	<i>manter as pessoas para baixo</i>

17 Indefinidos: **Canaquetgês** (na época interrompeu sem aviso a entrevista antes de chegarmos a esse ponto e no ano da entrevista de 2022 fui informada de seu falecimento) e **Poncatgê** (na entrevista de 2015 não conseguimos explorar essa questão, pois **Poncatgê** por ser muito idosa e ter problemas de saúde não compreendia muito as questões e lhe foi sugerido relatar sua história de vida. E em 2022 a mesma não foi localizada. Alguns, sem certeza, cogitaram o fato de **Poncatgê** estar muito doente ou mesmo ter falecido, mas não souberam indicar seu paradeiro).

daqui da casa de palha iam pra lá...né. E os pobres participavam (das festas da elite)? Não, não participava não.						
Timbira:(2015): Tinha...qualquer coisa “dizia assim: tu é mesmo da rua de fora, por isso que tu é assim”. Quando acontecia alguma coisa, ah...o preconceito vinha na hora; “ah, mas tu também moras não é na rua de fora? ah...logo vi que tu eras da rua de fora”.	Moradores (mais antigos) da rua mais antiga	Desmerecimento de um grupo para com outro	Moradores (mais recentes) das ruas menos antigas	Conflito	Estigma Foco: comportamento desviante	<i>manter as pessoas para baixo</i>
Xerentes (2015): Não, porque aqui tem muito migrante, que foi chegando, que aqueles...aqueles pessoal da elite ali, eles tinham aquele preconceito porque, aquele clube Tocantins que funcionava ali na Godofredo Viana, era mais desse pessoal da elite, que ia pra lá, pobre quase não ia, porque as festas era desse pessoal, tinha essa preconceito disso aí[...]	Classes altas	Controle no acesso aos espaços da cidade (clubes)	Classes baixas	Distanciamento entre as classes sociais	Preconceito: Foco: classe social.	<i>manter as pessoas para baixo</i>
Ponecras (2015): Houve, houve sabe por quê? Porque naquela época que eu era moça, ninguém dançava mais preto, era na festa nossa, era bem aqui na prefeitura, aqui onde é a academia, mas preto, preto não tinha vez...dançava, tinha a sala deles assim e a nossa assim que era considerado branco. Não podia misturar não.	Pessoas brancas	Segregação de pessoas negras em uma sala (festas)	Pessoas negras	Discriminação	Preconceito e discriminação Foco: raça	<i>manter as pessoas para baixo</i>
Gamela (2022): Sim. Com idosos, por parte da própria família.	Pessoas jovens	Imposição de regras à pessoas idosas	Pessoas idosas	Conflito	Preconceito Foco: senilidade	Manter as pessoas dentro

Tabela 07: depoimentos relativos às situações de preconceito observados ou vivenciados pelos moradores e moradoras na década de 1950 e depois (caso do preconceito com idosos).

Para construir a tabela e identificar a quais modelos mais se ligam as situações conflitivas vivenciadas em 1950 pelos moradores acima, nos ancoramos em Phelan; Link & Dovidio (2013) que trazem por resultado a conclusão de que quanto aos modelos de estigma e preconceito existem algumas diferenças, tanto na ênfase quanto no foco dos mesmos, muito embora ambos compartilhem de um mesmo corpo teórico. Contudo, destacam que “as

distinções nas funções de estigma e preconceito os levaram, todavia, a delinear três subtipos desse animal.” Por isso, os modelos de estigma e preconceito para os autores podem ser compreendidos por meio de três funções: “exploração e dominação (manter as pessoas embaixo), aplicação de normas (manter as pessoas dentro) e prevenção de doenças (manter as pessoas fora)” (PHELAN; LINK & DOVIDIO, 2013, p.200). Assim, o estigma estaria maiormente ligado a processos abrangentes, grupais, relativos à *comportamentos, identidades desviantes, doenças e deficiências* e o preconceito às *atitudes dos indivíduos*, sobretudo aquelas *ligadas à raça*, portanto, racistas.

Por fim, no quadro por nós analisado, identificamos 4 situações de preconceito e 1 situação de estigma. Justificamos que, como explicado pelos autores, as quatro situações de preconceito ligavam-se especialmente ao critério *atitudes dos indivíduos* relativas ao preconceito racial e ao preconceito de classe, e a situação de estigma, ligava-se, em maior medida, ao comportamento desviante dos descamisados e à classificação destes como “pessoas de fora.”

CONCLUSÕES

No início deste trabalho, dissemos que Nogueira ([1950]2009) apresentou-se enormemente preocupado em combater o racismo, contudo não esqueceu de pôr em relevo a necessidade de antes o conhecermos. Por acréscimo, salientamos que Goffman (2004) se preocupava com questões relativas à mudança social, com as construções sociais [negociáveis] da realidade. E também destacamos que Allport (1979), se dedicou a conhecer o preconceito, acoplando ao seu estudo, a identificação de situações favoráveis à sua mitigação e superação.

Dessa herança, demonstramos que a visão de teóricos, tais como Richard Parker & Peter Aggleton (2003; 2013), Jo Phelan, Bruce Link e John Dovidio (2013) e Silvio Almeida (2019), são uma expressão da mesma. Posto que, o conjunto de autores se mostraram compromissados no combate aos efeitos do estigma e do preconceito nas sociedades, sobretudo a partir de sua desnaturalização.

Na cidade de Imperatriz, na década de 1950, notamos que as interações sociais entre os grupos eram muito fortes – uma característica de pequenas cidades brasileiras - , contudo, verificamos que a despeito da forte ligação entre os grupos sociais colocados em posições diferenciadas na escala social, as estruturas de discriminação, estigmatização e preconceito se revelavam como tipos à brasileira, como expresso por Chor Maio (2009), neste caso, expressos em atributos relacionados à raça (negros e pardos) e também fincados em critérios

socioeconômicos e comportamentais. Por isso, acreditamos ser as expressões engomados e descamisados uma materialização da própria segregação social e territorial da cidade naquele período.

Portanto, retomando a perspectiva de Parker & Aggleton, consideramos que o presente estudo sugere que o debate sobre o estigma, o preconceito e a discriminação, embora possa ter sido utilizado em objetos distintos ao longo das últimas décadas, são fenômenos sociais com funções determinadas, quais sejam, explorar, dominar, rebaixar para manter uma certa estabilidade da ordem social e das estruturas de poder.

No caso de Imperatriz, diante do problema de delimitar os engomados e descamisados em uma categoria ou outra, de estigma e/ou preconceito, percebemos ser os mesmos, parte daquele mesmo corpo teórico de estigma e preconceito disposto por Phelan; Link e Dovidio (2013), mas com membros diferentes e também funções. Uma vez que os engomados tanto são lidos a partir de seu comportamento desviante (estigma) quanto a partir de sua classe social, classe trabalhadora (preconceito classista). Especialmente os perpetradores de estigma e preconceito na cidade pareciam ter a intenção contida nas funções de “exploração e dominação (manter as pessoas embaixo), na aplicação de normas (manter as pessoas dentro de um padrão ou excluí-las). Ante ao fato, a revisão da literatura nos revelou que na profundidade dos significados de ambas as categorias locais, residem funções sociais destinadas a manter a estabilidade de uma determinada ordem social por meio da reprodução das classes estabelecidas em oposição às classes dos outsiders.

Por isso, cerca de 70 anos depois dos fatos rememorados e relatados, acerca dos engomados e descamisados, quase ninguém tem memória disso. Portanto, acreditamos que as terminologias utilizadas para nomear os grupos hoje, são nominalmente diferentes. O engomado e o descamisado de hoje, como demonstramos, pode ser aquele indivíduo que chega à cidade em busca de trabalho e é tido por invasor ou mesmo desordeiro.

De outro lado, se as designações mudaram conjuntamente com a cidade, um elemento pouco se alterou: os sobrenomes dos moradores da rua grande são os mesmos dos donos de grandes negócios na cidade atualmente. Neste quadro de permanências, os filhos e netos das lavadeiras, agricultores, etc., são os mesmos que compõem a classe trabalhadora: funcionários de lojas do comércio da cidade, funcionários de escolas particulares que pagam mal aos funcionários, entre outros, como lavadores de carro, cortadores de grama, pedreiros, serventes que vendem sua mão de obra aos netos e filhos desses antigos moradores da rua grande, tal qual seus pais o faziam 70 anos atrás. Claro que não consideramos tais processos como linhas contínuas, ininterruptas. Como posto por Elias e Scotson (2000) as configurações de estigma

não são imutáveis, todavia, sabemos que as mesmas se apresentam historicamente resistentes, pois se reproduzem.

Por fim, notamos que os filhos e netos dos engomados estão hoje no subúrbio da cidade de Imperatriz, morando em enclaves fortificados que desde meados da primeira década do século XXI começaram a surgir na cidade, ou ainda nos poucos, mas luxuosos prédios de elevado padrão que surgem no núcleo (centro) da paisagem urbana da cidade. Assim, de outro lado, os filhos e netos dos descamisados residem nas periferias (conjuntos habitacionais nascidos a partir do programa minha casa minha vida), nos lugares por onde ocorrem alagamentos, com pouca ou nenhuma infraestrutura de saneamento básico e onde há um maior índice de violência.

REFERÊNCIAS

ALLPORT G. The nature of prejudice. 25th anniversary edition. Cambridge: Perseus Books; ([1954]; 1979).

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli. Carneiro; Pólen, 2019. 264 p.

BARBOT, Janine. Conduzir uma entrevista face a face. In: Paugam, Serge (Org.) A pesquisa sociológica. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

BOURDIEU, Pierre – Efeitos de Lugar. In: Pierre Bourdieu (org.) A Miséria do Mundo. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 159 – 166.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

BRANDÃO, Vinicius Costa; DA ROCHA, Carla Adriana Meneses. O desenvolvimento industrial brasileiro no governo JK e seus impactos sociais. INFORME ECONÔMICO (UFPI), v. 36, n. 1, 2016.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Introdução. In: Nogueira O. Vozes de Campos do Jordão: experiências sociais e psíquicas de tuberculoso pulmonar no estado de São Paulo. São Paulo: Sociologia; ([1950]; 2009).

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Preconceito de marca etnografia e relações raciais. Tempo Social, v. 11, p. 97-110, 1998.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. vozes de Campos do Jordão, de Oracy Nogueira, em tempos de pandemia. Sociologia & Antropologia, v. 11, p. 151-155, 2020.

CHOR, Maio Marcos. Prefácio. In: Nogueira O. Vozes de Campos do Jordão: experiências sociais e psíquicas de tuberculoso pulmonar no estado de São Paulo. São Paulo: Sociologia; ([1950]; 2009).

COLEMAN, James S. "Social Theory, Social Research, and a Theory of Action." *American Journal of Sociology*, 1986.

CROCKER, J., MAJOR, B., & STEELE, C. (1998). Social stigma. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (pp. 504–553).

CUNHA, Fernando. Blog Museu Virtual de Imperatriz. 21 nov. 2010. Acervo da Associação Humanitária de Imperatriz Albé Ambrogio. Disponível em: < <http://museu-virtual.blogspot.com.br/> > Acesso em: 01 jan. 2022.

DO RIO CALDEIRA, Teresa Pires. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Editora 34, 2000.

DOVIDIO, J. F.; MAJOR, B. & CROCKER, J. Stigma: introduction and overview. In: HEATHERTON, T. F. *et al.* (Eds.). *The Social Psychology of Stigma*. New York: Guilford Press, 2000.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1970.

FILHO, Mozart Tavares de Lima. Prefácio. In: Nogueira O. *Vozes de Campos do Jordão: experiências sociais e psíquicas de tuberculoso pulmonar no estado de São Paulo*. São Paulo: Sociologia; (1950).

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal. 1988.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes. 1977.

FRANKLIN, Adalberto. *Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz*. Imperatriz: Ética editora, 2008.

GALTUNG, Johan. Violence, peace and peace research. *Organicom*, v. 15, n. 28, p. 33-56, 2018.

GALTUNG, Johan. Violência, paz e pesquisa sobre a paz. *Journal of Peace Research*, v. 6,

GILROY, Paul. *O Atlântico negro*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012. p. 19.

GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Cap. IX História Oral. Petrópolis: Vozes, 1987. p.92-100.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Cap.VIII Entrevista. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 86-91.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Centauro: 2006.

HIRSCH, Joachim. Forma política, instituições políticas e <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86141>. Acesso em: 5 mar. 2023.

IANNI, Otávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE-, 2013. *Cidades*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/historico>>. Acesso em: 02 de ago. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE-, Censo demográfico 2010. Tabela 1.3.1. População residente, por cor ou raça, segundo o sexo e os grupos de idade. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/tabelas_pdf/tab3.pdf. Acesso em: 02 de fev. 2023.

JORNAL O PROGRESSO. Avenida Frei Manoel Procópio. Disponível em: <http://www.oprogreso-ma.com.br/cidade/avenida-frei-manoel-procopio/7280.html>. Acesso em: 02 de fev. de 2023.

LEFEBVRE, Henry. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MAJOR, B. N., & OBRIEN, L. (2005). The social psychology of stigma. *Annual Review of Psychology*, (56), 15.1-15.29.

MALDONADO, Asael Mercado; CONTRERAS, Laura Zaragoza. La interacción social en el pensamiento sociológico de Erving Goffman. **Espacios públicos**, v. 14, n. 31, p. 158-175,

MANN, J. (1987). Statement at an informal briefing on AIDS to the 42nd Session of the United Nations General Assembly, 20 October, New York.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em perspectiva*, v. 14, p. 21-33, 2000.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996. DOI: 10.1590/ts.v8i1.86141. Disponível em:

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, 2023. Silvio Almeida. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/conheca-o-perfil-do-novo-ministro-dos-direitos-humanos-e-da-cidadania-silvio-almeida> Acesso em: 02 de fev. 2023

MONTEIRO, Simone; VILELA, Wilza. *Estigma e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. 207p.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação socioespacial: alguns conceitos e análises. Editora. Rondonópolis, 2008.

NOGUEIRA, Oracy. Negro político, político negro. São Paulo, Edusp.1992.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo, EDUSP, 1998. (org. Cavalcanti, Maria Laura)

NOGUEIRA, Oracy. Tanto preto, quanto branco: estudos de relações raciais no Brasil. São Paulo: T. A. Queiróz, 1983 Série 1 v.9. Biblioteca Básica de Ciências Sociais.

O CRUZEIRO: revista semanal de distribuição nacional. Rio de Janeiro: Ed.0046 O Cruzeiro, 06 de set., 1947.

OLIVEIRA, J. K. Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento. Belo Horizonte: Oscar Nicolai, 1955.

OLIVEN. Rubem. Urbanização e Mudança Social no Brasil. Petrópolis. Vozes. 1982

PARK, Robert E. A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no ambiente da cidade. American Journal of Sociology , v. 20, n. 5, pág. 577-612, 1915.

PARKER Richard. Estigma, preconceito e discriminação na saúde pública global. Cad Saúde Pública, v. 28, n. 1, p. 9-164. 2012.

PARKER, Richard.; AGGLETON, Peter. Estigma, Discriminação e Aids. In. Cidadania e Direitos, n. 1. Rio de Janeiro. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA. 2003.

PHELAN, Jo. LINK, Bruce. & DOVIDIO, John. Estigma e preconceito: um animal ou dois? Estigma e saúde. SciELO - Editora FIOCRUZ. Edição do Kindle. 2013. p.224-265.

SANTOS, Rodrigo Lima. & NUNES, Fabrizia Gioppo. Mapeamento da expansão urbana e dos vetores de crescimento no município de Imperatriz – MA. Espaço & Geografia, Vol.23, Nº 1, 209-234, 2020.

SOUSA. J. M. de. (2005). A Cidade na Região e a Região na Cidade: A Dinâmica de Imperatriz e suas Implicações na Região Tocantina. 2005. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SPREEN, Marinus. Rare populations, hidden populations and link tracing desings: What and Why?. Bulletin de Méthodologie Sociologique. v.36, 1992. p. 34 – 58.

TOMPSON [pseudônimo]. Casas e Torturas na Imperatriz. Texto datado de 10 de fevereiro de 1907. In: **Jornal A Pacotilha**, do dia 19 de setembro de 1907. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=A%20Escrava,%20por%20Maria%20F.%20dos%20Reis.&pagfis=31540 Acesso em: 02 de fevereiro de 2023.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Uma discussão sobre o uso dos conceitos de processos (e formas) espaciais nas cidades brasileiras. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 44, 2020.

VELHO, Gilberto Cardoso Alves. In: Nogueira O. *Vozes de Campos do Jordão: experiências sociais e psíquicas de tuberculoso pulmonar no estado de São Paulo*. São Paulo: Sociologia; ([1950]; 2009).

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. Studio nobel, 1998.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1974.

Depoimentos

AMANAJÓS: depoimento [mai. 2022]. *ENGOMADOS E DESCAMISADOS: estigmatização e preconceito na cidade de Imperatriz em 1950*. Entrevistadora: Tamires Morais. Imperatriz: 2022. Gravação de áudio digital. Acervo particular.

APINAJÉS: depoimento [jun. 2015]. *Segregação socioespacial e estigma na sociedade imperatrizense da década de 1950*. Entrevistadora: Tamires Morais. Imperatriz: 2015. Gravação de áudio digital. Acervo particular.

CANAQUETGÊS: depoimento [jun. 2015]. *Segregação socioespacial e estigma na sociedade imperatrizense da década de 1950*. Entrevistadora: Tamires Morais. Imperatriz: 2015. Gravação de áudio digital. Acervo particular.

CAPIECRÃS: depoimento [mai. 2015]. *Segregação socioespacial e estigma na sociedade imperatrizense da década de 1950*. Imperatriz: 2015. Gravação de áudio digital. Acervo particular.

GAMELA: depoimento [mai. 2022]. *ENGOMADOS E DESCAMISADOS: estigmatização e preconceito na cidade de Imperatriz em 1950*. Entrevistadora: Tamires Morais. Imperatriz: 2022. Gravação de áudio digital. Acervo particular.

GAVIÕES: depoimento [jun. 2015]. *Segregação socioespacial e estigma na sociedade imperatrizense da década de 1950*. Imperatriz: 2015. Gravação de áudio digital. Acervo particular.

GUAJAJARA: depoimento [mai. 2022]. *ENGOMADOS E DESCAMISADOS: estigmatização e preconceito na cidade de Imperatriz em 1950*. Entrevistadora: Tamires Morais. Imperatriz: 2022. Gravação de áudio digital. Acervo particular.

MACAMECRÃS: depoimento [jun. 2015]. *Segregação socioespacial e estigma na sociedade imperatrizense da década de 1950*. Entrevistadora: Tamires Morais. Imperatriz: 2015. Gravação de áudio digital. Acervo particular.

PONCATGÊ: depoimento [jun. 2015]. *Segregação socioespacial e estigma na sociedade imperatrizense da década de 1950*. Entrevistadora: Tamires Morais. Imperatriz: 2015. Gravação de áudio digital. Acervo particular.

PONECRAS: depoimento [jun. 2015]. Segregação socioespacial e estigma na sociedade imperatrizense da década de 1950. Entrevistadora: Tamires Morais. Imperatriz: 2015. Gravação de áudio digital. Acervo particular.

SACAMECRÃ: depoimento [mai. 2022]. ENGOMADOS E DESCAMISADOS: estigmatização e preconceito na cidade de Imperatriz em 1950. Entrevistadora: Tamires Morais. Imperatriz: 2022. Gravação de áudio digital. Acervo particular.

TIMBIRA: depoimento [jun. 2015]. Segregação socioespacial e estigma na sociedade imperatrizense da década de 1950. Entrevistadora: Tamires Morais. Imperatriz: 2015. Gravação de áudio digital. Acervo particular.

TIMBIRA: depoimento [mai. 2022]. ENGOMADOS E DESCAMISADOS: estigmatização e preconceito na cidade de Imperatriz em 1950. Entrevistadora: Tamires Morais. Imperatriz: 2022. Gravação de áudio digital. Acervo particular.

XAVANTES: depoimento [jun. 2015]. Segregação socioespacial e estigma na sociedade imperatrizense da década de 1950. Entrevistadora: Tamires Morais. Imperatriz: 2015. Gravação de áudio digital. Acervo particular.

XERENTES: depoimento [jun. 2015]. Segregação socioespacial e estigma na sociedade imperatrizense da década de 1950. Entrevistadora: Tamires Morais. Imperatriz: 2015. Gravação de áudio digital. Acervo particular.